



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**Juventude em movimento:**  
um estudo sobre a constituição do *Movimento Estudantil* como uma categoria  
histórica.

IDELMAR GOMES CAVALCANTE JÚNIOR

TERESINA  
2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

## Mestrado em História

### **Juventude em movimento:**

um estudo sobre a constituição do *Movimento Estudantil* como uma categoria histórica.

Dissertação apresentada por **Idelmar Gomes Cavalcante Júnior** ao Programa de Mestrado em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História. Elaborada sob a orientação do Prof. Dr. **Edwar de Alencar Castelo Branco**.

Teresina – 2007.

Aprovada em        /        /

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Edwar de Alencar Castelo Branco (Orientador)

Doutor em História

Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (Examinador externo)

Doutor em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof. Francisco Alcides do Nascimento (Examinador interno)

Doutor em História

Universidade Federal do Piauí

Este trabalho é dedicado à minha família, por sempre acreditar que sou uma pessoa muito melhor do que de fato sou e a minha, corajosa e invencível, amiga Vanessa Gomes e seus parentes.

### **RESUMO**

Este estudo reflete sobre o movimento estudantil brasileiro em termos de sua constituição enquanto categoria histórica. O foco do trabalho é centrado, principalmente, no ano de 1968 e no capital simbólico que o mesmo produziu e implicou em outras épocas. Procurando entender os eventos constitutivos do objeto em estudo em sua ordem acontecimental, colocou-se sob suspeição os episódios ocorridos no período, procurando-se operar uma desconstrução dos discursos que constituíram aquela categoria histórica e a significaram como a grande referência para os movimentos juvenis dos anos posteriores. Trata-se, portanto, de uma contra-história, operada com a intenção de desorganizar os discursos incidentes sobre o Movimento Estudantil e retornar os eventos à sua desordem acontecimental, necessariamente surpreendente.

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

História, Movimento estudantil, Discurso.

### **ABSTRACT**

This study reflects about the Brazilian student movement in terms of its constitution while historic category. The focus of the work is centrated meanly in year of 1968 in a symbolic capital that the same producted and implicated in other epochs. Trying understand the constitutives events of object in study in its happened order, put out on suspect the episode occurred in the period, trying to operate a “disbuilding” of speechs which constituted that historic category and gave the meaning as great reference for the youth movements of posterior years. It treats, then of an against-history operated with an intention to disorganize the speechs concerning about the student movement and to retake the events to its disorder happened, necessarily surprising.

#### **KEY WORDS:**

History, Student movement, Speech.

## Sumário

<b>Agradecimentos</b>	<b>07</b>
<b>Introdução</b>	<b>09</b>
<b>1. Entre a rinha e a arquibancada: a autoria imprecisa do movimento estudantil nos interstícios de 1968</b>	
<b>17</b>	
<b>2. Caminhando contra o vento: política, arte e fragmentação identitária nos anos sessenta</b>	
<b>57</b>	
<b>3. A desacontecimentalização de 1968: a invenção de um ano que teima em não terminar</b>	
<b>93</b>	
<b>Conclusão</b>	<b>124</b>
<b>Fontes e bibliografia</b>	<b>128</b>

## **Agradecimentos**

Um dia, quando tiver meus filhos, vou lhes contar o que aconteceu em minha vida entre os anos de 2005 e 2006. Vou falar a respeito de minha experiência no Programa de Mestrado em História do Brasil da UFPI e como foi interessante este período.

Neste dia, não lembrarei das disciplinas que faziam parte da grade curricular do curso, mas sim, e apaixonadamente, das pessoas que, naquele período de luta e dedicação, encontraram tempo para me visitar, perguntar como eu estava, dar os parabéns no meu aniversário, enfim, estas coisas que nos arrancam de nossa dimensão-máquina para nos lembrar que na correria do dia-a-dia nós ainda estamos humanamente vivos. Pessoas como Macilene Ferreira, Silvio Ricardo, Ítalo Cristiano, Humberto Leno, Renata Lurdes, Alanna, Felipe e Ernane “Terra”. Como uma gota que caindo sobre outra gota, continua uma e não duas, sempre me senti misturado e dissolvido neles (Obrigado amigos!).

Dissolvido como estive também entre aqueles que me acompanharam, mais diretamente, no difícil intervalo que me levou da seleção do mestrado até a gratificante sensação do dever cumprido. Durante um ano, eu fiz parte daquela sala e ela fez parte de mim e até hoje eu sinto ela vibrar com o que havia de melhor em cada um de nós. O bom-humor de Soraia de Moraes, a inteligência discreta de Olívia Candeia, o charme de Diná Ferraz e Audrey Tapety, o bom-caráter

de Jordânia Maria, Francinaldo Morais e Marconis Fernandes, a simpatia de Nilsângela Cardoso e Raul Marcel, a doçura de Síria Emerenciana, a elegância de Raimundo Nonato, a erudição de Jaison Castro, o companheirismo de Sérgio Brandin e principalmente a amizade de Frederico Ozanan, meu grande parceiro de andanças noturnas nas segundas-feiras. (Obrigado companheiros!).

E quando eu tiver falando isto para os meus filhos, se eles ainda foram pequenos, obviamente não saberei o que farão quando crescer, que profissão escolherão, mas certamente vou me lembrar do exemplo dos nossos professores e os orientarei para que sejam humanos e dedicados, onde quer que venham trabalhar, como foram Francisco Alcides, Pedro Vilarinho, Áurea Paz e Helder Buenos Aires (Obrigado professores!).

Se tive um bom orientador? Sim, e posso assegurar que recebi dele infinitamente mais do que um orientando merece e rogo para que tenha deixado para ele muito mais do que a certeza de que um bom trabalho foi escrito (Obrigado Edwar de Alencar Castelo Branco!).

E se meus filhos perguntarem o que minha esposa (Janayna Victor), meu pai (Idelmar Cavalcante), minha mãe (Ana Cândida), meus avós (José Ribeiro e Iolanda Ribeiro) e meus irmãos (Ana Mírian e Rodrigo Cavalcante) significaram para mim durante esta jornada, responderei: “a razão pela qual sempre vale a pena lutar”. Eles sim, e especialmente Janayna, esta grande mulher que há onze anos exerce sobre minha vida uma doce tirania, souberam o quanto eu caminhei para chegar até aqui e sempre me apoiaram, pelo que serei eternamente grato.

Gratidão semelhante sinto por meus tios (Cláudia Maria e Adriano Ribeiro), seus cônjuges (José Marques e Glécia Maria) e meus primos (Rauni Marques, Ana Maria, Jordana, Adriano Júnior e Eduardo Ribeiro), que mesmo lutando suas próprias batalhas, nunca se omitiram quando deles precisei.

E concluindo direi: “a todos os que mencionei, dedico os meus mais sinceros agradecimentos”.

## Introdução

Agora, que tenho que começar uma apresentação para o meu trabalho, lembro de Michel Foucault na sua aula inaugural no Collège de France, em 1970. Suas palavras ecoam em mim, pois agora compreendo o seu receio de começar, de entrar na ordem do discurso acadêmico, bem como o seu desejo de ser envolvido pela palavra, ao invés de tomá-la.

Isso acontece porque, no momento em que me aproximo da conclusão desta dissertação, penso na grande quantidade de vozes que me antecederam na tentativa de dar sentido ao movimento estudantil de 1968 e neste momento, temo por saber que diante de tantos discursos institucionalizados, não tenho o direito de dizer tudo. Se pretender ser aceito pelo ritual acadêmico, devo circular com segurança por entre os vários discursos já produzidos, o que significa, em outras palavras, diluir minha fala nos discursos daqueles com os quais me identifico e que já foram reconhecidos e legitimados pela ordem; ser “envolvido” por eles, tomando-lhes emprestado a sua autoridade para que eu também possa falar sobre meu objeto, com o qual mantenho uma relação íntima e tão antiga que não saberia responder quando teria começado.

Lembro apenas de ter tomado conhecimento de uma época de estudantes combativos muito antes de saber que este tempo dizia respeito aos anos sessenta. Mas para além dessa

lembrança, tudo fica embaralhado na memória. Misturam-se imagens, como a de um comercial de calça jeans exibida nos anos oitenta, onde jovens apareciam fugindo da polícia depois de uma manifestação de rua; as falas de pessoas próximas, ou não, sobre a importância política dos estudantes *no passado* e finalmente os textos e fotografias de livros escolares nos quais, afinal, pude perceber a ligação entre tudo isso e um tempo, quase mítico, chamado *anos sessenta* entre os quais, um parecia ser especial, o ano de 1968, possuidor de uma carga simbólica tão grande que nem sequer teria terminado, como insinua Zuenir Ventura (Cf. VENTURA, 1988).

A partir daí, fui tentado a me expressar politicamente dentro do movimento estudantil, entendendo que tudo aquilo que fizesse só encontraria significado se pudesse ser identificado com aquilo que foi feito em 1968, um fantasma que eventualmente surgia para mostrar o caminho a seguir, como aconteceu no ano de 1992, considerado um marco para o começo da militância da minha geração.

Viveríamos naquele ano o impacto da mini-série *Anos Rebeldes*, exibida pela Rede Globo, uma obra de ficção que ao retratar as aventuras e desventuras da juventude dos anos sessenta, num momento em que a configuração histórica, mais uma vez, favorecia as passeatas estudantis, acabou tornando-se uma importante referência para os efêmeros caras-pintadas – como minha geração foi nomeada –, uma geração de estudantes estimulados a viver uma experiência que não lhes pertencia, projetada na campanha Fora-Collor, o que contribuiu para a afirmação da idéia de que o movimento estudantil, enquanto categoria histórica, só encontra significado como desdobramento das manifestações dos anos sessenta e em especial, de 1968.

Ao capturar as subjetividades dos estudantes no início dos anos noventa, *Anos rebeldes* – ao lado de outros instrumentos de formação de opinião – parecia deixar clara a força dos discursos e imagens que recobrem o movimento estudantil de 1968, tornando-o a grande referência para os estudantes das décadas posteriores.

O movimento estudantil desta época seria, desta forma, considerado o *verdadeiro* movimento e todas as outras experiências estudantis seriam avaliadas tendo como parâmetro, o modelo instituído no período. Por isso, a simples menção da expressão *movimento estudantil*, na maioria das vezes, aciona em nosso imaginário, imagens de subversão, de rebeliões de rua ou de uma vanguarda revolucionária que emergiram há quase quarenta anos atrás, ou seja, a expressão desperta em nossa mente o conjunto das imagens de tudo aquilo que foi tornado fixo no imaginário coletivo da sociedade a partir das experiências estudantis de 1968 nas ruas de grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

Por este motivo, passada a euforia da campanha pelo impeachment do presidente Fernando Collor, quando os estudantes se dispersaram, tudo o que restou foi a cobrança. A sociedade, insinuante e convicta, definiu minha geração como alienada, passiva e individualista, como já havia feito com as gerações anteriores. Nos faziam acreditar – e nem precisava porque no íntimo já pensávamos assim – que deveríamos ter um compromisso com a continuidade da história do movimento estudantil e com a sua conseqüente evolução. E para a angústia de muitos de nós, não estávamos conseguindo cumprir a nossa “missão”. Os símbolos<sup>1</sup> da luta estudantil do final dos anos sessenta, definitivamente, determinavam a nossa conduta.

Na época, entendia o movimento estudantil de 1968 como algo natural e não como uma produção cultural datada, até mesmo porque ainda não dispunha de referenciais teóricos com os quais pudesse desfamiliarizar os conceitos que o recobriam até então. Tudo aquilo que os estudantes de 68 fizeram me parecia o caminho *óbvio* a seguir para todo jovem que não concordasse com a injustiça e a repressão e que estivesse disposto a enfrentar a adversidade em nome do bem-estar das massas. E se tudo fazia sentido, por que não ser libertário, corajoso, audacioso e comprometido com a luta de classes como foram aqueles estudantes? Pelo menos era

---

<sup>1</sup> Sobre símbolos ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

para isso que sinalizavam os repertórios interpretativos que serviam de referência para minha geração, na medida em que

Os *repertórios interpretativos* são, em linhas gerais, as unidades de construção das práticas discursivas – o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem – que demarcam o rol de possibilidades de construções discursivas, tendo por parâmetros o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos ou *speech genres* (SPINK; MEDRADO, 1999, p.47).

E por isso perdi muito tempo tentando compreender porque o movimento estudantil, do qual fiz parte, não conseguiu ser tão combativo quanto aquele apresentado em 1968. Se mudei o foco das minhas análises isto decorreu do fato de que aprendi que devemos tomar os objetos históricos, assim como os sujeitos, “como efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais” (RAGO, 1995, p. 71).

Assim, desnaturalizando o movimento estudantil de 1968, pude perceber um autoritário regime de verdade produzido por um passado ideal, distante e inatingível que permanece constantemente nos assombrando, impedindo a emergência de novas experiências políticas juvenis. Neste sentido, as vaías tomadas por Caetano Veloso em um festival de música naquele ano, longe de serem apenas uma grosseira forma de expressão das preferências musicais da esquerda universitária, podem ser entendidas como importantes signos de uma postura intolerante. E elas parecem ecoar até hoje, coagindo todos os corpos juvenis que não se comportam *adequadamente*.

Diante de um olhar novo, alçado para além deste regime discursivo, 1968 vai perdendo a capacidade de dar sentido à história do movimento estudantil brasileiro. Antes disso, é ele quem precisaria ser explicado, o que pretendo fazer neste trabalho, um esforço que a primeira vista não seria tão difícil, devido a grande visibilidade que o tema vem ganhando nos

últimos trinta e oito anos. Ao contrário, seria fácil falar sobre 1968 se eu simplesmente me deixasse levar pelo fluxo discursivo que há muito tempo cristalizou uma certa idéia sobre tudo aquilo que aconteceu naqueles anos envolvendo os estudantes brasileiros, ressaltando o seu heroísmo na luta pela liberdade perdida e a sua enorme capacidade de mobilização contra os militares.

No entanto, não é a minha intenção colaborar com este fluxo. Não pretendo tornar o movimento estudantil de 68 ainda mais familiar ao nosso presente. Seguindo pela contramão, o que quero é exorcizá-lo, empurrá-lo de volta ao seu tempo utilizando a História, que teria, segundo Albuquerque Júnior (2001b) a “função de nos livrar do passado e não de nos ligar a ele. A sua função seria dizer o que em nós é passado e fazer com que a gente se livre disso, do peso que em nós é passado”.

Neste sentido, o trabalho foi, inicialmente, muito influenciado por Albuquerque Júnior (2001a) e Castelo Branco (2005a). Foram suas obras que me mostraram como poderia desnaturalizar um objeto de pesquisa, questionando as versões que explicam a sua existência. Assim, percorrendo os caminhos abertos por estes dois autores, transformei a categoria *movimento estudantil de 1968* em um ponto de chegada para a minha investigação, na tentativa de responder a pelo menos três questões fundamentais: como o movimento estudantil em 1968 pôde repercutir de forma tão marcante na sociedade de seu tempo? Por que apenas alguns estudantes da época podem falar em nome da luta política juvenil observada em 68? E porque temos, sub-repticiamente, a impressão de que 1968 nunca acabou?

Desta forma, o primeiro capítulo mostrará que para se entender o impacto do movimento estudantil de 68 no Brasil, é preciso analisar não só aquilo que os estudantes realmente protagonizaram nas ruas, mas também o comportamento da sociedade civil brasileira e do governo militar. Isto porque estes dois segmentos “desejaram” aquelas manifestações

estudantis e, ao seu modo, incentivaram-nas. Nestes termos, a conclusão deste capítulo é a de que o ME de 68 não foi “feito” apenas por estudantes. Sua expressividade, portanto, de alguma forma refletiu o comportamento da sociedade civil e dos militares no poder. Foram eles que ditaram o ritmo das manifestações estudantis conforme seus próprios interesses, provocando os avanços e recuos que o movimento estudantil apresentou na época.

No segundo, por sua vez, o objetivo é apresentar os movimentos juvenis de 68 como um espaço de dispersão, onde vários atores sociais, com diferentes práticas e concepções políticas, atuaram. Aqui, a discussão parte da constatação de que algumas vozes no interior do movimento estudantil se tornaram mais autorizadas do que outras para falar em nome das expressões políticas da juventude. Há uma verdadeira ordem hierárquica dentro da qual os estudantes que em 1968 se destacaram como líderes, geralmente estão no topo. É o caso de Vladimir Palmeira, por exemplo, na época presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME) que, juntamente com seu adversário político Luís Travassos, presidente da UNE, teve grande destaque na mídia e até hoje são, “obrigatoriamente” lembrados quando se pensa na luta juvenil contra a ditadura. Pensar em militância política nos anos sessenta, nestes termos, é acreditar que toda a juventude tinha um mesmo projeto político, quando na verdade dentro ou fora da esquerda tradicional e/ou alternativa o que se percebe é a diversidade do conjunto dos jovens que naquele ano estavam dispostos a expressar politicamente suas insatisfações.

Por fim, o terceiro capítulo se propõe a identificar as estratégias que inscreveram nas manifestações estudantis daquele ano a medida final para o ME das décadas posteriores. Por que 1968, afinal, não termina? O que garante a vitalidade do “modelo” de ME desenvolvido neste ano? Estas questões estão na base da problematização do capítulo. E para tentar respondê-las, a resposta que nos parece, até agora, mais plausível é a seguinte: 1968 se perpetua através dos livros de memória de pessoas cujas experiências estão ligadas àquele ano; da mídia televisiva e do

cinema; da imprensa; das práticas dos militantes “pós-anos 60” e das comemorações, que a cada dez anos – a contar de 68 – reavivam 1968.

As conclusões aqui reunidas são, em parte, resultado de estudos bibliográficos, através dos quais procurei privilegiar tudo o que chegou ao meu alcance relacionado à juventude dos anos sessenta. Neste sentido, além da temática *movimento estudantil*, em caráter específico, também interessaram a estes estudos, assuntos relacionado à *tropicália* e à *contracultura*, por exemplo. Foram, portanto, importantes as leituras de Castelo Branco (2005a), Sirkis (1980), Gabeira (1988), Veloso (1997), entre outros. Além disso, do ponto de vista teórico, outras leituras não foram menos importantes. Refiro-me às obras de autores como Foucault (1979), Chartier (1990), Deleuze (2003), Bourdieu (1992) e Hall (2005).

Resultaram também da análise de depoimentos de personagens que viveram nos anos sessenta as suas experiências juvenis, tais como Caetano Veloso, Nelson Motta, Gilberto Gil, Tom Zé, Vladimir Palmeira, Jean Marc, Arthur Poerner. Todos estes depoimentos foram colhidos em, basicamente, dois sites da internet: [www.uol.com.br/tropicália](http://www.uol.com.br/tropicália) e [www.mme.org.br](http://www.mme.org.br), o primeiro voltado para a temática *tropicália* e o segundo para o *movimento estudantil brasileiro*.

Também foram muito úteis, as pesquisas realizadas em bibliotecas e arquivos, públicos ou privados, onde tive acesso, especialmente, às revistas e jornais de circulação nacional ou regional publicados na segunda metade dos anos sessenta. Assim, os contatos com as revistas *Veja*, *Cruzeiro*, *Fatos e Fotos*, *Manchete*, *Visão* e com jornais como *Correio da manhã* e *Correio do Ceará*, todos do período estudado, só foram possíveis nas visitas realizadas a estes pontos de referência, dentre os quais destaco a biblioteca do Instituto Dom Barreto e o arquivos públicos do Piauí e Ceará.

Além disso, não poderia esquecer dos filmes assistidos, os quais deram uma importante contribuição a este trabalho por permitir a captura de algumas representações próprias

da época. Filmes como *Sem destino* (HOPPER, 1969) e *Hair* (FORMAN, 1979), que me ajudaram a perceber melhor o universo contracultural, que na virada dos anos sessenta para os setenta influenciou o comportamento de uma legião de jovens em todo o mundo, denunciando que a juventude da época tinha várias formas de se manifestar politicamente. E de documentários como *68: 30 anos depois estamos virando 98* (MELLO, 1998) e *Barra 68* (CARVALHO, 2000) que enriqueceram a elaboração deste trabalho com suas imagens e depoimentos sobre o ano de 1968 no Brasil.

Por fim, devo admitir que apesar de todas estas fontes, a última palavra nunca foi delas – e talvez nem minha. Com elas estabeleci um diálogo rico e proveitoso, mas em nenhum momento me intimidei com a quantidade de informações que carregavam em si. Com sensibilidade mantive com as vozes que emergiam das páginas e telas consultadas, momentos de cumplicidade muitas vezes só compartilhados com amigos, mas sempre duvidei de tudo que me diziam de modo que, no final, cada palavra escrita neste trabalho não reflete exatamente aquilo que foi colhido.

Talvez reflitam aquilo que penso, mas neste caso, diante da impossibilidade de se fazer um trabalho acadêmico sem referenciais teóricos, fico a pensar na quantidade infinita de outras vozes que estão por trás das páginas que agora apresento e daquelas obras com as quais trabalhei. Jamais poderei conhecer todas elas, mas certamente estes espectros invisíveis agora são parte de mim e da minha escrita. E também reconheço estas vozes como fontes.

## 1. Entre a rinha e a arquibancada: a autoria imprecisa do movimento estudantil nos interstícios de 1968

Eu retornei à Polônia. Era a primeira vez, depois de mais de cinco anos, que revia este país. Fui à casa de minha mãe, abracei-a e beijei [...] Eu disse à minha mãe que tinha ido vê-la por que queria que ela me ajudasse a fazer contato com algum grupo de guerrilha latino-americana. Perturbada, ela contemplava essa repetição absurda – no entanto lógica – de sua própria vida [...] Tudo recomeçava. Ela não chorava. Acariciava meus cabelos me dizendo que eu era louco mas prometendo que tudo faria para que eu pudesse realizar esse sonho que me vinha dela.

Pierre Goldman

Ao escrever este texto, Pierre Goldman procurou inscrever em seu próprio corpo a marca do heroísmo vivenciado por seus pais. Filho de um casal de judeus comunistas que fez parte da resistência francesa antinazista, ele crescera sob a influência dos relatos sobre o comunismo, o sionismo, a guerra espanhola, a Resistência e o anti-stalinismo (ARAÚJO, 2000, p. 38). Provavelmente em consequência disso, procurou vivenciar, de alguma forma, atos de bravura como aqueles de seus pais, o que o levaram a viajar à Venezuela, no final dos anos sessenta, para se tornar guerrilheiro na América Latina.

Experimentar a experiência do outro. Isso explicaria o surgimento da geração de jovens que na década de 1960 assombrou o mundo com as suas rebeliões? Ao que parece sim. Pierre Goldman tornou-se um aspirante a guerrilheiro por ter sido sensível aos signos do inconformismo emitidos por sua mãe tal como alguém se torna médico “tornando-se sensível aos signos da doença. A vocação é sempre uma predestinação com relação a signos” (DELEUZE, 2003, p. 4). Como um “egiptólogo”, ele decifrou estes signos a tal ponto que tornou os sonhos

que um dia foram de sua mãe em algo familiar e os assumiu para si, embora, na verdade, fossem estranhos a ele (DELEUZE, 2003, P. 26).

E assim como Pierre Goldman, muitos buscaram nas inúmeras referências revolucionárias da época – tais como Che Guevara, Mao Tse-Tung e Ho-Chi-Minh – uma forma de extravasarem seus pontos de vista, mesmo que apenas em fantasia, como no caso de Sebastião Velasco, um dos tantos jovens subversivos que atuaram em 1968. Quando ainda era criança e se iniciava seu interesse por política, ele não conseguiu escapar da influência dos signos da Revolução Cubana, embora tivesse uma inclinação liberal – que mais tarde o levaria a aplaudir o golpe de 64: “Junto ao relato de seus feitos, as figuras românticas daqueles guerrilheiros barbudos exerciam uma atração enorme e, como não comungava suas idéias, eu me fantasiava, igualmente barbudo, provando meu heroísmo na luta pela liberdade” (VELASCO, 1999, p. 106).

A imaginação infantil, aliás, parece ter sido freqüentemente cativada pelas ações da juventude rebelde dos anos sessenta. As crianças começaram a trocar as brincadeiras de caubói e bandido para brincar de estudante e polícia. “E, claro, todo mundo queria ser estudante” (PALMEIRA, 1999, p. 117). Nas palavras de uma criança, que ganharam repercussão na época, é possível extrair alguma conclusão neste sentido: “Depois das cenas bacanas que vi, acho os banguê-banguês da TV muito chatos. Não quero mais ser mocinho, quero ser estudante” (REIS, 1999, p. 70).

É certo que nem todos os jovens do período foram revolucionários, mas é difícil ignorar que, se houve uma característica que singulariza aquela geração, certamente ela está relacionada à sua explosão em “revolta contra o poder nas suas várias dimensões: revolta dentro de casa contra a geração dos pais; revolta contra as formas de cultura e artes dominantes; revolta contra os padrões de comportamento vigentes” (SIRKIS, 1999, p. 111).

E essa revolta, em 1968, pareceu adquirir um caráter planetário, uma vez que dezenas de países sofreram os abalos dos protestos juvenis, fossem eles capitalistas ou comunistas. Perplexo, o mundo inteiro tentou compreender aquela nova geração de contestadores que parecia fazer uma adaptação pós-moderna de uma tragédia antiga, ameaçando o *establishment* de sua época, tal como os bárbaros fizeram em relação ao Império Romano<sup>2</sup>. O excerto a seguir, retirado de uma das revistas de maior prestígio no Brasil durante a década de sessenta, é ilustrativo disso:

“Que podemos fazer neste mundo que vocês fizeram? Em nome de quê, tendo em vista o resultado revoltante de suas ações e de suas omissões, vocês pretendem nos dar conselhos e ordens?”. Em Roma e Londres, em Praga e Berlim, em Berkeley e Varsóvia, em Madri, em Nanterre e no Rio de Janeiro, perguntas como estas tiram o sono dos líderes do mundo. Pela primeira vez eles começam a admitir que os protestos estudantis não mais se originam na secular rebeldia dos jovens. Para alguns, trata-se de algo inteiramente novo. Nos países capitalistas e nos comunistas, nos países democráticos e nos totalitários, os cassetetes não conseguiram reprimir as manifestações (MANCHETE, 1968, nº 834, p. 17).

E no Brasil não foi diferente. A juventude brasileira, com impressionante disposição, invadiu os espaços públicos para fazer suas reivindicações, dentro de uma configuração histórica em que, estando o Estado brasileiro aparelhado pelos militares e pelas mais reacionárias formas de pensamento, praticamente todos os outros movimentos sociais já haviam sido silenciados. E um dos capitais simbólicos (Cf. BOURDIEU, 1992) mais importantes para a representação e apropriação<sup>3</sup> da rebeldia juvenil daquele ano viria a pertencer ao movimento estudantil, o qual passaria a ser configurado como uma categoria histórica indispensável para o entendimento do período. 1968, entretanto, dado ao enorme capital simbólico que lhe recobre, não é, para este

<sup>2</sup> A metáfora é inspirada na experiência dos tropicalistas Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa e Maria Betânia que assumiram a provocativa denominação de *Doces Bárbaros*.

<sup>3</sup> Os conceitos de “representação” e “apropriação” utilizados neste trabalho estão baseados em Roger Chartier. Desta forma, “representação” é aqui entendida como uma forma de percepção e de apreciação do real que torna inteligível o mundo e que longe de ser universal, reflete sempre os interesses do grupo que a elaborou. “Apropriação”, por sua vez, é a maneira como grupos ou indivíduos fazem uso de textos, associada às compreensões que eles têm de si e do mundo em que vivem e não à intenção de autores/ produtores. (Cf. CHARTIER, 1990).

trabalho, um ponto de partida. Aquele ano, tão emblematicamente constituído no imaginário de várias gerações, é um ponto de chegada para o conjunto das transformações observadas na década de sessenta, carecendo ainda de intervenções explicativas de seu papel na história do Brasil e, especialmente, na constituição da categoria histórica “movimento estudantil”.

Nesse sentido, como alguém que procura ler uma mensagem escrita na areia da praia, antes da chegada das ondas que insistentemente procurarão apagar todas as palavras, coloquei-me em busca dos rastros deixados por 1968, ao longo de toda a década de sessenta, certo de que os rastros ainda estão lá a despeito de uma visão historiográfica que insiste em destacar apenas a beleza dos grandes eventos, quando estes se apresentam em sua plenitude, em detrimento das silenciosas práticas que permitiram a emergência dos mesmos<sup>4</sup>.

E entre a areia e a espuma ficou claro que o caminho que leva ao ano de 1968 foi marcado por um ritmo acelerado de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico que “atingiu tanto o mundo capitalista quanto o mundo dito socialista” (SIMÕES PAES, 2004, p. 11). A década de sessenta, pois, está inserida dentro de um período de otimismo e prosperidade que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial. Um tempo de intensa industrialização e de importantes inovações nas diversas áreas do saber humano – como demonstram a descoberta do chip; as técnicas de transplantes, iniciadas no Brasil naquela década e; especialmente, as viagens espaciais.

Tanto dinamismo permitiu uma intensa circulação e acumulação do capital internacional que acabou exercendo uma persistente pressão sobre as dimensões do espaço e do tempo, alterando assim, a percepção das pessoas da época sobre as mesmas, especialmente a partir do final dos anos sessenta, quando o mundo assistiu a mais uma crise de superacumulação

---

<sup>4</sup> Influenciado por Michel Foucault, optei por refletir sobre os *começos* e não sobre *as origens do movimento estudantil* (Cf. FOUCAULT, 1979).

(HARVEY, 1996, p. 293). Com essa compressão do tempo-espaço, surge na época a desconcertante sensação de que o mundo estava *encolhendo*. Surpreendente constatação que era, na verdade, resultante de uma nova era anunciada por meio das transformações tecnológicas que revolucionaram as comunicações intraplanetárias de então, o que contribuiu de maneira significativa para “reduzir” o planeta a uma *aldeia global*<sup>5</sup>.

E sem as antigas “distâncias” que os separavam, homens e mulheres da época assistiram ao nascimento de um novo Homem, o *homem planetário*, que precisou criar novas representações para poder se situar de forma segura em sua nova realidade (Cf. CASTELO BRANCO, 2005a). A linguagem, por este motivo, começou a transbordar na medida em que novas palavras foram sendo criadas para nomear aquilo que até então não existia ou era desconhecido. Foi o caso do termo “multinacional” que precisou ser criado para designar uma nova modalidade de empresas que agenciavam seus negócios ao mesmo tempo em vários países, provocando um grande vazamento nas fronteiras nacionais. “Ao final dos anos 50, esse fato era tão novo que não havia nem mesmo uma palavra para designar essas grandes corporações” (SIMÕES PAES, 2004, p. 12).

As transformações dos anos sessenta, portanto, deslocaram importantes noções que ajudavam os brasileiros – assim como a outros povos pelo mundo afora – a se conectarem ao mundo, tais como as de tempo, espaço, fronteiras, linguagem e identidade (Cf. CASTELO BRANCO, 2005a). E essa nova configuração, diante de uma realidade marcada pela insegurança provocada pela Guerra Fria e pelo intenso clima de polarização ideológica então vigente no Brasil (esquerda/ direita, capitalismo/ comunismo, engajamento/ alienação, tradição/ revolução

---

<sup>5</sup> Expressão formulada por Marshall McLuhan (Cf. McLUHAN, 1968).

de costumes,...), vai permitir um acúmulo de tensões que só encontrará válvula de escape nos inúmeros protestos de rua ocorridos nos anos sessenta<sup>6</sup>.

E diante de tantas tensões, a conservadora sociedade brasileira sofre um profundo mal-estar, afinal, como preservar tradicionais valores em um novo mundo que passou a confrontar, constantemente, o *já estabelecido* com novas alternativas? Um mundo que se apresentava como irreconhecível, impossível de ser traduzido com a linguagem até então consagrada pela sociedade. Esse desconforto pode ajudar a explicar o porquê da Ditadura Militar ter encontrado decisivo apoio entre os civis brasileiros. “As pessoas desejam o autoritarismo porque projetam nele um instrumento para barrar o ritmo das mudanças e reinventar cotidiana e reativamente a tradição” (CASTELO BRANCO, 2005a, p. 94). Desse ponto de vista, o nome “Ditadura Militar” passa a esconder intenções nomeadoras, salvando a reacionária sociedade civil brasileira de sua culpa, empurrando exclusivamente para os militares o ato histórico de fazimento da ditadura, como se isso fosse possível.

Assim, a expressiva contestação de valores que a juventude brasileira protagonizou, colocou em risco não só os interesses do Estado militarizado, mas também os tradicionais modelos de família ao lado de todos os outros princípios organizadores da sociedade, que assistirá cada vez mais chocada, ao intenso ritmo das mudanças.

Dessa forma, entre a força cerceadora do *velho* e a sedução do *novo*, faces de uma mesma moeda que girava num mundo marcado pela prosperidade econômica, a juventude dos anos sessenta, ansiosa e inquieta, percebe que, apesar de tantos benefícios oferecidos, no texto claro e visível do *establishment*, os papéis de cada sujeito continuariam a ser impostos de maneira

---

<sup>6</sup> Muitas vezes, os anos sessenta puderam ser vivenciados como um verdadeiro campo minado, onde qualquer palavra ou gesto poderia desencadear explosões na forma de passeatas. E elas foram inúmeras. Ocorreram passeatas em apoio a intervenções conservadoras na sociedade brasileira, como as marchas da Família com Deus e pela Liberdade; outras que visavam questionar a Ditadura, como a Passeata dos Cem mil e até mesmo aquelas que procuravam barrar a influência estrangeira na cultura brasileira como a que ocorreu no dia 17 de julho de 1967, em São Paulo, contra o uso da guitarra na música popular brasileira.

injusta e autoritária, de acordo com valores que, do interior da *aldeia global*, a juventude começava a considerar provincianos e superados.

Era preciso então reescrever o texto, abrir novos canais de expressão e participação política para a concretização de transformações compatíveis com as paixões juvenis. E os jovens, efetivamente, entraram na briga para participar do processo histórico de renomeação – de ressignificação – da realidade, afinal, um mundo novo, que exige respeito às subjetividades, não se dá facilmente à mudança. Esse foi um campo de conflito que obrigou os jovens dos anos sessenta a caminharem pela contramão e por todos os trechos e atalhos pelos quais, segundo as regras sociais, não era permitido transitar. Assim, sob os discursos que ideologizam a cidade, “proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir” (CERTEAU, 1994, p. 174).

A sociedade, como era planejada, é então corrompida e no lugar de jovens “ordeiros” e reprodutores do sistema, surgem corpos cada vez mais indóceis, verdadeiros marginais dispostos a, golpe por golpe<sup>7</sup>, transformar a sociedade. E para isso, os corpos juvenis transformaram-se em verdadeiros discursos e práticas, configurados de acordo com o tipo de tática a ser utilizada. Surgirá assim, por um lado; o corpo-transbunde-libertário, um corpo liberto que, percebendo diante de si todas as maravilhosas novidades que se apresentavam no mundo que então emergia – a pílula, a guitarra, a televisão,...–, quis vivenciá-las segundo sua própria subjetividade; e por outro, o corpo-militante-partidário, disciplinado e atento às possibilidades de uma revolução que poderia redimir toda a ordem social brasileira (Cf. CASTELO BRANCO, 2005b). Para esse último corpo, gastar energia com questões do cotidiano, na busca pela

<sup>7</sup> Para Michel de Certeau, esta forma de luta chama-se “tática”, uma “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha [...] Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance”. (Cf. CERTEAU, 1994, p.100).

realização de desejos ou por uma autonomia das subjetividades, era perder tempo com temas superficiais que não alterariam em nada um quadro social tão rico em mazelas. Será esse corpo militante que definirá a face mais visível do movimento estudantil dos anos sessenta, como veremos a seguir.

Diante de tudo isso, ficava cada vez mais difícil manter as antigas noções de hierarquia que impunham um lugar social para adultos e jovens.

Há também o fato de que o fantástico crescimento do *output* de conhecimento, das técnicas de divulgação e da didática da informação etc. igualmente ampliou a capacidade de absorção do conhecimento. Isso produziu uma diferenciação extremamente importante no *outlook* das gerações. A ponto de levar Margareth Mead a afirmar algo surpreendente: pela primeira vez na história, os jovens *sabem mais* que os adultos (MARTINS, 2004, p. 139).

Para os jovens dos anos sessenta o futuro parecia ter chegado e assim eles não precisariam mais esperar. Era então uma questão de assumir o destino do mundo nas mãos. Num contexto de intensa polarização entre os mais diferentes corpos juvenis, tal impressão parecia ser um das poucas coisas a ser compartilhadas por um conjunto tão heterogêneo. Era insinuada tanto pela juventude dita engajada, quanto pelos “desbundados”<sup>8</sup>. Além disso, foi sistematicamente problematizada pela sociedade, interessada e assustada com as manifestações cada vez mais ousadas e convictas da juventude. Emergia assim, uma juventude difícil de ser apreendida pelo conjunto social embora, e talvez exatamente por isso, explicitamente demonstrasse a sua força nos mais diferentes empreendimentos.

Pelé, aos 28 anos, bicampeão mundial, preparava-se para o tri e já era o maior jogador do mundo; Glauber Rocha, com 29 anos, já conquistara a admiração

<sup>8</sup> Geraldo Vandré, em *Para não dizer que não falei das flores*, canta “Vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer”. Já Caetano Veloso anunciava, em *Alegria, alegria*: “Eu vou, por que não?”

internacional com pelo menos dois filmes [...] Chico Buarque e Caetano Veloso, se parassem de compor aos 24 e 26 anos, entrariam mesmo assim em qualquer antologia de música popular brasileira; Roberto Carlos tinha 25 anos e já era rei; Elis Regina e Gal tinham 23 anos; Nara Leão, 26; Maria Bethânia, 22. Além deles, um grupo de quase-garotos de nomes desconhecidos – Vladimir, Travassos, Muniz, Franklin, Jean-Marc, José Dirceu – iriam em breve virar o país pelo avesso (VENTURA, 1988, p. 43-44).

E 1968 parece ter sido o ponto de convergência para todas essas transformações ocorridas nos anos sessenta e por isso, as múltiplas narrativas que incidem sobre o período costumam situá-lo como espécie de “pavio”, pronto a provocar explosões que, no limite, dariam significado à maioria dos acontecimentos dos anos sessenta. Em razão disso, muitos tentaram explicar o fenômeno juvenil daquele ano, julgando-o algo novo, no entanto, para alguns analistas o que ocorreu não representava propriamente uma novidade:

De fato, o movimento é bastante antigo. Não foi em Roma, a partir de 1960, que começou? Foi em 1963 que se deram, em Pisa e Florença, as primeiras ocupações de faculdades. Em Berkeley, em 1962 e sobretudo no outono de 1964, os estudantes americanos acompanharam Mário Selvo em uma agitação que ultrapassou o âmbito de sua universidade. Em Berlim Ocidental, no decurso de uma manifestação realizada por ocasião da visita do Xá do Irã, a 2 de junho de 1967, o estudante Benno Chnesorge foi morto por um policial, o que foi depois cobrado: de Berlim a agitação ganhou Hamburgo, Frankfurt, Munique e no Natal foi da própria cátedra de Gedachtniskirche, sobre o Kurfürstendam, que Rudi Dutschke estigmatizou a guerra do Vietname. No entanto, foi somente em princípios de 1968 que esta agitação estudantil ganhou verdadeiramente maior amplitude [...] (SAMUEL, 1968, p. 102-104).

A mesma observação pode ser feita em termos de Brasil. A juventude, sobretudo em sua manifestação mais visível, o movimento estudantil, já criava um histórico significativo de lutas e mobilização desde o Golpe Militar<sup>9</sup>, num gradativo processo de transformação de suas práticas que, antes de 1968, já dava sinais de que a radicalização do movimento era uma

<sup>9</sup> Nesta pesquisa, não ignoro que já houvesse, antes disso, manifestações estudantis no Brasil. Se considere o golpe como o momento inicial para as minhas considerações, isso se deve ao recorte escolhido o qual considera o movimento estudantil dentro da trajetória da Ditadura Militar.

realidade. Neste sentido, podemos destacar que nos primeiros anos do aparelhamento civil-militar do Estado brasileiro “a reação dos estudantes [...] foi das vaias aos boicotes – no caso da Lei Suplicy – às greves e às passeatas” (FÁVERO, 1994, p. 48) ao que as forças repressivas responderam com uma violência crescente, o que provocou, já em 1966, o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura

O chamado “Dia Nacional do Protesto contra a Ditadura” marcou o clímax da crise, com pelo menos três incidentes graves:

- Em Salvador, dispersados a cassetete, os estudantes procuraram refugiar-se nos fundos do Convento de São Bento, na Baixa do Sapateiro. Novamente acuados pela polícia, responderam ao espancamento com pedradas, até que foram disparadas rajadas de metralhadora. Um estudante foi ferido e o incidente só não assumiu maiores proporções graças à intervenção do abade do mosteiro.
- Em Goiânia, um cabo da Polícia Militar foi morto a tiros no momento em que os policiais cercaram um colégio secundário, onde se encontravam perto de mil estudantes. A polícia disparou no local cerca de trezentos tiros para o ar e julgou haver identificado em um estudante, que portava um revólver, o autor do disparo que abateu o militar.
- No Rio, depois de se concentrarem diante da Reitoria da Universidade Federal e de lá saírem acompanhados pelo reitor Pedro Calmon, os universitários concentraram-se no prédio da Faculdade de Medicina, na Avenida Pasteur, onde ficaram sitiados pela polícia até a madrugada. No momento em que se desenvolviam sugestões para que o prédio fosse desocupado pelos 2 mil estudantes, a Polícia Militar invadiu a Faculdade, espancou e prendeu. Primeiro balanço: mais de cem feridos, mas de cem presos (VISÃO, 1966, nº 14, p. 12).

E se em 1966 houve manifestações estudantis durante todo o ano, apesar da violenta repressão policial (FÁVERO, 1994, p. 48), em 1967 não foi diferente. Em estados como o Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais e o Distrito Federal, protestos juvenis acompanhados pela repressão marcaram o cenário político desses lugares em praticamente todos os meses do ano. Mas apesar desse retrospecto, apenas “o ano de 1968 fica na história como o ano de protestos da juventude” (FÁVERO, 1994, p. 49).

Há, portanto, um incômodo descompasso entre as práticas do movimento estudantil pré-68 e afirmações como esta, por sinal, consagradas pela historiografia. E desta inquietação vem a pergunta fundamental para este capítulo: por que o movimento estudantil de 1968 tornou-se um fenômeno social tão expressivo?

Fala-se, com certa frequência, que 1968 tornou-se singular por causa da disposição com que os estudantes enfrentaram a violenta repressão policial, que constantemente aparecia para coibir os protestos de rua. Se por um lado, a polícia usava cassetetes, bombas de gás lacrimogênio e até armas de fogo, os estudantes, do seu lado, respondiam à agressão com paus, pedras e, caso aparecesse a cavalaria, bolinhas de gude para derrubar os cavalos, táticas que teriam inspirado a imprensa da época a considerar o movimento estudantil uma verdadeira “guerrilha urbana”.

De fato, as freqüentes batalhas entre estudantes e policiais foram uma marca expressiva daquele ano, no entanto, isso parece insuficiente para justificar tanta ênfase ao movimento estudantil de 68, haja vista que anteriormente reações estudantis semelhantes poderiam ser observadas. As táticas que os estudantes de 68 utilizavam nas ruas, consideradas uma novidade pela imprensa, já podiam ser observadas nas manifestações estudantis durante o Estado Novo<sup>10</sup>, por exemplo. Na sua edição de 1º de outubro de 1966, a revista Fatos e Fotos trás um texto que poderia perfeitamente ser confundido com as muitas matérias que ilustravam jornais e revistas ao longo do ano de 1968:

Nessas últimas semanas, os dias políticos do Brasil não tiveram um entardecer tranqüilo. No Rio e em São Paulo, em Belo Horizonte e Porto Alegre – até mesmo em Brasília - os estudantes tem saído às ruas, nos fins de tarde, para protestar contra o governo, em manifestações que se encerram de maneira

---

<sup>10</sup> Em artigo de Otto Lara Resende, descobri que o uso de cortiças para desestabilizar a cavalaria da Polícia Militar era algo comum nas manifestações estudantis durante a ditadura estadonovista. (Cf. FATOS E FOTOS, 1966, nº 296, p. 15-16).

violenta, com os gritos de rebeldia de moças e rapazes a se confundirem com as vozes de comando dos policiais (FATOS E FOTOS, 1966, nº 296, p. 11).

No mesmo número, a revista fala ainda sobre as táticas e armas utilizadas pelos estudantes nos confrontos contra os policiais: caminhar em sentido contrário ao tráfego, utilização de pedras e atiradeiras, neutralização do gás lacrimogênio com lenço em amônia, rolhas de cortiça para derrubar a cavalaria, etc... (FATOS E FOTOS, 1966, nº 296, p. 12-16). Descrições semelhantes podem ser observadas na edição da revista *Veja* do dia 11 de setembro de 1968.

Mas a guerra existe, com a preocupação de se aperfeiçoarem os métodos de combate. Nas ruas da Guanabara, os estudantes descobrem a vantagem de caminhar na contramão e na hora do “rush”: atrapalha a polícia e o trânsito. Um modelo tático que passou a ser imitado por todo o País. Mas aí a polícia simplesmente começou a interditar o trânsito para facilitar o trabalho da cavalaria que atacava em carga. Os estudantes, então, redescobrem o uso das rolhas, tão velho como a polícia montada. Contudo, as rolhas que fazem os cavalos escorregarem tem de ser lançadas de perto. E as bolinhas de gude começam a rolar pelo asfalto como substituto ideal. “As bolinhas de gude”, dizia um líder estudantil, servem também como pedras visando o cavaleiro”. Um meio de evitar a luta corpo a corpo, vantajosa para a polícia com cassetetes e bombas de gás (VEJA, 1968, nº 1, p. 24).

Assim, se é possível admitir que o diálogo entre o governo e os estudantes, em 68, era marcado pela violência, não o será pensar que isso era algo inédito. Dessa forma, afirmar que aquele movimento estudantil ganhou seu enorme destaque por conta da violência – policial ou estudantil –, dificilmente poderia justificar a singularidade daquele movimento. A pergunta que motiva este trabalho, portanto, continuaria sem resposta.

Em razão disso, se não é a disposição para a luta estudantil ou a violência nos confrontos entre estudantes e policiais, o que particulariza o movimento estudantil brasileiro em 1968? Certamente, os estudantes ganharam destaque no Brasil em 1968, na medida em que a

própria juventude da época se colocava no centro das atenções no mundo ocidental, por causa da inusitada emergência de vários protestos juvenis ocorridos quase que simultaneamente em vários países naquele ano. A atenção dada à juventude, portanto, teria colaborado decisivamente para a grande visibilidade que o ME brasileiro obteve na época.

No entanto, por mais que esses eventos tenham influenciado o que acontecia aqui, eles não chegaram a imprimir na dinâmica dos movimentos observados nas cidades brasileiras, uma lógica estranha ao contexto político no qual os estudantes estavam inseridos. Com relação ao maio francês, por exemplo, considerado um paradigma para o conjunto dos protestos juvenis observados em 1968, a agitação no Brasil é anterior e em nenhum momento a sua trajetória foi alterada pelos acontecimentos da França.

Neste sentido, Alain Brossat chama a nossa atenção para a heterogeneidade entre os diferentes “maios de 1968”, uma vez que, eles aconteceram em condições diversas nos vários países que assistiram a agitação de seus jovens.

Penso que há uma ilusão cronológica, um efeito enganador e falacioso que envolve as análises e que se deve ao fato de que tudo isso tenha se passado ao mesmo tempo.

Há um efeito de simultaneidade que nos leva logo a pensar que se trata do mesmo movimento – o que em certo sentido é verdade –, mas que nos leva também a ter um mesmo prisma de interpretação, de leitura e análise para todos esses movimentos mais ou menos simultâneos, notadamente no que concerne à relação entre violência e política. O que eu quero mostrar é que ocorre exatamente o inverso e que, no que diz respeito à França, é necessário propor análises muito diferentes [daquelas propostas para o 68 brasileiro] (BROSSAT, 1999, p. 36).

Isso não quer dizer, no entanto, que, na *aldeia global*, aqueles movimentos espalhados pelo mundo fossem alheios uns aos outros. Certamente, havia entre eles uma conexão que, embora não explique o motivo da emergência de cada um deles, uma vez que suas razões são distintas, deve ser considerada como um importante fator para fortalecer o ânimo daquela

juventude que passava a se sentir parte de um movimento planetário irresistível, embora heterogêneo.

Tudo se passa como se os jovens formassem, hoje, uma classe social à parte, com sua linguagem, sua solidariedade, seus deveres e suas obrigações próprias. É o *poder estudantil* que começa a impor sua presença.

O sentido deste protesto varia. A liberdade que os estudantes pedem na Polônia é diferente da que pedem os dos Estados Unidos. Na Itália, querem a reforma universitária [demanda compartilhada com os estudantes brasileiros]. Na Tchecoslováquia, maior liberdade de expressão. Na Inglaterra, pedem maior participação na política. Um fio comum entrelaça todos os movimentos: eles querem derrubar o *establishment*. Nos quatro cantos do mundo, tentam demonstrar que se sentem sufocados no universo criado pelos seus antepassados. Conforme observou há pouco um professor francês, os jovens se sentem “demais” neste mundo que consideram superado. “É como se transbordassem”, explica ele (MANCHETE, 1968, nº834, p. 18).

Assim, se a França, de alguma forma, influenciou os movimentos no Brasil, também é verdade que o Brasil despertava interesse em muitos daqueles jovens que protestavam lá. A revista *Cruzeiro*, do dia 20 de julho, numa reportagem feita em Paris, nos dá a dimensão desse interesse ao apresentar fotos de murais na Faculdade de Ciências de Halle-aux-Vins onde figuravam imagens de choques entre estudantes e policiais no Rio, e também ao registrar a curiosidade dos jovens parisienses: “Ah...então você é brasileiro? É verdade que morreram seis estudantes brasileiros nas manifestações do Rio?” (CRUZEIRO, 1968, nº 29, p. 30) – teria perguntado uma estudante para o repórter da revista.

Já no que diz respeito às diferenças, uma é fundamentalmente importante: enquanto o maio francês “acaba com o tempo das lutas sangrentas” na França, o que para a sociedade francesa, passada a agitação, não resulta numa experiência traumática (BROSSAT, 1999, p. 36-37), o mesmo não poderia se dizer com relação ao que aconteceu no Brasil, um país governado por um, cada vez mais violento, regime militar. Aqui a violência foi marcante e em vários momentos as conseqüências podem perfeitamente ser caracterizadas como traumáticas.

É, então, impossível não falar da violência que marcou as manifestações estudantis brasileiras em 1968, mas isso não chega a particularizar o movimento estudantil da época ou explicar o porquê do seu impacto. O diálogo violento entre os estudantes e os militares não se originou aí, ele começa, como já vimos, ao longo dos quatro anos que sucederam ao golpe.

Assim, se o movimento estudantil de 1968 não configura uma novidade, o que explicaria tanto impacto na mídia ou mesmo na história do ME brasileiro?

Ao meu ver, compreender a repercussão daquelas manifestações exige uma análise para além daquilo que a juventude protagonizou nas ruas. É preciso considerar as várias representações e apropriações realizadas a respeito do movimento. A partir daí, seria possível perceber que, por diferentes motivos, sociedade civil e o governo militar desejaram as manifestações estudantis e as incentivaram, de acordo com os limites de seus interesses.

A sociedade brasileira, quando em 1964, apoiou o golpe militar, o fez contra a agitação popular *perigosamente* relacionada ao espectro do comunismo, que se verificava no governo de João Goulart, certos de que a militarização do Estado seria provisória. No entanto, a militarização, gradativamente, vai perdendo o seu caráter provisório, adiando indefinidamente a retomada de um regime liberal-democrático como queriam as elites civis. Frustrada, a sociedade vai aos poucos mudando sua atitude em relação ao governo dos militares e passa a cobrar deles – ainda que timidamente – a democracia que prometeram preservar em 1964, mas que parecia estar ferida de morte diante do inquietante clima de caça às bruxas que se montava – as cassações, censuras e prisões pareciam não ter fim – sobretudo a partir do Ato Institucional nº 2 que deu legitimidade para uma série de atos arbitrários como a extinção dos partidos políticos e a imposição de eleições indiretas para governadores e para a presidência da República, o que particularmente desagradou as lideranças civis que encabeçaram o golpe de 64.

Formou-se, assim, uma atmosfera de descontentamento. Não somente entre os derrotados, é claro, mas mesmo em setores expressivos da grande frente que havia apoiado o golpe. Líderes civis importantes do movimento vitorioso, como por exemplo Carlos Lacerda, preocupados com a impopularidade do governo, com o qual eram identificados pela opinião pública, e com a proximidade das eleições, previstas para 1965 e 1966, as quais deveriam se submeter, começaram a criticar a política econômica e pedir a cabeça dos seus responsáveis [...] no que seriam acompanhados por boa parte da grande mídia conservadora, porém rebelde, às determinações governamentais (REIS, 2000, p. 40).

Desta forma, o capital simbólico que os militares possuíam e que permitia que eles fossem identificados com a ordem e a legalidade constitucional começa a se esgotar e o Estado militarizado passa a verificar um gradativo afastamento dos civis. Essa dinâmica não era inédita, no início dos anos sessenta ela já havia se manifestado em duas ocasiões diferentes, para a alegria e desespero do ex-presidente João Goulart. Foi o apelo à legalidade que frustrou a tentativa de golpe que impediria a sua posse em 1961 e foi também em nome da “legalidade” que ele foi derrubado em 1964. A legalidade constitucional era, pois, o porto seguro para a sociedade brasileira, um importante abrigo para o seu conservadorismo. E naquele momento, representava uma estrutura que, sob a ação dos militares, começava a rachar.

As trocas simbólicas entre civis e militares, portanto, não eram mais as mesmas quando em 1968 a sociedade começou uma aproximação com o movimento estudantil, naquele momento, praticamente, a última válvula de escape ainda aberta para o descontentamento social. É nesse contexto que a sociedade vai se apropriar das reivindicações estudantis na tentativa de restaurar um regime liberal-democrático para o país de acordo com as suas demandas.

Assim, se em 1964 os civis assistiram com um olhar cúmplice à destruição do prédio da UNE, incendiado em sinal de regozijo pela vitória do golpe contra o governo Jango e o fantasma do comunismo, agora passariam a negociar simbolicamente com os estudantes, o seu futuro político. E por essa troca simbólica, a sociedade passou a dar respaldo ao ME enquanto

este disponibilizava uma possibilidade concreta de luta contra a Ditadura. As manifestações estudantis seriam revestidas com o manto da legitimidade civil e a sociedade ganharia um porta-voz nas ruas para tagarelar e espernear em nome do restabelecimento da democracia. No entanto, o que a negociação escondia eram os diferentes pontos de vista da sociedade e dos militantes estudantis. Estes, ligados em sua maioria a organizações de esquerda, não descartavam o uso da violência para transformar o país, já a sociedade queria o fim do Estado ditatorial, mas não estava disposta a tudo para conseguir o seu objetivo. Na verdade, a postura dos civis continuava essencialmente conservadora, como se pode verificar até o final deste capítulo e isso foi decisivo para o rompimento do acordo tácito entre os estudantes e a sociedade, no segundo semestre de 1968.

Além disso, não podemos pensar que toda a sociedade brasileira estava ao lado do movimento estudantil e contra a Ditadura. Havia também muita rejeição, dissimulada ou não, entre a população. Desta forma, não era só apoiando que as pessoas interagiam com as passeatas de rua, muitos ofendiam, agrediam ou aplaudiam os espancamentos policiais. As delações também eram práticas constantes e todos os militantes precisavam estar atentos ao perigo, principalmente, os mais visados pela repressão. Muitas vezes, no entanto, não foi possível evitar e alguém acabava caindo, tamanha era a cumplicidade dos ditos civis com os militares.

O governo militar, por sua vez, com a posse de Costa e Silva, estava dividido entre as propostas de abertura e de endurecimento do regime, esta defendida pela linha dura como um importante fator de estabilidade. Ao longo de 1968, no entanto, ele acaba cedendo aos mais radicais, pavimentando assim, o caminho para o AI-5, usando como pretexto, os protestos dos estudantes, ou melhor, a necessidade de combatê-los. Por esse motivo, sempre que puderam, os militares provocaram os estudantes, incitando-os a radicalização em suas manifestações, pois quanto mais perturbação da ordem, como preferiam representar os protestos estudantis, maiores

seriam as razões para justificar o fechamento do regime. Assim, em várias oportunidades, as forças da repressão atuaram com uma agressividade aparentemente injustificável contra os protestos estudantis, pois, na verdade queriam despertar signos entre os estudantes, que pudessem caracterizar uma ameaça à Segurança Nacional.

A radicalização da Ditadura, como se sabe, acabou se concretizando no final de 1968, no dia 13 de dezembro, mas o fantasma do autoritarismo já pairava no ar desde o início do ano. Em janeiro, por exemplo, “o clima é [...] de incertezas e de crise política. O afastamento de Costa e Silva dos debates políticos gera rumores sobre a possibilidade de um outro Ato Institucional e até mesmo da preparação de um novo golpe” (VALLE, 1999, p. 40).

Tais circunstâncias contribuíram para a enorme visibilidade que o ME de 68 obteve, o que dificilmente teria conseguido se tivesse sido pautado apenas no campo simbólico estudantil. Ele foi uma construção de toda a sociedade, incluindo aí os militares que tanto buscaram combatê-lo. Estes atores externos procuraram apropriar-se do movimento estudantil e ao fazê-lo, imprimiram sobre ele diferentes significados, o que foi decisivo para o ritmo de suas manifestações, ora incentivando-as, ora provocando reflexos, conforme os seus interesses particulares. Isto está claro em pelo menos seis episódios: o assassinato de Edson Luís, a Sexta-feira Sangrenta, a Passeata dos Cem mil, a invasão da UNB, a Batalha da Rua Maria Antônia e o Congresso de Ibiúna.

A morte de Edson Luís ocorreu no dia 28 de março, num protesto pela melhoria das condições de higiene e funcionamento do restaurante Calabouço. O local, desde antes do golpe de 64, era um importante ponto de encontro do movimento estudantil e naquele fatídico dia receberia, como era costumeiro, centenas de estudantes que procuravam, ali, alimentação barata. Devido à freqüente concentração estudantil, quase sempre havia protestos, o que vinha despertando a sanha repressora da Ditadura.

No dia 28, além dos discursos habituais, também haveria uma passeata-relâmpago que o governo, tendo tomado conhecimento com alguns dias de antecedência, tentaria a todo custo evitar, deslocando para o local da manifestação, a PM, a Polícia Civil e agentes do Dops.

Tal atitude, revelava o clima tenso daqueles dias.

A polícia militar do Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara) estava sob chefia direta do I Exército, considerado um dos núcleos da ação da “linha dura”; a desproporcionada violência da ação repressiva foi enfatizada por vários órgãos de imprensa. No entanto, enquanto a atitude do Presidente da República parece ter sido a de evitar maiores conflitos diante da eclosão de um maciço movimento de protestos em amplas áreas da sociedade, a “Linha Dura” passava a pressionar o governo para que fosse decretado o Estado de Sítio (MARTINS FILHO, 1987, p. 139).

O confronto se inicia por volta das dezoito horas. Num primeiro momento, intimidados pelas forças da repressão, os estudantes fogem, mas logo em seguida reaparecem, preparados para a escaramuça. Armados com paus e pedras, os estudantes, por um breve instante, viram o jogo, fazendo os soldados recuarem.

Para a revista *Veja*, iniciava-se assim, um novo tempo para o movimento estudantil:

Era o começo de uma nova fase de manifestações estudantis atingindo várias cidades do País. Uma fase nervosa quebrando o silêncio de quase cinco anos. Neles, foram esquecidos os gritos de “o petróleo é nosso” dos estudantes de outros tempos, em que as passeatas eram chamadas, pelos jornais, de “desfiles”. Para as de agora, as autoridades às vezes usam outro nome: “guerrilha urbana”. De um tempo de protesto romântico, o movimento estudantil passou para uma época de violência, contida – no clima de tensão que antecede as passeatas – ou desencadeada nas lutas a pau e pedra contra o gás lacrimogênio, o cassetete e o tiro (VEJA, 1968, nº 1, p. 22).

Na mesma linha de raciocínio, a revista *Visão* declara que, de 1964 até a morte de Edson Luís, “a repressão policial se abateu violentamente contra o protesto verbal dos estudantes, sempre despojados de qualquer instrumento de agressão. O fato novo que mudou o eixo das

manifestações estudantis foi a reação à repressão policial” (VISÃO, 1968, nº 8, p. 22). No entanto, esta “nova dinâmica” não se inicia em 68, como fica comprovado, sobretudo, com os fatos ocorridos no Dia Nacional de Protestos contra a Ditadura, e não pode, portanto, servir como explicação para o destaque que 1968 tem recebido historicamente.

Não é na agressividade que o movimento estudantil começa a se diferenciar, mas a partir do significativo apoio da sociedade civil à sua causa, que se torna mais evidente após o assassinato de Edson Luís, “[...] o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cinicamente lembrava a direita, ‘era o cadáver que faltava’” (VENTURA, 1988, p. 105). Edson Luís não era um líder subversivo, era simplesmente um dos inúmeros estudantes que na tarde do dia 28 de março, procuravam a alimentação barata do Calabouço. Essa triste circunstância, associada ao discurso dos estudantes que se baseava na terrível possibilidade de a tragédia ter ocorrido com qualquer outro jovem<sup>11</sup>, transforma o estudante morto num importante símbolo para alimentar o descontentamento da sociedade e por consequência, numa motivação para a adesão da população à causa dos estudantes, que se verifica a partir do episódio. Assim, o movimento estudantil começou a se diferenciar a partir do momento em que a sociedade passou a criar representações novas e positivas sobre ele.

Por sua vez, as forças da repressão deixaram por todo o episódio reveladores vestígios daquelas que seriam suas verdadeiras intenções. Se já não fosse grave o assassinato ocorrido no final da tarde, à noite, quando o corpo do secundarista estava sendo velado na Assembléia Legislativa, a PM volta a agir. Cercando o local, ela começa a efetuar prisões e atirar bombas de gás lacrimogênio. A revista Visão lança então a seguinte reflexão: “Serão as polícias as geradoras da violência”? “O próprio governador reconheceu, e mais tarde as ocorrências da missa na Igreja da Candelária comprovaram, que a presença da polícia era motivo de violência.

---

<sup>11</sup> A palavra de ordem depois do episódio era: “mataram um estudante. E se fosse um filho seu”?

Com isso, no fundo, o governador carioca fez uma velada confissão de que a presença da polícia gera violência” (VISÃO, 1968, n° 8, p. 23).

É significativo que a PM da Guanabara, que naquele momento estava sob o comando do I Exército, tenha contrariado as ordens do governador Negrão de Lima. Isso parece demonstrar como a linha dura parecia se transformar num Estado dentro do Estado, constituindo-se numa força de pressão poderosa que parecia não reconhecer nenhum tipo de hierarquia na tentativa de alcançar seus objetivos. Mas as coisas não ocorreram como planejavam.

A violência desmedida dos militares atrapalha todas as tentativas de atribuir, aos estudantes, a quebra da tranqüilidade. Assim, ao contrário do que pretendiam, a indignação decorrente da morte de Edson Luís, não se converte em apoio ao governo militar, mas em solidariedade ao movimento estudantil, o que ficou evidente no enterro do secundarista, quando milhares de populares acompanharam o cortejo.

Vladimir Palmeira, um dos líderes estudantis de maior destaque naquele ano, impressionado com o episódio que reuniu as mais diferentes pessoas – inclusive de direita – fez a seguinte afirmação: “parecia que havia uma grande articulação e não era nada disso. Uma coisa contraditória esse enterro: uma manifestação imponente, cheia de vida. Foi comovente” (VENTURA, 1988, p. 103). A história do movimento estudantil contra a Ditadura se transformava a olhos vistos na medida em que, “na nova conjuntura o protesto dos estudantes irá juntar-se a um conjunto de manifestações de oposição que lhe permitem superar o isolamento de 1966, tornando mais complexa a análise de sua participação social” (MARTINS FILHO, 1987, p. 119).

Apesar da irritação com o apoio da sociedade aos estudantes, a Ditadura pouco fez para evitar as manifestações de solidariedade durante o enterro. Teria se limitado a deixar a cidade às escuras justamente ao longo da trajetória do cortejo, o que teria sido pouco proveitoso,

pois ao invés de intimidar a multidão, tornou mais evidente a disposição popular em ajudar. Muitos populares ligaram faróis de carros, improvisaram tochas ou acenderam velas por onde passava o cortejo. Nas trevas da Ditadura, a sociedade clareava o caminho dos estudantes.

A violência da repressão só manifestou-se no dia da missa de sétimo dia pela alma de Edson Luís, na igreja da Candelária. Provocações, intimidação e agressões foram práticas consagradas pela polícia militar. O jornal *Correio da Manhã* procurou descrever e analisar a situação nos seguintes termos.

As cargas de cavalaria, aos gritos de “mata!” e aos palavrões, atingindo homens e mulheres, inclusive no adro da Candelária, não eram de repressão ao povo, mas de agressão bestial. Os estudantes não ofereceram nenhum motivo capaz de lhes caracterizar a presença nas duas missas – a da manhã e a da noite – sequer como de protesto, quanto mais insurrecional. Nem agitadores entre eles se infiltraram. Apesar da cordura com que se comportaram os que foram aos dois atos religiosos, a Polícia Militar e o Dops investiram contra todos, a patas de cavalo, a chanfradas de sabre e espada, numa fúria selvagem, ensandecidos pelo desejo exclusivo de vingança. Era a forra contra a acusação nacional do assassinato covarde do jovem Edson Souto. Desde as primeiras horas da manhã, provocaram o quanto quiseram e puderam a quantos transitavam pelas ruas centrais da cidade, dirigindo a cada qual a ameaça de que, dentro em pouco, iria ser esbofeteado. Não tardaram em cumprir a ameaça. Empenharam-se na apreensão, estimulados pelas Forças armadas que a indignidade dos golpistas rebaixou à condição de coiteiros e capangas [...]

Compreenderam os jovens, compreendeu o povo que estava sendo induzido a servir de pretexto para uma surtida policial-militar visando a justificar a implantação de uma ditadura sem máscaras. Não forneceu aos grupos radicais enquistados no poder e adversários da redemocratização do País os motivos atrabiliariamente procurados. Ao seu ato de inteligência, responderam com patas de cavalo, brandir de espadas e o espectro dos tanques e canhões. E porque a população carioca não serviu de espoleta, os conspiradores ficaram sem razão para decretarem o estado de sítio, mas precederam-no de uma declaração de guerra à população civil. Diante de provas tão evidentes, cai a máscara do novo golpe (CORREIO, 1968, 5 abr., p. 6).

Para o jornal, os militares não conseguiram um pretexto e conseqüentemente o endurecimento do regime continuava sem uma forte justificativa. E se dependesse dos estudantes, sua violenta repressão continuaria por muito tempo sem justificativas.

Em maio daquele ano, no Conselho da UNE, ocorrido na Bahia, a tese aprovada defendia a via do diálogo como forma de luta e organização do movimento estudantil. Como consequência, para desmascarar a farsa do governo que se dizia aberto ao diálogo com os estudantes, o ME começa a assediar o ministro da educação, Tarso Dutra, desafiando-o a participar de um debate.

Apesar do ministro declarar estar à disposição do diálogo, na prática, por duas vezes, quando se dirigiam ao MEC, os estudantes foram agredidos pelas forças de repressão. Diante desta situação, no dia vinte de junho, os estudantes decidiram se reunir na Praia Vermelha para discutir a política educacional do governo.

Mais uma vez o Estado atuaria com violência desmedida. Diante de uma discussão pacífica, a polícia cercou a praia e acuou os estudantes, que acabaram se refugiando no campo do Botafogo. Lá, sofreram as mais violentas e humilhantes agressões por parte dos soldados que chegaram ao ponto de urinar nos jovens. O episódio teria motivado a violenta reação popular verificada na Guanabara no dia seguinte, que ficou caracterizado como a Sexta-Feira Sangrenta. Nela se verificou mais um violento conflito de rua envolvendo policiais e estudantes, e um fato novo: os estudantes não lutaram sozinhos, populares aderiram ao conflito reagindo com agressividade às forças da repressão.

Naquele dia, um PM foi morto por um objeto atirado da janela de um prédio, fato que motivou a polícia a tentar criar um contraponto simbólico para a morte de Edson Luís. Se era violência que a ditadura queria provocar, finalmente ela teve o que queria, no entanto, mais uma vez o “tiro saiu pela culatra”. Era a violência dos estudantes que encontrava respaldo na sociedade, de onde começava a aparecer não só solidariedade, como aquela demonstrada no enterro de Edson Luís, mas disposição para o confronto direto. “A morte de Edson Luís já tinha provocado uma grande comoção, a repressão na porta da Candelária chocara e indignara, mas o

que de fato levou a população a tomar partido, a se revoltar, a entrar fisicamente na guerra, foi a ‘sexta-feira sangrenta’” (VENTURA, 1988, p. 142).

Cinco dias depois da referida sexta-feira, ocorreu uma das mais impressionantes manifestações contrárias à Ditadura. Milhares de pessoas foram para as ruas do Rio de Janeiro naquele dia, livres de policiais<sup>12</sup>, manifestar sua insatisfação com as atitudes repressivas do regime militar. Essa manifestação ficou conhecida como a “Passeata dos Cem Mil” e marcou definitivamente a comunhão entre a sociedade civil e os estudantes. Nelson Rodrigues ao seu estilo, nos mostra como a sociedade tornava-se sensível aos signos estudantis.

Só o vi na passeata. E fiz a fulminante constatação: é, sim, um líder. Imaginem um jovem que sobe num pára-lama e, com um gesto, e antes da palavra, faz a unanimidade. Eu o vi trabalhar a multidão. Dizia: - “Vamos fazer isso, aquilo e aquilo outro”. Até pessoas que não tinham nada com a passeata, simples transeuntes, entravam na disciplina. Mesmo os inimigos da passeata eram tocados e convencidos. E foi impressionante no fim da marcha. De repente, Vladimir falou (com irresistível simplicidade, sem nenhuma ênfase). Disse: - “Estamos cansados”. Ninguém estava cansado. E completou: - “Vamos sentar”. E todos sentaram, como na passagem bíblica (Não há tal passagem bíblica. Desculpem.) Assim ficamos, sentados, como se estivéssemos de joelhos. Senhoras, mocinhas, intelectuais, estudantes, avós, cada qual se sentou no meio-fio, no asfalto, na calçada. E foi um maravilhoso quadro plástico (TEORIA, 1993, nº 20, p. 17).

Como se percebe, há nas figuras de linguagem do autor algumas referências às imagens dos profetas hebraicos da Antiguidade, utilizadas para caracterizar um líder estudantil. Seria pertinente tal comparação? Se levarmos em consideração que “o discurso profético tem maiores chances de surgir nos períodos de crise aberta envolvendo sociedades inteiras” (BOURDIEU, 1992, p. 73-74) e que a força organizadora e mobilizadora dos profetas se estabelece na medida em que ele “traz ao nível do discurso ou da conduta exemplar, representações, sentimentos e aspirações que já existiam antes dele [...]” (BOURDIEU, 1992, p.

---

<sup>12</sup> A organização do evento havia conseguido, do governador, autorização para a passeata.

92) poderíamos sim admitir que, simbolicamente, a sociedade adotava o movimento estudantil em 1968, como algo quase profético, uma verdadeira anunciação de um novo tempo, um guia para a liberdade. Nesse sentido, a Passeata dos Cem Mil representava para a sociedade brasileira naquele momento, a certeza de que o Estado militarizado poderia ser derrotado.

Foi um momento de êxtase para aqueles que discordavam da ditadura. As ruas, diferente do que acontecia diariamente na Guanabara, estavam sem soldados e, apesar do medo de um ataque surpresa e da preocupação em não aceitar eventuais provocações das forças repressivas, até o final da passeata, não houve incidentes graves, apesar do volume de participantes e do constrangimento do governo.

Esta constatação alimentou o debate que se intensificaria a partir de então: quem provoca a violência? Para o Correio da Manhã, órgão da imprensa, simpático ao movimento estudantil, diante do pacifismo da passeata, “a primeira conclusão a retirar-se dos fatos é a de que a repressão policial contra atividades legítimas é que gera os conflitos” (CORREIO, 1968, 27 jun., p. 6). O governo, por sua vez, tem outra visão a respeito. Ao promover o seu recuo tático (pressionado pela opinião pública) ele tenta mostrar o seu caráter democrata e o seu compromisso com a tranqüilidade. Diante da comissão escolhida para representar os participantes da enorme manifestação, Costa e Silva disse sem nenhum constrangimento: “Estamos numa democracia: os jornais dizem o que querem – não é, Dr. Hélio<sup>13</sup>, o senhor não escreve o que quer? – e os jovens vão para a rua gritar abaixo a ditadura. Que ditadura é essa em que as pessoas podem gritar abaixo a ditadura?” (VENTURA, 1988, p. 173).

A Passeata dos Cem Mil acaba, portanto, sendo apropriada, de maneiras distintas, pelos setores da sociedade civil que faziam oposição à Ditadura, pelo governo e pelos estudantes.

---

<sup>13</sup> Na comissão escolhida pela “Passeata dos Cem Mil” para representá-la diante do presidente estavam, representando os intelectuais, Hélio Pelegrino (mencionado na fala de Costa e Silva); o clero, o pe. João Batista e os professores, José Américo Pessanha; além do advogado Marcelo Alencar e dois representantes estudantis, Franklin Martins e Marcos Medeiros.

Para os civis, dentro da sua limitada disposição em lutar contra os militares, a manifestação que se observou foi uma legítima atividade do povo em favor da liberdade, um povo que se mostrou pacífico e ordeiro e que, por conseguinte, não precisaria mais da tutela dos militares. Para o governo, a passeata foi uma prova contundente do caráter democrático do Estado que, apesar da militarização, concede aos civis o direito de se expressarem politicamente nas ruas. E para os estudantes, a passeata provou a viabilidade da sua luta, encorajando-os ainda mais rumo a radicalização, como podemos perceber a partir das palavras de Vladimir Palmeira: “Na missa de Edson Luís, foi aqui [na Candelária] que nós fomos violentamente reprimidos. Hoje o panorama é diferente. Prova de que a potencialidade de luta popular é maior do que as forças da repressão [...]” (VENTURA, 1988, p. 163-164).

Oito dias depois, uma outra passeata – a “Passeata dos 50 mil” – consentida pelo governo também seria marcada pela adesão popular. No dia cinco de julho, porém, uma decisão do Ministro da Justiça Gama e Silva torna proibidas as manifestações de rua. Naquele mesmo mês, devido aos avanços dos movimentos de oposição ao regime, são convocadas reuniões do Conselho de Segurança Nacional. Estes encontros trazem de volta a possibilidade de decretação do estado de sítio. Representaram, claramente, o primeiro sinal objetivo da disposição dos militares para endurecer o regime, após toda a afronta ocorrida nas últimas manifestações, que na verdade já não podiam mais ser descritas como restritas aos estudantes.

Após esses acontecimentos, não se pode mais dizer que houve discordâncias no seio da camada militar quanto às medidas seguintes. No início de julho, foram proibidas as passeatas; nos primeiros dias de agosto, o governo federal ordenou a participação direta das Forças Armadas na repressão aos protestos da primeira semana de aulas. Nessas decisões, o Conselho de Segurança Nacional teve papel decisivo (MARTINS FILHO, 1987, p. 141).

A sensação de estrangulamento, então, se intensifica e diante de um espaço cada vez mais controlado e alheio, os estudantes redefinem a sua tática. Como não era mais possível golpear o adversário a partir das ruas, tiveram que criar novas possibilidades. Assim, movendo-se pelo campo do inimigo, eles começaram a ocupar as Universidades para, a partir delas, tentar furar a vigilância do poder enquanto esperavam por novas ocasiões que lhes permitissem voltar a golpear o adversário (Cf. CERTEAU, 1994, p. 100-101). Era também o momento para a preparação do XXX Congresso da UNE, previsto para ocorrer em Ibiúna, em 1968.

Mas se a repressão não teve chance de atuar nas ruas, ela foi ao encontro dos estudantes dentro das universidades. No dia 29 de agosto, sob o pretexto de capturar estudantes com prisão preventiva decretada, Polícia Militar, Dops, Polícia Federal, SNI e Polícia do Exército invadem o campus da Universidade de Brasília e protagonizam mais um espetáculo de prisões e espancamentos de alunos e professores. E dessa vez até parlamentares seriam agredidos. Deputados que para lá se dirigiram, preocupados com a segurança de seus filhos, foram também vítimas da violência, tamanha era a agressividade dos agentes da repressão.

Para justificar a ação, a polícia federal, em nota, informa que a UNB estava sendo utilizada como um centro de subversão e que o vigor da ação foi uma reação aos estudantes que receberam os agentes com pedras e até mesmo com disparos de armas de fogo (VALLE, 1999, p. 151-152).

No entanto, é forte a sensação de que, com a invasão da UNB, estava sendo colocando em prática um plano para levar o país a um impasse que justificasse o endurecimento do regime. A revista *Visão*, por exemplo, que não nutria simpatia pelo movimento estudantil, foi uma das que questionaram o episódio, duvidando dos reais interesses da “linha dura”, que estava por trás do ocorrido.

Parecia que a crise estudantil se acalmara, abrindo perspectivas políticas promissoras ao País. O governo credenciou-se com a apresentação de seu projeto universitário e, por outro lado, a crise tcheca atuava como elemento de dissuasão nos meios esquerdistas radicais, bastante desmoralizados pelo comportamento soviético. Por que, então, criar motivações novas para a agitação estudantil?

A pergunta só poderá ser respondida caso se indague a quem interessa no Governo a agitação estudantil, causadora eventual de um endurecimento da situação e do apelo à medida de exceção? O presidente acaba de demonstrar sua intenção de conduzir o País dentro das regras da normalização democrática ao manter à frente do Ministério do Exército o general Lyra Tavares. Essa decisão está sendo corretamente interpretada, principalmente após as declarações do Ministro, em favor do poder civil, como um fator decisivo de normalização política. Se assim é, o Presidente terá de verificar cuidadosamente quem – e por que meios – pretende criar obstáculos artificiais à execução da política de normalidade democrática (VISÃO, 1968, nº 6, p.22).

Também neste caso a população se colocou a favor dos estudantes, afinal, a truculência policial começava a ameaçar não somente os “temíveis” líderes subversivos comunistas – alvos preferenciais quando a sociedade apoiou o golpe militar. A violência desmedida, além de injustificável, era utilizada agora sem critério algum, ameaçando a todos, e com um agravante, os civis não tinham a quem recorrer haja vista a forma violenta como estava sendo tratado também o Congresso Nacional, simbolicamente, o último refúgio para as já fragilizadas relações de poder protagonizadas pela sociedade civil.

Mas se o objetivo era o fechamento do regime e os militares – pelo menos, aparentemente – controlavam o país, por que simplesmente não fizeram isso de uma vez? Isto não ocorreu tão somente porque as forças armadas não tinham poder para tanto na medida em que ninguém pode ser considerado *detentor de poder*. O poder, a rigor, nem sequer existe, exceto na forma daquilo que Foucault chama de *relações de poder* ou *práticas de poder* que acabam constituindo uma maquinaria onde ninguém ocupa sempre o mesmo lugar (FOUCAULT, 1979, p. 219): em 1964, os militares precisaram dos civis para a articulação do golpe e quatro anos depois já se sentiam à vontade para silenciar e agredir seus antigos aliados. Este *Leviatã*, no entanto, como já disse, não se torna e nem poderia se tornar dono do poder em 1968, apesar de ter

alcançado um lugar preponderante. Ele jamais teria se fortalecido tanto se, da própria sociedade, não tivesse conseguido apoio, se ele não tivesse se conectado à rede de micropoderes por onde corre o poder originário das relações sociais, que acaba atravessando os indivíduos (FOUCAULT, 1979, p. 183-184) permitindo que eles produzam efeitos de supremacia. E esta rede continuaria imprescindível para a introdução da próxima etapa do governo militar.

Por este motivo, o endurecimento do regime não era só uma questão de vontade militar, seria preciso acionar mais uma vez esta rede de micropoderes, oferecendo justificativas para que ela intercedesse em favor do governo. Em suma, era preciso retomar as negociações simbólicas com a sociedade, convencê-la de que eram as suas representações as mais viáveis e não as dos estudantes ou as de quaisquer outros grupos de oposição. Assim, a luta de representações que os militares travaram com os estudantes não foi um capricho, mas uma estratégia necessária para que o atalho que levaria ao novo golpe pudesse ser constituído.

No entanto, isto não ocorreria sem resistência. Parte da estrutura social optou por se aproximar do movimento estudantil, pois, sem poder contar com os seus representantes do Congresso, passou a acreditar que só teria meios de se expressar politicamente através das manifestações estudantis e por isso, em defesa das suas demandas, eles ajudaram a fortalecer aquele movimento.

Não eram, portanto, os signos da luta estudantil que seduziam os civis, eles procuravam nela tão somente aquilo que os meios legais já não poderiam lhes oferecer. Na citação abaixo, isto certamente ficará mais claro:

[...] o ex-presidente Jânio Quadros declarou, ontem, na Guanabara, considerar a chamada insubordinação da juventude como “a necessidade de encontrar novas fórmulas para a vida em todos os planos, num movimento que ultrapassa governos e filosofias”. “Muitos dos erros existentes” – acentuou – “são de responsabilidade das gerações anteriores. Cabe aos jovens corrigi-los, uma vez

que o mundo lhes pertence e estou certo de que alcançarão no futuro, a vitória que perseguem”.

O sr. Jânio Quadros disse, adiante, que “a insatisfação estudantil se verifica em plano mundial”, acrescentando que as atitudes assumidas pelos jovens são “benéficas” e que “os contrários a esta mudança no comportamento dos moços agem sem saber que irão colher no futuro, seus benefícios”[grifo meu] (CORREIO DO CEARÁ, 1968, 17 abr., p. 8).

Provavelmente por isso, a partir de agosto, quando a atenção do meio estudantil se voltou para as suas questões internas, a sociedade tenha se afastado, desconectando o movimento da rede de micropoderes que até então lhe dava suporte, justamente num momento crucial, quando a repressão se projetava com todo vigor. Foi assim, longe dos olhares da sociedade, que os estudantes começaram os preparativos para o XXX Congresso da UNE, um encontro importante pois decidiria a forma como seria administrado o significativo capital simbólico conquistado ao longo daquele ano. Os alunos da USP, os principais encarregados da organização vão, então, para a rua Maria Antônia cobrar pedágio a fim de arrecadar recursos para o evento. No meio da atividade, porém, alunos da Universidade Mackenzie – localizada em frente da Faculdade de Filosofia da USP – começaram a atirar ovos e pedras contra os alunos da USP que, ao revidarem, deram início a uma verdadeira batalha campal que, iniciada no dia 2 de outubro, só foi encerrada no dia seguinte.

Novamente a violência surgia no caminho do movimento estudantil em 1968, mas desta vez, uma nova circunstância acabaria por comprometer o apoio que os estudantes vinham recebendo da sociedade. Por mais que agentes da repressão tenham aparelhado os alunos do Mackenzie, a luta se deu entre estudantes e claramente não havia inocência entre os jovens que participaram do episódio. Se por um lado havia estudantes radicais que se colocavam em defesa do sistema, do outro havia estudantes, que a despeito do “pacifismo” que queriam demonstrar, começavam a estimular a idéia de que derrubada da ditadura só seria possível pela força –

entenda-se luta armada<sup>14</sup>. Os dois lados, portanto, estavam dispostos a usar a violência na busca por seus objetivos contrariando assim, os interesses da *ordeira* sociedade brasileira.

Isto provocou um abalo na forma como a sociedade representava até então os jovens manifestantes, na medida em que a imagem de estudantes baderneiros, promovendo violência nas ruas começou a substituir, no imaginário da população, as vítimas da truculência policial que a sociedade aprendera a apoiar. E para piorar, neste confronto, morre um outro estudante, o jovem José Guimarães.

Os estudantes da USP logo se apressaram para denunciar que o estudante tinha sido morto pela polícia infiltrada entre os alunos do Mackenzie, o que transformaria José Guimarães em um novo símbolo, um “segundo Edson Luís”. No entanto, diferente do que aconteceu em março na Guanabara, a sociedade prestou desta vez, uma solidariedade discreta. Para esta diferença, muito contribuiu as condições das duas mortes: enquanto Edson Luís foi morto durante um jantar num restaurante estudantil, José Guimarães morreu durante uma “batalha entre estudantes” para a decepção e perplexidade de todos. O primeiro foi uma vítima inocente, o segundo não. Morreria num distúrbio que ajudara a provocar.

Neste caso, ainda pairavam dúvidas sobre a origem do disparo que vitimou o estudante. A revista *Veja* ilustrou bem o pensamento daqueles que questionavam a autoria do crime: “[...] O tiro entrou um centímetro acima da orelha direita e saiu à altura da linha mediana da cabeça, atrás, ligeiramente a esquerda. A bala fez um percurso de cima para baixo, em sentido

---

<sup>14</sup> Com base no expressivo apoio da sociedade ao movimento, os militantes estudantis ligados às organizações de esquerda mais radicais, começaram a defender táticas de luta mais contundentes em seus discursos, sobretudo, no segundo semestre quando paradoxalmente as manifestações de oposição ao regime militar começam a sofrer um refluxo. José Dirceu, militante da DI-SP que participou da batalha da rua Maria Antônia, por exemplo, raciocinava: “Se pela força, haviam os militares imposto ao país um regime político baseado na exceção e na repressão política e se, pela força, obrigavam a nação a suportar uma política econômica entreguista e antipopular, como poderiam impedir a continuidade desta situação, senão pela força?”. (MARTINS FILHO, 1987, p. 193).

oblíquo. Quem atirou? Ninguém sabe” (VEJA, 1968, nº 5, p. 19). Suspeitava-se que a morte teria sido provocada, não pela polícia, mas pelos próprios “agitadores”.

A imprensa, mais do que nunca, torna-se um campo de disputa onde estava em jogo a legitimidade para a nomeação do movimento estudantil, para uns representado sob os signos da baderna, para outros como uma legítima expressão política da sociedade civil. É nítido o esforço dos veículos de comunicação para ilustrar e validar a sua própria representação dos estudantes, o que não implica necessariamente na mentira, na medida em que, como diz Chartier, quem representa algo ou alguém, pode fazer triagens, generalizações ou simplesmente omitir circunstâncias (CHARTIER, 1990, p. 150).

De qualquer forma, a Batalha da Rua Maria Antônia permite-nos perceber até onde vai a disposição da sociedade para apoiar os estudantes. Falei no início do capítulo, que a sociedade desejava o movimento estudantil como forma de extravasar o seu descontentamento com um regime que, além de não permitir o retorno dos civis ao poder, como era previsto, agia com extrema violência contra os seus já reduzidos canais de reivindicação, no entanto, ela não estava disposta a tudo para acabar com a ditadura. Ordem e tranquilidade ainda eram valores muito caros a ela.

A própria opção por apoiar o movimento estudantil, na forma como ele se apresentou hegemonicamente, entre tantas outras formas de contestação juvenis da época, já demonstrava em si, o seu conservadorismo. Isto porque o movimento estudantil se limitou a criticar um Estado injusto e opressivo através de uma prática política, que apesar de alguns excessos, se aproximava da macropolítica tradicionalmente executada. Era, portanto, algo familiar e mais digerível do que outras manifestações como as ligadas à contracultura que ameaçavam invadir a privacidade burguesa, subvertendo não só a vida em sociedade, mas também as suas instituições mais caras como a família e a religião.

E como foi dito, mesmo o seu apoio ao ME foi limitado. A sociedade não adotou o movimento estudantil tal como os estudantes o representavam. Houve uma apropriação. A sociedade acabou elaborando para si uma imagem mais afinada com os seus interesses<sup>15</sup> e esta imagem, por sua vez, só foi possível ser mantida dentro de certos limites: enquanto o movimento se mostrava ordeiro e pacífico foi possível mantê-la. Assim, se ela se colocou em posição de apoio ao movimento estudantil, foi porque no seu entender era a polícia que representava um fator de instabilidade: matava e humilhava estudantes e invadia universidades, agredindo indiscriminadamente, até mesmo os seus legítimos representantes – os deputados. Mas a situação começava a se inverter, os estudantes tornavam-se agora o fator de instabilidade. Seriam eles os responsáveis pela quebra da ordem.

E a imprensa contribuiu, decisivamente, para que isso acontecesse, na medida em que ela reforçou a idéia de que quem gerava a violência eram os estudantes. Mesmo aqueles veículos que se mostravam dispostos a justificar as ações dos estudantes, começaram a ficar mais reticentes. E mais, no caso da batalha da rua Maria Antônia, a polícia representou, para alguns textos jornalísticos, o papel de mantenedor da ordem que os estudantes pareciam desprezar<sup>16</sup>. Uma inversão simbólica começava a se processar para o contentamento dos militares.

A “linha dura” militar parecia virar o jogo e conquistar espaços importantes na luta de representações que se observa, o que foi decisivo para o fortalecimento da Ditadura no final dos anos sessenta, pois como nos ensina Chartier, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou

---

<sup>15</sup> “No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo”. (CHARTIER, 1990, p. 24).

<sup>16</sup> Para uma maior reflexão sobre a posição da imprensa em relação ao movimento estudantil, ao longo de 1968 ver VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17).

A sociedade civil, depois de prestar solidariedade e, de certa forma se engajar nas manifestações estudantis – o que deu ao movimento estudantil uma dimensão jamais percebida – desconfiada de suas verdadeiras intenções, começa a abandonar os estudantes. Foi para casa, acompanhar pela imprensa o restabelecimento da tranquilidade perdida, promovido pelos militares. Como quem acorda de um pesadelo, ela procurou esquecer o susto, optando mais uma vez por pagar com a sua liberdade o preço pela manutenção da ordem e de seus tradicionais valores.

Assim, a partir da Batalha da Rua Maria Antônia ficou mais fácil para o governo militar e seus colaboradores desqualificarem as manifestações estudantis. E para isso, até o clima de terror instaurado pelos cada vez mais freqüentes “atos terroristas” foi utilizado. O assassinato, em São Paulo, de um oficial do Exército dos EUA no dia em que deveria ocorrer o XXX Congresso da UNE, por exemplo, foi bastante divulgado por aqueles que condenavam o movimento estudantil, de modo que ambos os eventos parecessem estar relacionados.

O Congresso deveria ocorrer em Ibiúna, mas as forças da repressão impediram a sua realização. Para os militares, além da gratificação de poderem prender os mais importantes líderes estudantis num só golpe, também era interessante a apreensão de tudo aquilo que pudesse colocar o movimento estudantil contra a opinião pública. Armas, livros e panfletos de conteúdo subversivo, e até pílulas seriam, assim, usados para denegrir a imagem dos participantes do congresso.

Em outubro, ao dismantelar o congresso da UNE em Ibiúna, as forças policiais exibiram como troféu de guerra uma razoável quantidade de caixas de pílulas apreendidas. Como se a pílula fosse um preservativo de uso imediato como a

camisinha, a policia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis (VENTURA, 1988, p. 35).

Após o fracasso do Congresso da UNE, pouco restava de disposição para o movimento estudantil. O ano de 1968 chegava ao fim e levava consigo o ímpeto do ME brasileiro dos anos sessenta. Podemos até mesmo concluir que para os estudantes “o ano, a rigor, foi curto, durou um semestre” (REIS, 1999, p. 70), exatamente o tempo em que durou a solidariedade explícita da sociedade.

Depois da Batalha da Rua Maria Antônia e da queda do congresso de Ibiúna, os estudantes ficaram cada vez mais isolados. A população que no primeiro semestre se revolta claramente contra as atitudes da Ditadura, desaparecia e assim, na medida que ela desaparece das manifestações estudantis de 1968, desaparece também o vigor do movimento que passa a não ter mais forças para manter o ritmo das primeiras manifestações do ano. Melancolicamente, protestos passam a ser adiados por falta de estudantes (VALLE, 1999, p. 247).

Quanto aos militares da linha dura, depois de reconquistarem a cumplicidade da sociedade brasileira, seu caminho ficou praticamente livre de empecilhos para o endurecimento do regime, uma demanda que já se arrastava a algum tempo, esperando o momento propício, quando todos os atores estivessem nos seus devidos lugares naquela tragédia anunciada.

Em vários episódios, esperou-se que seria o movimento estudantil o estopim para a decretação do estado de sítio ou a elaboração de um novo ato institucional, no entanto, foi o congresso que acabou dando o pretexto que faltava para o endurecimento. O Ato Institucional nº 5 acabou sendo decretado após um impasse criado pela linha dura envolvendo os militares e o Congresso Nacional, que negou-se a punir o deputado Márcio Moreira Alves<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Márcio Moreira Alves foi acusado pelos militares de ter feito um discurso ofensivo às Forças Armadas, em represália exigiram que o Congresso processasse o deputado. Diante de sua recusa, eles decretaram o AI-5.

A derrota dos estudantes, no entanto, não pode obscurecer o valor de uma jornada que se construiu corajosamente num dos mais violentos anos da ditadura pré-AI 5. Sem dúvidas, o esforço dos estudantes de 68 merece toda a atenção que vem recebendo nos últimos 30 anos, o que não pode acontecer é que ele seja transformado em ponto de partida de um processo cujo começo é marcado pela dispersão, muito menos que ele ofusque outros períodos em que os estudantes também tiveram força para enfrentar o aparato estatal militar.

Quando o ano de 1968 começou, os estudantes já eram combativos. E se algo mudou em suas manifestações, não foi a emergência da violência policial ou a estudantil, ou as táticas empregadas por aqueles jovens nos confrontos de rua. O que não podemos associar às manifestações anteriores, é a decisiva participação da população nos protestos estudantis e a violência aparentemente injustificável das forças da repressão, usadas não para preservar a ordem, mas para provocar a revolta estudantil no sentido de criar um impasse que justificasse o endurecimento do regime. Desta forma, lance por lance, o movimento estudantil de 1968 tornou-se uma construção da qual fizeram parte não só os estudantes.

Esta construção foi, sobretudo, o resultado da disputa entre estudantes e militares que condicionou as representações sobre o ME naquele ano. Tentando conquistar a simpatia da sociedade civil, eles se esforçaram para apresentar o *outro relativo a si* como violento e promotor da desordem que tanto inquietou e traumatizou os principais centros urbanos brasileiros no período. Os líderes estudantis procuravam atribuir a culpa às forças da repressão, que tentavam permanentemente impedir a juventude de exercer livremente o seu direito de manifestação. Os militares, por sua vez se esforçavam para convencer a população de que atos de violência só eram colocados em prática diante da ameaça dos perigosos subversivos infiltrados entre os “verdadeiros estudantes”, especialmente comunistas, contra quem, historicamente no Brasil a violência tem sido cinicamente admitida. Ambos, portanto, apostaram suas fichas na existência

de uma identidade social bem definida. Os estudantes, em sua luta contra a Ditadura, esperavam conquistar o apoio de uma sociedade que, para eles, se tornava progressista e menos tolerante ao regime militar, enquanto os militares acreditavam quealaria mais alto o seu conservadorismo. Jogavam, portanto, o que Hall definiu como *jogo das identidades* (HALL, 2005, p. 19).

No entanto, a realidade se mostrou bem mais complexa do que as elaborações dos estudantes e militares. Ao longo de 1968, eles foram assumindo vários papéis e por conseguinte, representados de formas distintas. Destarte, os estudantes ora foram moderados (como na Passeata dos Cem mil), ora radicais (como na Sexta-Feira Sangrenta); ora vítimas (como no campo do Botafogo), ora agressores (como na Batalha da Rua Maria Antônia); ora ordeiros (como no enterro de Edson Luís) e ora subversivos (na medida em que podiam ser identificados com as várias organizações de esquerda infiltradas no movimento estudantil). Já os militares puderam ser representados como mantenedores da ordem ou como fator de instabilidade, como flexíveis (diante da permissão para a Passeata do Cem Mil, por exemplo) ou truculentos, como um mal necessário ou que deveria ser banido.

A sociedade, por sua vez, não se identificou de maneira unificada com nenhuma das partes e nem poderia, pois vivendo o momento da emergência da pós-modernidade no Brasil (Cf. CASTELO BRANCO, 2005), a sociedade brasileira dos anos sessenta se apresentaria aos pedaços, caracterizada pela diferença, por um conjunto múltiplo de identidades que acabava incendiando os antagonismos sociais (Cf. HALL, 2005).

Assim, diante da disputa entre o Estado brasileiro – aparelhado pelos militares e pelas mais reacionárias subjetividades civis – e os estudantes, a sociedade brasileira se fragmentou e os sujeitos pós-modernos, que dela faziam parte, também desprovidos de uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2005, p. 12), apoiavam ou rejeitavam as manifestações estudantis, de acordo com a identidade que prevalecesse, ou seja, os mais radicais apoiavam o

movimento estudantil com maior facilidade que os mais moderados, que apoiavam com restrições a qualquer ato mais radical. Já os mais conservadores dificilmente apoiavam, criticando duramente todo tipo de agitação; e assim por diante.

No entanto, diante da escalada da violência, das dúvidas quanto às verdadeiras intenções do movimento estudantil e do risco de um impasse que poderia desintegrar a sociedade civil, os diversos setores que faziam oposição ao regime militar optaram por articular seus interesses a todos os outros constituídos no interior da estrutura social<sup>18</sup>, arrefecendo assim, a resistência civil à Ditadura. Desta forma, os vencedores do jogo das identidades foram os militares que apostaram que acabaria prevalecendo a identidade conservadora da sociedade brasileira. Os estudantes interpretaram mal os signos emitidos pela sociedade. E se interpretar é produzir sentido, como afirmou Deleuze (2003, p. 140), então os estudantes perderam o jogo por atribuírem às práticas sociais um sentido que efetivamente não traduzia hegemonicamente os seus interesses. Certos de que o significativo apoio da sociedade ao movimento estudantil no primeiro semestre sinalizava a viabilidade de uma luta popular contra a Ditadura, os estudantes começaram a enfatizar a necessidade de radicalização de suas ações diante daquilo que eles acreditavam ser o esgotamento do governo militar. Neste sentido, tal como os militares, eles passaram a apostar num impasse que faria o povo definitivamente entrar na luta para a derrubada do governo militar.

O lado mais visível do movimento estudantil, vinculado ao maoísmo e ao guevarismo, apostou claramente nos seus esquemas explicativos e procurou conduzir a sociedade por um caminho já traçado, em busca de uma hipotética revolução. No entanto, o que os militantes ignoravam é que

---

<sup>18</sup> Se sociedades marcadas pela pós-modernidade “não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados”. (HALL, 2005, p. 17).

Não somos físicos nem metafísicos: devemos ser egiptólogos. Pois não há leis mecânicas entre as coisas, nem comunicações voluntárias entre os espíritos; tudo é implicado, complicado, tudo é signo, sentido, essência. Tudo existe nessas zonas obscuras em que penetramos como em criptas, para aí decifrar hieróglifos e linguagens secretas. O egiptólogo, em todas as coisas, é aquele que faz uma iniciação – é o aprendiz (DELEUZE, 2003, p. 86).

Portanto, ao apostarem em seus rígidos esquemas explicativos, numa sociedade marcada pela emergência da pós-modernidade, na qual se sobressai o caráter fugidio das verdades, a mudança rápida e constante e a permanente releitura das práticas sociais, os militantes estudantis acabaram sofrendo um duro golpe. Um sentimento de estranheza e isolamento se abateu sobre eles depois do esvaziamento do movimento estudantil. Suas convicções tão duramente defendidas não foram suficientes para colocar a história em suas mãos. Ela, afinal, era difícil de ser apreendida em sua totalidade. Foi mais ágil e flexível do que imaginavam.

No entanto, nem toda a juventude brasileira sofreria esta decepção. Muitos outros jovens, nos anos sessenta, interpretaram de outras formas os signos de uma nova realidade que surgia e diante de seu desejo por transformações sociais, escolheram manifestações diferentes. Enfatizando o cotidiano, apostaram na rebelião dos costumes como forma de transformar os conceitos sociais. Apesar deste esforço, pouco se fala deles diante do enorme capital simbólico que o movimento estudantil conquistou para falar em nome da juventude rebelde da época. O porquê disto é o que procuraremos decifrar no próximo capítulo.

## 2. Caminhando contra o vento: política, arte e fragmentação identitária nos anos sessenta.

A rua assemelhava-se a uma praça de guerra: jovens estudantes, rugindo palavras de ordem, avançavam em passeata deslocando-se na contramão. Como é hora do “rush”, quando normalmente se intensifica o trânsito de pessoas e de veículos, o gesto daqueles estudantes, era na verdade, um modelo tático, com o qual pretendiam atrapalhar o trânsito e desnortear a polícia.

Faixas com mensagens agressivas e palavras de ordem ecoam por todos os cantos. Em instantes os militares, também ruidosamente, irão compor aquele cenário de guerra, surgindo de vários pontos ao mesmo tempo, atacando impiedosamente os manifestantes com cassetetes, gás lacrimogênio e, mesmo, armas de fogo. Uma estratégia violenta e quase sempre eficaz para dispersar a multidão. Mas não nessa passeata. Demonstrando uma surpreendente hostilidade, os manifestantes respondem à agressão policial com paus, pedras e bolinhas de gude, utilizadas para derrubar os cavalos em caso de aparecimento de batalhões montados. Nos rostos, lenços embebidos em amônia trazidos especialmente para neutralizar os efeitos do gás lacrimogênio. Na garganta, ameaças contra o governo. No pensamento, uma revolução desejada.

Em 1968, cenas como estas eram continuamente noticiadas nos jornais e revistas da época, provocando a ira dos militares que controlavam o país desde 1964. Com a desmobilização de quase todos os movimentos sociais, as passeatas estudantis, do ponto de vista da macropolítica, acabaram se tornando o que havia de mais subversivo contra a ordem estabelecida.

Por conta daquilo que foi feito no período, torna-se quase impossível, hoje, não pensar nos estudantes sem que a eles se associe a marca da contestação e rebeldia ou que se identifique em todo tipo de engajamento estudantil alguma influência de partidos de esquerda. Arthur Poerner, nessa perspectiva, afirma que “o movimento estudantil está sempre ligado à rebeldia. A rebeldia tem sempre um caráter de esquerda, de querer mudar o mundo, de transformar o mundo” (POERNER, 2004). Esta idéia, no entanto, não resistiria a uma rápida e superficial pesquisa sobre a trajetória dos estudantes brasileiros durante o período republicano, pois poderíamos facilmente identificar um significativo histórico de atitudes antipopulares e elitistas que contrariaria as opções políticas dos estudantes dos anos sessenta, sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

Na verdade, até a década de quarenta, era impensável um movimento estudantil como aquele que enfrentou a Ditadura Militar pós-64 e isso estava diretamente ligado, entre outros fatores, ao caráter elitista das universidades brasileiras.

Os estudantes das escolas superiores em 1940 não passavam de vinte mil em todo país. O total dos portadores de diploma superior era pouco mais de cem mil. Num país em que os analfabetos eram maioria e em que o próprio ensino primário e médio já era fortemente seletivo, só a “nata” das classes dominantes chegava aos cursos superiores. Os estudantes eram encarados como “futuros dirigentes do país” e isso estava perto da verdade. O movimento estudantil não era nem podia ser um movimento de massas. Era um pedaço das classes dominantes, cujo inconformismo era facilmente apontado como “coisa de moços” (BRANDT, [197-?], p. 12).

No período, as reivindicações estudantis se confundiam com demandas mais gerais, diluindo-se aos interesses hegemonicamente defendidos pela sociedade brasileira. Por isso, o movimento estudantil acabou se engajando nas lutas contra o Estado Novo, contra o nazi-facismo e pela entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados. Envolveu-se tanto nestas lutas que chegou a ponto de esvaziar a sua pauta de reivindicações políticas quando os países do eixo foram definitivamente derrotados e Getúlio Vargas deixou o poder, em 1945. Levaria algum tempo para que ele resignificasse suas práticas políticas e assumisse novas bandeiras, como a defesa do patrimônio territorial e econômico do país<sup>19</sup>. Nesta fase, os estudantes seriam fundamentalmente tocados por um sentimento cívico que em nada se assemelharia ao caráter subversivo que passaria a nomeá-los a partir dos anos sessenta. Campanhas são lançadas a favor da criação da Petrobrás e articuladas a elas, as manifestações estudantis seriam consideradas verdadeiros “desfiles” (VEJA, 1968, nº 1, p. 22).

---

<sup>19</sup> Para Fávero, isso só vem a ocorrer a partir de 1947. Na época, o movimento estudantil estava sendo dirigido por socialistas. (Cf. FÁVERO, 1994, p. 22).

Tal situação começa a se transformar a partir da segunda metade dos anos cinquenta, quando diante das propostas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, o ambiente universitário torna-se mais heterogêneo, na medida em que ocorre uma significativa abertura do ensino superior para a classe média. Essa renovação colocou, em um mesmo ambiente, sujeitos diversos, com diferentes maneiras de desejar e inventar o cotidiano, o que foi decisivo para deslocar o sentido das manifestações do movimento estudantil, não mais conduzido exclusivamente por *moços* das elites.

Esse momento é significativo para se perceber o começo do movimento estudantil dos anos sessenta, pois será a partir daí que reivindicações particulares dos estudantes vão se sobrepor às questões cívicas que mobilizavam a sociedade de maneira geral. Serão fortalecidas, por exemplo, as lutas contra a má qualidade de ensino, as altas taxas nas escolas particulares, o autoritarismo, o obsoletismo pedagógico e também pela necessidade de vagas, ou seja, lutas contra dificuldades concretas dos estudantes, o que não era levado em conta pelos jovens simpáticos à UDN que lideraram a UNE até 1956, mais afeitos a um “liberalismo abstrato e um anticomunismo sem sentido” (MARTINS FILHO, 1987, p. 41).

A reforma universitária torna-se, assim, a principal reivindicação estudantil, aquela com maior poder de mobilização. Sensível a esta demanda e disposta a assumi-la como bandeira de luta, a *esquerda* estudantil transforma-se no principal fio condutor para os descontentamentos da categoria a tal ponto que acaba se confundindo com a própria luta. Começa, então, a sua hegemonia no movimento, primeiro através dos setores mais radicais da Juventude Universitária Católica (JUC) e depois com a Ação Popular (AP), uma organização marxista que, em 1963, conquistou uma estrondosa vitória contra a direita estudantil, por 679 votos contra 55 nas eleições da UNE.

Este foi o momento em que os militantes marxistas começaram a ganhar força e maior visibilidade dentro da política estudantil, o que aconteceu, como se vê, ainda nos primeiros anos da década de sessenta, quando se deu a ascensão da Juventude Universitária Católica no movimento estudantil. Não que a JUC fosse uma organização marxista; pois na verdade ela traçou “sua trajetória desde um reacionarismo extremo, engajado na evangelização pretensamente apolítica, ao envolvimento com questões sociais” (FÁVERO, 1994, p. 31); mas porque foi do interior deste grupo que se formou a Ação Popular (AP), que na segunda metade dos anos sessenta, ao lado das dissidências estudantis do PCB, foi a força política que mais tentou pautar o movimento estudantil.

A partir daí, o que se verifica por parte de partidos e organizações de inspiração marxista é uma incessante busca pela formação de novos quadros. Vladimir Palmeira, por exemplo, lembra que: “Quando éramos garotões, a partir de um pouco antes de 1964, ser de esquerda passou a ser um negócio mais ou menos normal. A própria UNE fez um grande trabalho com o CPC, os cadernos de Cultura, difundiu um pensamento de esquerda [...]” (PALMEIRA, 1999, p. 124).

Mas compreender esta “normalidade” num país marcado por uma extrema bipolarização entre a *esquerda* e a *direita*, no qual os sujeitos eram quase sempre coagidos a se posicionar entre estas duas referências, quando não eram violentamente nomeados a revelia, não é uma tarefa das mais fáceis e merece aqui uma problematização à parte.

Quando o intelectual austríaco Otto Maria Carpeaux chegou ao Brasil, fugindo de Hitler, acreditava ter chegado em um país onde “quase todo o mundo” era de *esquerda* (VELOSO, 1997, p. 16). Um olhar subjetivo que certamente deve ter sofrido abalos em 1964 diante das gigantescas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nascidas para conter os ariscos movimentos populares que incendiavam o país durante o governo de João Goulart. A

*direita* – e dentro de uma visão de mundo dual, como a da época, só poderia ter sido ela – mandava, afinal, um sonoro recado, apesar de não ser tão expansiva e orgulhosa de si quanto os seus adversários. Terrivelmente discreta parecia existir mesmo só “por causa de interesses escusos e inconfessáveis. Assim, as passeatas ‘com Deus pela liberdade’, organizadas por ‘senhoras católicas’ em apoio ao governo militar, nos surgiam como cínicos gestos hipócritas de gente má” (VELOSO, 1997, p. 15).

Se eram organizadas por gente má, a historiografia brasileira dificilmente irá responder, mas que a *direita* estava implicada, isso tem sido repetido sistematicamente nos estudos dedicados ao tema. E a política brasileira assim, ganha um sentido: posturas mais inquietas e contestadoras são rapidamente identificadas com a *esquerda* enquanto por outro lado, atitudes mais conservadoras e antipopulares são consideradas expressões próprias da *direita*.

No entanto, longe dos esquemas explicativos, o que se percebe é que no cotidiano dos brasileiros que se dilaceravam naqueles anos, estas divisões não eram tão evidentes assim, como nos mostra Jean Marc, que em 1964 acreditou junto com seus familiares, que o golpe seria necessário para a defesa da democracia.

Uma vez eu fui arrastado por uma namorada para uma manifestação na porta da casa do Castelo Branco, uma coisa armada pelos milicos para dar a impressão de que o povo queria Castelo Branco candidato a presidente. Acabei indo. Toda minha família foi – meus tios, primos, primas, a namoradinha que eu tinha na época [...] Entrei nessa jogada e lá quase fui linchado, porque eu comecei a ironizar enquanto um bando de madames elegantes aplaudia o Castelo Branco. Comecei a ironizar, a fazer umas gozações, e, de repente, uma das madames bota o dedo na minha cara e me chama de comunista. Por fração de segundos eu poderia ter virado um pastel. “Ele é comunista!”, gritava ela. Pronto. Foi quando meu tio e meu pai, diziam: “não, ele é um dos nossos”. Eu não sabia mais se eu era mesmo “dos nossos” (MARC, 2004).

A convicção, no caso, pertence àqueles dispostos a “botar o dedo na cara”, a expor, de maneira autoritária, o outro a execração, exclusão, prisão ou até mesmo a eliminação física.

Neste sentido, a PUC para admitir novos alunos nos anos sessenta costumava “perguntar aos candidatos nomes, datas, biografias, coisas assim. E se o candidato começasse a fazer análise histórica de uma situação era tachado imediatamente de comunista, já no próprio vestibular, pois o exame oral era uma das etapas da seleção” (DIRCEU, 1999, p. 83). A *esquerda* estudantil, por sua vez, “procurava englobar todas as posições que integravam o apoio ao golpe sob a designação de ‘direitistas’. Nesse sentido [fica ressaltada] a tendência das correntes de esquerda a considerar ‘espúria’ a orientação liberal na universidade” (MARTINS FILHO, 1987, p. 95). Estes jargões, portanto, acabavam muitas vezes, naturalizando certas posições e igualando o que era diferente.

*Esquerda e direita*, portanto, são categorias que precisam ser problematizadas enquanto importantes estratégias lingüísticas com as quais organizamos, classificamos e explicamos o mundo (SPINK; MENEGON, 1999, p. 78). E problematizá-las exige perceber que, como toda categoria, elas são socialmente construídas e carregadas de sentidos que refletem os múltiplos interesses da sociedade. Elas portanto não devem ser naturalizadas como se existissem desde sempre acima de todas as contradições sociais, como expressões precisas do real.

Além disso, mais do que dar sentido à experiência cotidiana, as categorias *esquerda e direita* também são utilizadas para a consecução de ações. Podem ser utilizadas para persuadir, culpar, negar, refutar, acusar... E como tem diferentes possibilidades de uso, na medida em que são adaptáveis à situação em que ocorre a conversa (SPINK; MENEGON, 1999, p. 81), de acordo com o contexto, pode ser interessante assumi-las, rejeitá-las ou ainda usá-las para significar alguém. Durante a Ditadura Militar, por exemplo, nem sempre se podia falar abertamente que se era de *esquerda*, mas quando o momento era propício, a identificação com ela tornava-se quase necessária para os militantes demarcarem o espaço daqueles que verdadeiramente lutavam em nome da liberdade perdida e diferenciá-lo do espaço daqueles que foram responsáveis por sua supressão.

Alfredo Sirkis, por exemplo, no início da sua militância estudantil não militava na *esquerda*, no entanto, era com a “turminha de esquerda” que ele se sentia a vontade para dialogar politicamente e lutar contra a repressão. Para ele, os alunos de *direita* eram “antipáticos, fascistóides e alguns viviam dizendo que iam denunciar ao DOPS os *comunas* do colégio, o que revoltava o meu liberalismo” (SIRKIS, 1980, p. 30-31). Ele portanto, não se colocava na *esquerda* e nem na *direita*, mas para dar sentido a sua indignação contra o regime militar ele não conseguia raciocinar fora desta dualidade, cristalizada como a única forma de se pensar politicamente. Neste sentido, parecia-lhe que lutar contra a ditadura só era possível dentro ou próximo à *esquerda*. Mas nem sempre havia pensado assim.

Diante do radicalismo dos movimentos populares no governo de João Goulart, houve um claro distanciamento entre as lideranças de *esquerda* e a base estudantil. Muitos estudantes, dentre os quais o jovem Sirkis, preferiram apoiar o retorno de líderes, com posicionamentos políticos mais conservadores, para a direção de algumas importantes entidades estudantis do país. Estas, no momento da comunhão civil-militar que dirigiu o golpe contra Jango, se diluíram entre os golpistas.

Como conseqüência da ascensão dos militares, começa o desmantelamento dos movimentos sociais que fervilhavam no início da década de sessenta, sobretudo, o operário e camponês. Aos estudantes, foi permitida a permanência apenas daquelas agremiações cujas direções fossem favoráveis ao regime. Os “direitistas” que estavam à frente delas, no entanto, não tardariam a reagir contrariamente ao governo militar, diante da sua disposição para a ampliação das restrições na política estudantil universitária. O golpe, em pouco tempo, frustraria muitos jovens que acreditavam que a partir de 1º de abril de 1964 “o caminho [estaria] livre para que estudantes interessados em política e democratas [pudessem] participar ativamente da vida nacional” (VELASCO, 1999, p. 106), o que arrastou para a oposição muitos estudantes antes

favoráveis ao regime militar, entre os quais, jovens como Alfredo Sirkis, Jean Marc e outros futuros militantes que acabariam reforçando os protestos de 1968. Isso permitiu à *esquerda* e, por extensão, às organizações marxistas como a AP, voltar a se organizar e ganhar espaço entre aqueles setores estudantis que apresentavam descontentamento com os militares, embora nem todos os descontentes assumissem uma postura “esquerdista”.

Houve, portanto, entre os estudantes brasileiros sucessivos deslocamentos de identidade. Estudantes que se diziam favoráveis à democracia apoiaram um golpe, pois esperavam que os militares afastassem da cena política, os seus adversários dentro do movimento estudantil. O autoritarismo militar, como se vê, acabava refletindo o próprio autoritarismo destes estudantes, que ficava escondido sob a farsa de um discurso liberal. Algum tempo depois, parte destes estudantes já estava se voltando também contra o regime que chegaram a apoiar. Alguns passaram a ressignificar totalmente suas práticas políticas, trocando em seus quartos, os retratos de John Fitzgerald Kennedy pelo de Che Guevara<sup>20</sup>. Diante de todas essas circunstâncias, longe de pretender classificar estes estudantes em categorias fechadas tais como *esquerda* e *direita*, este trabalho assume que as “identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (HALL, 2000, p. 112).

Os jargões *esquerda* e *direita*, por isso, são concebidos aqui como componentes fundamentais de uma rede que dá coerência ao processo de nomeação do movimento estudantil, que ajudam na conexão de todos os elementos que existem dentro dela, de modo a permitir a captura da realidade dentro de um espaço familiar e dual que facilitasse a demarcação das fronteiras entre o “bem” e o “mal”, o verdadeiro e o falso. Ou seja, estas categorias são tratadas como dispositivos que atuam no interior das práticas discursivas que contribuíram para “inventar” o movimento estudantil como uma categoria fechada em torno de características

---

<sup>20</sup> Foi o caso de Alfredo Sirkis. (Cf. SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. São Paulo: Círculo do livro, 1980, p. 21).

facilmente perceptíveis e associadas à *esquerda*. A *direita* neste caso seria o falso, o outro contra o qual se deve lutar, aquele que não tem legitimidade para falar em nome do ME.

Assim, se utilizo estes jargões é no sentido de apontar como no interior dos discursos que dão sentido ao movimento estudantil dos anos sessenta, eles são utilizados para capturar tudo e todos dentro de identidades fechadas, hierarquizadas e estereotipadas, sobretudo a partir de 1968, ponto culminante de um processo de lutas antiditatoriais, quando práticas discursivas vão apontar para um *novo* movimento estudantil que passaria a reivindicar para si o papel de porta voz privilegiado da rebeldia juvenil daquele ano.

Desta forma, não só o movimento estudantil, mas todas as manifestações de 1968 vão sofrer, no âmbito dos discursos, a ação de um irresistível processo de dominação que nos últimos trinta e oito anos vem transformando o que foi multifacetado em algo uniforme e fortemente marcado por uma única identidade, a marxista, de modo que, contar a história das rebeliões juvenis em 68, se tornou praticamente a narrativa daquilo que diz respeito aos militantes marxistas ligados às organizações de esquerda.

Estes novos discursos que passaram a ressignificar o movimento estudantil só se tornaram possíveis graças a uma ruptura que se efetivou dentro de uma certa regularidade lingüística observada até meados da década de cinqüenta, quando as manifestações estudantis eram consideradas uma *coisa de moços* das elites, movida por sentimentos cívicos. Este rompimento se deu no momento em que os movimentos da juventude católica voltavam-se para a *esquerda*, deslocando o sentido que então se atribuía ao movimento estudantil. Esta virada foi tão marcante para a história do movimento, que acabou criando uma espécie de trajetória paradigmática para os futuros militantes, como aquela seguida por Luís Travassos, presidente da UNE em 1968. “Ele vem da militância católica: da Juventude Estudantil Católica (JEC), depois da Juventude Universitária Católica (JUC) e da fundação da Ação popular (AP). Seu itinerário é

quase clássico no movimento estudantil para quem chega à presidência da UNE” (Cf. MARC, 2004).

A partir daí, o movimento estudantil se transforma em algo novo, com um discurso mais radical e uma prática política redefinida em favor dos movimentos sociais, o que o coloca em atividade junto a sindicatos rurais, centros populares de cultura, movimentos de educação de adultos (FÁVERO, 1994, p. 31) e, sobretudo, em favor da denúncia da crise da Universidade brasileira. E tudo isso vai acontecer simultaneamente às lutas pelas Reformas, que estavam convulsionando o Brasil no início dos anos sessenta.

Esta nova configuração do movimento estudantil provocou, no âmbito da linguagem, um momento de ressignificação, em que novos sentidos<sup>21</sup> se fizeram necessários para tornar familiar as renovadas práticas dos estudantes. Era então o momento de se romper com os discursos então institucionalizados e estabelecer práticas discursivas, através das quais as pessoas da época poderiam produzir os novos sentidos de que precisavam. E neste processo, marcado fundamentalmente por uma constante negociação, na qual cada sujeito procura marcar sua posição, a *esquerda* conseguiu se hegemonizar, traçando para si uma narrativa coerente que passou a dar sentido à história do movimento estudantil, enquanto a direita caía no esquecimento.

Até o golpe você tinha um movimento bastante polarizado politicamente, com esquerda e direita em posições extremas. Você tinha uma direita muito forte pré-1964. Isso é uma coisa que a história pós-1964 tendeu a esquecer, porque a gente praticamente varreu a direita do movimento estudantil. Mas no pré-1964 ele era forte. Tínhamos uma direita ideológica, preparada, militante e com ligações políticas fortes, em particular com o “lacerdismo” (referência a Carlos Lacerda). E essa ligação batia de frente com os movimentos mais à esquerda, particularmente, com o comunismo, no período 1962/63, em que houve uma certa radicalização do processo político, com grupos assumindo, de cara aberta,

---

<sup>21</sup> “O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta”. (SPINK; MEDRADO, 1999, p. 41).

posições mais radicalizadas, pelo menos do ponto de vista ideológico (MARC, 2004).

Dentro deste processo, 1968 acaba se transformando numa referência obrigatória para uma *formação discursiva* que procuraria nomear a nova realidade política brasileira a partir de uma ambigüidade que, apesar de fingir o múltiplo, capturava tudo e todos dentro de um uno. A constituição histórica do movimento estudantil de 1968 se fez, desta forma, dentro de uma produção discursiva que foi “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2004, p. 9). Assim, estudantes rebeldes, militares e civis censores não seriam sujeitos de formações históricas distintas, mas peças de uma mesma engrenagem que azeitava e fazia movimentar a máquina social brasileira – intolerante, máscula e reacionária dos dois lados.

O movimento estudantil de *esquerda* torna-se, então, um eloqüente Narciso que não quer ver refletido no espelho outra coisa senão a sua própria imagem, a sua própria verdade. Mas se for contrariado não ficará imóvel diante do desespero, ao contrário. Se há beleza na sua verdade é justamente porque existem corpos-militantes dispostos a lutar em sua defesa, a maquiagem as suas possíveis imperfeições. Disposição alimentada por uma vontade de verdade que, para não ofuscar o seu objeto, não se deixa descobrir tão facilmente.

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade [...] (FOUCAULT, 2004, p. 20).

Desta forma, a questão que se impõe agora está relacionada ao *poder*, mas não o poder enquanto instância estatal ou relacionado às lutas de classe. Trata-se do *poder* como instrumento de criação (Cf. CASTELO BRANCO, 2005c, p. 36), capaz de instaurar verdades e de as legitimar, algo que está intimamente ligado aos discursos, pois o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (CASTELO BRANCO, 2005c, p. 10).

É neste sentido que as lutas juvenis de 1968 se tornam alvo de um processo de captura dirigido por certos padrões de pensamento, como aqueles ligados ao marxismo e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Isto porque, para além do marxismo, o movimento estudantil dos anos sessenta também foi influenciado pelo pensamento do ISEB<sup>22</sup> para o qual “os intelectuais têm um papel fundamental na elaboração e na concretização de uma ideologia do desenvolvimento; são eles que devem explicitar o processo de tomada de consciência, e, por conseguinte, viabilizar o projeto de transformação do país” (ORTIZ, 2003, p. 68). Não por acaso, o Instituto forjou o conceito “cultura alienada” (ORTIZ, 2003, p. 46) para definir a falta de consciência crítica sobre a condição de dependência do país, que impede a viabilização de um projeto de transformação nacional.

Essa concepção foi particularmente importante para os Centros Populares de Cultura (CPC's) da UNE, o que explica os sucessivos ataques que eles protagonizaram contra as manifestações artísticas contraculturais nos anos sessenta. Para os *cpcistas*, afinal, a arte deveria ter um caráter didático, pois seu objetivo era contribuir diretamente com a conscientização política da sociedade [...] também deveria adotar um caráter antiimperialista e defender, portanto, aquilo que fosse considerado patrimônio cultural nacional.

---

<sup>22</sup> Na segunda metade da década de cinquenta, a UNE, envolvida com o movimento nacionalista do período, se aproxima do ISEB.

Isso explica, por exemplo, o notório desentendimento entre Caetano Veloso e estudantes universitários no III Festival Internacional da Canção realizado no Rio de Janeiro, em 1968. Quando o cantor se preparava para cantar *É proibido proibir*, foi violentamente vaiado. “Sua canção [...] mesmo obtendo boa classificação, foi a mais vaiada da noite. O público aceitou a música, mas não a maneira como ela foi apresentada” (VEJA, 1968, nº 3, p. 68). Na ocasião, Caetano vestia roupas de plástico, que lembravam uma típica indumentária hippie, e se requebrava. Agredido, reagiu com um discurso antológico no qual questionou a postura dos corpos-militantes que o hostilizavam: “Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder! [...] Se vocês em política forem como em estética, estamos feitos”<sup>23</sup>!

Mas se o discurso de Caetano impressionou, o som ensurdecador das vaís também. De onde vinha aquela ferocidade contra o corpo-transbunde-libertário de Caetano? Aquela vontade de verdade que caracterizava os corpos-militantes que se encontravam no TUCA a ponto de se identificarem como a única alternativa para a sociedade brasileira, impedindo que outras manifestações artísticas e políticas da época ganhassem espaço?

Quem vaiou Caetano naquele festival estava certo de sua infalibilidade. E o que, senão o marxismo, poderia oferecer tal convicção? Afinal, como dissera Alfredo Sirkis, “o marxismo era todo um universo e tinha o atrativo da lógica, a tentação do maniqueísmo e a justa cólera dos revoltados. Tinha a grande solução. Era uma religião sem ser. – ‘É uma ciência, não uma ideologia’ – explicava uma colega. Então, se era científico, era infalível”! (SIRKIS, 1980, p. 49) Assim, se os militantes marxistas agiam com tanta agressividade contra a diversidade, neste caso personificada pela juventude *underground*, é porque eles se sentiam em

uma guerra que se baseia em certezas de ordem científica. Como, então, admitir que haja adversário, aceitar que se discorde de mim? Necessariamente, o

<sup>23</sup> O discurso pode ser encontrado no site [www.uol.com.br/tropicalia](http://www.uol.com.br/tropicalia), escrito e em áudio.

adversário tem de ser patife, traidor, portanto já um inimigo – ou, na melhor das hipóteses, um ignorante (a quem se interna em hospitais psiquiátricos, como Brejnev fazia com os dissidentes: só a doença mental explicaria o inconformismo deles com a sociedade soviética). Quem discorda não pode estar no mesmo plano daquele que detém o saber (RIBEIRO, 1990, p. 25).

No entanto, apesar do esforço dos militantes marxistas para transformar sua causa na única realmente viável na busca por uma sociedade mais justa, nos anos sessenta a ação política ficou mais complexa e variada, pois aquele período assistiu à emergência da *micropolítica*. “Se a política tradicional [...] procurava atingir as massas, mobilizando-as para a luta política, a micropolítica – a qual sai deliberadamente do macro e vai deslizando para o subterrâneo – dedica-se às minorias, atua na micrologia do cotidiano, interessando-se por temas antes marginais [...]” (CASTELO BRANCO, 2005a, p. 54).

Com a micropolítica, a tagarelice das pequenas subversões do dia-a dia, que não visavam a tomada do Estado, mas simplesmente a transformação do cotidiano para torná-lo mais tolerante e libertário diante dos desejos e das diferentes individualidades, começaram a fazer barulho, incomodando tanto a sociedade conservadora representada por instituições como a família e a Igreja, quanto a “progressista” *esquerda* estudantil brasileira, para a qual, esta nova forma de expressão política, em substituição à *direita* – já devidamente “varrida” – viria a se tornar a principal ameaça ao engajamento político que poderia tornar o país mais justo; afinal, para os militantes, gastar energia com questões do cotidiano, na busca pela realização de desejos ou por uma autonomia das subjetividades era perder tempo com temas superficiais que não alterariam em nada um quadro social tão rico em mazelas. Mas seria a micropolítica indiferente a elas? Com a palavra, Caetano Veloso:

Não apenas a pobreza, vista sempre tão de perto, me levava a querer pôr o mundo em questão: os valores e hábitos consagrados estavam longe de me parecer

aceitáveis. Era impensável, por exemplo, ter sexo com as meninas que respeitávamos e de quem gostávamos [...] um cara com ar de cafajeste que comia os garotos encontrava um ambiente de cumplicidade masculina no botequim onde se insultavam os veados. Os homens casados eram encorajados a manter ao menos uma amante, enquanto as mulheres (amantes ou esposas) tinham que ostentar uma fidelidade inabalável etc. etc (VELOSO, 1997, p. 25-26).

Através da citação, podemos perceber que Caetano, em sua micropolítica, não ignorava as mazelas que atormentavam a sociedade, mas procurava retirar do subterrâneo, realidades que ninguém via, ou não queria ver, mas que eram também tristes e problemáticas. Caetano, portanto, sugeria uma proposta de ação que, colocada em prática no cotidiano, visava a questionar valores sociais tradicionais então considerados superados.

Esta proposta também estava presente no maio francês<sup>24</sup> e nos mais diferentes lugares onde a juventude explodiu em protestos, incluindo aí, pequenas cidades do interior brasileiro, como a cidade paulista de Birigüi, onde os estudantes também adotaram a micropolítica como forma de expressão para as suas reivindicações.

O cinema Pérola, de Birigui, cidadezinha de 20 mil habitantes a 521 quilômetros de São Paulo, cobrava até a semana passada o que a maioria dos cinemas do interior cobra dos seus freqüentadores: um cruzeiro novo de entrada. Agora o cinema foi praticamente destruído a pedradas e pauladas, porque aumentou 20 centavos no preço. Os estudantes de Birigui, onde as manifestações políticas são desconhecidas, repetiram a mais antiga forma de protesto estudantil contra os preços: a pedrada. Duzentos soldados de Araçatuba dissolveram as manifestações, feriram a bala dois meninos. A calma voltou à cidade, mas pela força (VEJA, 1968, n° 4, p. 65).

De Paris a Birigüi, portanto, os inúmeros protestos de 1968 tiveram vários significados, refletindo a diversidade juvenil da época. Num ano em que a imaginação quis tomar o poder, os mais diversos desejos guiavam a juventude que se engajava naquelas manifestações.

---

<sup>24</sup> Em um cartaz na Sorbonne podia ser lida a seguinte mensagem: “Os que falam de revolução e de luta de classe sem se referir explicitamente à vida cotidiana, sem compreender o que há de subversivo no amor e positivo na recusa às proibições, têm na boca um cadáver”. (Cf. HOLLANDA, 1989, p. 70-71).

Muitos ali sonhavam com a revolução cultural de Mao Tsé-Tung, queriam desencadear os vários Vietnãs desejados por Che Guevara ou simplesmente buscavam auto-afirmação.

Muitas daquelas passeatas acabavam com mortos e feridos, mas não há como desconsiderar a sua condição de espetáculo. Era excitante ver a polícia ser acuada por estudantes ou a queda de um cavalariano, apreciando o seu cavalo, assustado, correr a esmo pelas ruas depois, numa cena ao mesmo tempo trágica e cômica. E se de repente alguém conseguisse tomar o capacete de um soldado, então, uma explosão de euforia tomava conta daqueles que presenciassem tal feito. Além disso, no calor dos protestos fundiam-se várias dimensões do imaginário juvenil. Estar naquelas ruas violentas significava muito mais do que se colocar à disposição da luta. Misturados à adrenalina, ao suor e talvez ao próprio sangue, era possível encontrar a vaidade e o desejo nos corpos de alguns manifestantes que, após os combates, iam para um “barzinho” com os amigos contar as “peripécias do dia, de olho nas meninas, muito interessadas nos heróis das manifestações” (SIRKIS, 1999, p. 113).

Nem tudo, portanto, seguia os rígidos encaminhamentos defendidos pelos militantes vinculados às organizações políticas. A espontaneidade era tão importante para as manifestações de rua quanto o planejamento e a organização destes militantes, afinal, muitos dos que delas participaram transitavam sem nenhum objetivo pelas ruas das cidades (Caminhando contra o vento/ sem lenço, sem documento/ eu vou.../ Por que não? Por que não? Por que não?) quando, de repente, viam-se envolvidos no meio do furacão, entre a polícia e os manifestantes, atirando pedras nas forças da repressão, em vidraças ou virando carros da polícia, dando vazão a algum desejo escondido.

A música Alegria Alegria, de Caetano Veloso, acabava expressando “assim a condição de inúmeros participantes dos motins urbanos que caracterizariam a época” (GALVÃO, 1999, p. 153). Estes atos espontâneos, aliás, eram a grande preocupação da vanguarda. Os líderes

estudantis presentes nas manifestações sempre procuravam controlar os estudantes temendo que de uma hora para outra alguém provocasse a polícia ou atirasse uma pedra na vidraça de um estabelecimento comercial ou no carro de alguém que tivesse tido o azar de estacioná-lo no lugar e na hora errada. Estes eram alvos considerados proibidos.

Além disso, esta espontaneidade foi responsável pela fragmentação dos protestos estudantis, algo duramente criticado pelos militantes partidários. Para além dos grandes protestos de rua, outras formas de manifestações também podiam ser observadas, como a divertida “greve branca” da Faculdade de Ciências Médicas no Rio de Janeiro:

Moças e rapazes da Faculdade de Ciências Médicas anunciaram “strip tease” dentro da “greve branca” que iniciam hoje visando a construção de vestiários condignos no Hospital Escola Pedro Ernesto. Os estudantes armaram barraca de lona nos terrenos do Hospital que intitularam “Quartel General” da campanha da roupa limpa, o qual utilizam guisa de vestiário (CORREIO DO CEARÁ, 1968, 30 mar., p. 2).

Em 1968, portanto, a juventude não ficou presa às deliberações das vanguardas estudantis. Ela pulverizou suas reivindicações em lutas que objetivavam todas as formas possíveis de libertação: da liberdade política em regimes autoritários ao direito de pagarem um ingresso mais barato no cinema de uma pequena cidade. Havia então um mundo divino e maravilhoso a ser descoberto, oferecendo aos inquietos jovens do período infinitas possibilidades de realização de seus desejos, desde que eles se dispusessem a visitar os seus limites, o que significou para a maioria daqueles jovens, colocar seus próprios corpos a disposição das novas experiências. Por este motivo, o sexo, as drogas, anticoncepcionais, cassetetes, gás lacrimogênio, acabaram deixando suas mais profundas marcas nos corpos juvenis daquela geração.

Resistentes a todas estas expressões da micropolítica, estavam as organizações de esquerda, entre elas, as que dirigiam as principais entidades estudantis de 1968. Para elas, a

valorização do cotidiano e das subjetividades não só não eram aceitas, como eram colocadas como instrumentos que contribuíam para o desvio do militante, afinal, para muitos partidos e organizações “gastar energia com lazer e prazer era desperdiçá-la em detrimento das causas revolucionárias” (SOBRINHO, 1994, p. 53).

O importante era a formação de militantes abnegados que cultivassem sentimentos quase religiosos em nome das metanarrativas e que fossem capazes “ de a tudo suportar, de não se incomodar com o sofrimento, de jogar todas as suas fichas no futuro, de se imolar em favor do porvir, de sufocar a individualidade - seus gostos, seus prazeres, seus amores, seu tempo livre, tudo – em nome de um coletivo construído teoricamente pelo partido” (JOSÉ, 1996, p. 30).

No entanto, mesmo dentro das organizações, as transformações dos anos sessenta fizeram surgir militantes cada vez mais preocupados com a forma de colocarem seus corpos na luta diante da possibilidade de espancamentos, prisões, torturas e morte ou ainda diante dos desejos de seus próprios corpos que muitas vezes transigiam em sua prática militante. Fernando Gabeira, por exemplo, quando entrou para a Dissidência Comunista, não conseguia compreender como militantes mais jovens abdicavam de coisas próprias de sua idade como estar com namoradas para se integrarem às rígidas regras de disciplina da organização. Além disso, ele mesmo enfrentava seus próprios dilemas diante de suas atividades. Ele precisava acordar às cinco horas da manhã para seguir para as fábricas, onde distribuía propaganda e discutia com eventuais interessados, mas seu corpo sempre relutava. “Todos os dias, o despertador tocava à mesma hora, nem sempre o corpo se movia” (GABEIRA, 1988, p. 45). Quando isso acontecia algum membro da organização já ia logo dizendo que se tratava de problema ideológico.

O corpo-militante-partidário, portanto, deveria ser, coerentemente com a noção de sujeito universal, também universalizado. Todos os órgãos do militante, deveriam estar a serviço da luta de classes. Dos órgãos reprodutores ao cérebro, tudo deveria ser resguardado para a

constituição de militantes higienizados e conscientes de seus deveres sociais. Seus corpos, portanto, não lhes pertenciam e por isso deveriam permanentemente negar suas subjetividades e caso houvesse, todo excesso era prontamente repreendido e denunciado como “problema ideológico” uma doença grave para os corpos militantes. Haveria uma psicologia marxista para preparar os militantes para tais sacrifícios impostos aos seus corpos? – questionava Gabeira.

Nosso quadro teórico nos permitia apenas explicar as determinações sociais que operavam no indivíduo. Mas não tínhamos a mínima idéia das múltiplas mediações que são colocadas pela vida pessoal de cada um, ao receber essas influências sociais.

[...] Tudo é política, tinham razão. Mas as verdadeiras dimensões da política do corpo não podiam captá-las. Assim como nossas tias achavam que a civilização ocidental e cristã cairia por terra se continuássemos mexendo nossas bundas e pernas ao som do *rock-and-roll*, muitos acreditavam, solenemente, que o edifício marxista-leninista iria ruir se, de repente, começássemos a esfregar os clitoris das mulheres (GABEIRA, 1988, p. 47).

Apesar de tudo isso e da heterogeneidade da juventude, os corpos-militantes-partidários acabaram conquistando para si a legitimidade para falar em nome da rebeldia em 1968, especialmente dentro do movimento estudantil, praticamente o único canal possível para a expressão de seus valores na segunda metade dos anos sessenta. Assim, a realidade daquele ano; sendo o resultado de um discurso que venceu historicamente e que procurou, ao longo do tempo, apagar outras vozes, as quais não estavam identificadas com o perfil de militante formado dentro dos partidos ou de outras organizações de esquerda; nada tem a nos revelar sobre outros corpos que vivenciaram seus protestos na época. Destarte, ignoramos o engajamento político dos anarquistas; dos estudantes que não militavam em nenhum partido ou organização de esquerda; dos estudantes partidários do regime militar, que na conhecida “Batalha da Rua Maria Antônia” combateram os estudantes da USP e, especialmente dos jovens que aderiram à contracultura.

Pensar na política juvenil de 1968, nestes termos, implica quase que exclusivamente em pensar na militância estudantil e em acreditar que todos tinham um mesmo projeto político e que este visava ao controle do Estado de acordo com a Teoria da Luta de Classes. Não por acaso, quando se pensa ou se fala nos jovens que fizeram parte da luta contra a ditadura na época, invariavelmente, os nomes que são lembrados são os de José Dirceu, Vladimir Palmeira, Luís Travassos, Jean Marc e outros. Todos militantes vinculados a organizações de esquerda.

Desta forma, se havia alguma heterogeneidade no conjunto da juventude disposta a transformar a sociedade, elas estariam limitadas às posições adotadas pelos dois grupos que em 1968 eram hegemônicos dentro do movimento estudantil e dos quais faziam parte os estudantes acima citados: a Ação Popular (AP) que defendia a *luta política* segundo a qual os estudantes deveriam ir para as ruas lutar junto com o povo contra a Ditadura e o Imperialismo, e as Dissidências Estudantis do PCB que propunham a *luta específica*, baseada nas reivindicações educacionais para, a partir delas, fazer a crítica ao regime ditatorial.

Esta era a divergência mais enfatizada pela imprensa da época, o que era feito sempre a partir da análise do debate entre os líderes estudantis dos dois grupos em questão. A revista Visão do dia 2 de agosto noticia em tom de descoberta:

Começaram a aparecer nos jornais declarações de líderes estudantis expondo publicamente divergências dentro da classe. Dois nomes estão no topo da briga: Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), e Luís Travassos, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), ambas aliás declaradas ilegais. No último mês de maio a diretoria da ex-UNE convocou para Salvador um Conselho, reunindo representantes de todas as uniões estudantis para decidir sobre o temário do XXX Congresso.

Depois de demoradas discussões foi aprovado o temário proposto por Vladimir Palmeira, que representava a Guanabara no Conselho e do qual divergiam Luís Travassos e Luís Raul Machado. O temário proposto pelo presidente da ex-UME compreendia a discussão política educacional do Governo (MEC-USAID, reforma universitária e cobrança de anuidades), uma discussão sobre política estudantil abordando sobretudo a repressão institucional e policial da “ditadura” e

finalmente apresentação de sugestões para um programa de lutas do movimento estudantil.

O temário vencido, apresentado por Luís Travassos, propunha uma “participação dos estudantes na luta global pela libertação do povo brasileiro” (VISÃO, 1968, nº 3, p. 25).

A própria revista, no dia 12 de abril já havia noticiado a falta de unidade entre os estudantes: “A leitura dos manifestos e proclamações revela que não existe absolutamente unidade entre os estudantes, ou pelo menos em sua liderança. O conteúdo vai do guevarismo ao lacerdismo [...]” (VISÃO, 1968, nº 7, p. 21). No entanto, parece ter confirmado as divergências apenas quatro meses depois quando pôde ver claramente o choque entre as diferentes visões políticas de seus líderes num encontro estudantil. Tudo se passa como se fosse impossível verbalizar o ME sem a participação destes personagens.

O interesse da imprensa pelos estudantes em 68, na verdade, refletia o interesse da sociedade brasileira pela juventude, que no final dos anos sessenta, emergia no Brasil, como a expressão máxima do conjunto das transformações pelas quais o mundo passava. Na tentativa de entender melhor o que acontecia, ela tratou de observar com muito interesse o comportamento dos jovens tentando torná-lo cada vez mais compreensível. No entanto, entre a fragmentação da juventude e o organizado universo das vanguardas estudantis, ela preferiu, comodamente, tomar o movimento por aquilo que expressavam os seus líderes.

Atenta aos seus discursos, a sociedade, pelo menos aquela parte que via no ME um canal para a manifestação de seu descontentamento, autorizou ou desautorizou estudantes conforme os seus interesses. Então, para expressar seus comedidos desejos por transformações, ela preferia as posições das linhas mais moderadas do movimento estudantil e neste caso, o mais aceito entre os líderes era Vladimir Palmeira. Desta forma, um dia depois da Passeata dos Cem Mil, o Correio da Manhã destacava o líder estudantil entre os seus companheiros: “A maneira de

falar é também característica em Vladimir, diferenciando-o de dois outros líderes estudantis: Luis Travassos e Elinor Brito, mais violentos em seus discursos, no tom e no conteúdo” (CORREIO, 1968, 27 jun., p. 2).

Vladimir parecia ser aquele que melhor atendia aos seus anseios. Era preciso, então conhecer melhor o líder estudantil, dar-lhe uma identidade e se fosse conveniente, dar visibilidade às suas idéias. É reveladora por exemplo, a entrevista realizada pela revista O Cruzeiro com Ana Maria, esposa de Vladimir. Nela, há nitidamente um descompasso entre aquilo que a imprensa normalmente queria saber e a imagem que ela queria transmitir, a de uma militante que não se interessa por questões cotidianas. Seu corpo era uma máquina totalmente voltada para a transformação política da sociedade.

É preciso desmitificar todos nós. Isso de falar sobre nossa vida em casa, se somos felizes e coisas assim, desmoraliza o movimento. A gente quer trocar o que está aí. Não se pode deixar que se façam colonismo social à nossa custa [...] Não quero que digam quais são meus gostos pessoais. Se quiser falar de política, eu respondo. Sobre assuntos caseiros, ficarei calada [...] Os jornais inventam gostos para mim, dizem que adoro Sérgio Mendes, falam de meu pai, que é jornalista, quando nada disso importa. O que interessa é a luta revolucionária que estamos pregando. Se sou boa dona de casa, se amo meus pais ou não me dou com eles, o que faço quando não estou na luta política, é coisa nossa. Falar disso seria comprometer nossos ideais. Cada vez que troco uma palavra participante por outra alienada, estou perdendo a chance de que o leitor ou o ouvinte se engaje cada vez mais na nossa luta. Fale dessa estrutura arcaica da nossa sociedade, fale desse governo incapaz que tolhe o nosso desenvolvimento, mas não diga como eu sou, como me visto, que fumo, se sou bonita ou feia, grande ou pequena (CRUZEIRO, 1968, nº 34, p.123).

A centralização na figura de Vladimir Palmeira motivou crítica por parte daqueles que lhe faziam oposição na época. Jean Marc, outro líder estudantil de 1968, na época ligado à AP, em artigo recente diz que a imagem de um movimento estudantil carioca que se resumia a Vladimir é uma distorção. Para ele, “muito embora todas as correntes políticas tenham contribuído para as jornadas de março-abril de 68, particularmente o PCBR, foi Wladimir quem

capitalizou a onda, pois, como dirigente da entidade máxima de representação dos estudantes do Rio, era ele quem dirigia as manifestações [...]” (MARC, 1999, p. 100).

Ao mesmo tempo em que critica a posição privilegiada de Vladimir, Jean Marc busca divulgar a sua verdade, classificando os estudantes conforme a importância deles para o movimento estudantil. Ele, portanto critica a visibilidade dada a Vladimir, não para defender a pluralidade do ME, mas para defender a sua própria noção de hierarquia.

À medida que os aniversários dos eventos de 68 vão se passando, a distância entre o que é dito a respeito e a minha lembrança do passado vai se ampliando. Tendo sido um dos atores principais do período, no qual fui eleito presidente da União Nacional dos Estudantes, a UNE, e não estando ainda gagá, acho que essa distorção do passado na sua apresentação atual corresponde a uma crescente expropriação deste passado de lutas por personagens secundários ou mesmo insignificantes naqueles eventos. Começa a prevalecer uma visão de 68 como um momento de “rebeldia”, entendida como atitude mais ou menos inseqüente e “natural” da juventude. Na caracterização do movimento, os aspectos culturais daquele período são ressaltados e tornam-se dominantes frente aos aspectos políticos (MARC, 1999, p. 99).

A fala de Jean Marc deixa transparecer uma disputa por hegemonia. A partir dela podemos perceber a existência de várias virtualidades no ME. Historicamente, algumas foram ganhando mais espaço e tornando-se responsáveis por uma “verdade estudantil”, outras foram sendo desautorizadas a falar em nome do movimento por serem consideradas secundárias ou insignificantes.

Quem afinal tem o direito de falar em nome do ME de 1968? Identificado a partir daquilo que os seus líderes “principais” expressavam, o “verdadeiro” movimento estudantil do período foi aquele organizado e planejado pelas entidades estudantis. Em entrevista para a revista Veja do dia 2 de outubro, Vladimir Palmeira explica para o país qual seria o “correto” movimento estudantil:

Queremos a reformulação da UNE dentro de uma política que já está começando a ser aplicada. A gente eliminou o reformismo de direita, que queria ir subindo aos pouquinhos sem ir para as ruas. A gente está eliminando o esquerdismo que quer ir para as ruas para criar fatos políticos. Onde é que a política correta está sendo aplicada? Aqui na Guanabara, onde o avanço político do movimento de massa estudantil da classe média foi maior do Brasil; em São Paulo, onde existe o ME de maior organização do País; e no Paraná [...] em São Paulo, as dificuldades fizeram com que o pessoal se organizasse melhor para a mobilização. É aquela história: país tropical que tem tudo, não tem progresso, enquanto o que tem dificuldades, progride. Quando houve a divisão com Travassos, São Paulo começou a ter um movimento autônomo. Isso se conseguiu com equipe, com trabalho de coordenação, mas também com qualidades próprias de liderança que o Dirceu tem (VEJA, 1968, nº 4, p. 27).

Observa-se que no depoimento, o líder vai desautorizando outros personagens, especialmente aqueles ligados à direita e à *esquerda* mais radical. Com possibilidades de mobilização, a *esquerda* radical até conseguiu marcar suas posições, apesar da hegemonia dos grupos estudantis mais moderados, a *direita*, no entanto, já estava por demais silenciada para falar em nome do movimento estudantil. Neste sentido, as lideranças do movimento, após a batalha da rua Maria Antônia – entre eles José Dirceu – “afirmaram que não estavam lutando contra a Universidade Mackenzie e os estudantes de lá. Estavam se defendendo de uma agressão covarde mantida por elementos estranhos àquela escola” (CORREIO, 1968, 4 out.). Para os líderes do movimento, portanto, estudantes não tomariam aquela atitude, afinal, todos estavam em confronto com a ditadura, todos eram contestadores e queriam transformar a sociedade em benefício da maioria.

Desta forma, a liderança universitária dos anos sessenta se esforçou para criar uma verdadeira “mitologia” estudantil, uma representação ilusória que imprime sobre os estudantes brasileiros a marca de uma luta constante em favor das forças populares (MARTINS FILHO, 1987, p. 15).

E nesta construção de uma “mitologia” estudantil muito contribuíram os vários livros de memória de ex-militantes, que ao longo do tempo enfatizaram ainda mais a importância dos

corpos militantes ligados às organizações de esquerda, para o movimento estudantil. É o caso de *Os Carbonários*, de Sirkis (1980).

Descrevendo a Sexta-Feira Sangrenta, o autor, de maneira sutil, mostra como havia uma certa medida de egocentrismo na visão dos estudantes ligados aos grupos organizados. Ao ser informado pelo rádio que o centro da cidade parecia estar em guerra, ele pensou que fosse exagero: “como, se já tínhamos todos voltado para casa?” (SIRKIS, 1980, p. 81). Como se vê, a espontaneidade dos vários manifestantes anônimos não costumava ser levada em conta pelos militantes partidários.

Visão reforçada também pelo depoimento de Vladimir. Ele destaca apenas três estados no conjunto daqueles que assistiram aos protestos em 1968. Seus destaques se justificam pela existência de grupos de militantes organizados. Com isso, Vladimir – e sua fala é privilegiada dentro da ordem do discurso que nomeia o movimento estudantil – desautoriza os gestos espontâneos que enriqueceram os protestos juvenis durante o ano, gestos como o de Birigui e aqueles associados à contracultura, que no final dos anos sessenta começavam a ganhar visibilidade nos espaços urbanos brasileiros perturbando a todos com as suas características nada convencionais.

A contracultura é aqui compreendida como a expressão de uma revolta cultural pacífica que, no final dos anos sessenta, exibiu novas formas de pensamento e de percepção sobre o mundo e sobre as relações interpessoais. Uma revolta que contestou a cultura ocidental em seu âmago, a racionalidade, sem se comprometer com princípios e/ou programas (SIMÕES PAES, 2004, p. 22). O termo é usado para identificar os vários movimentos que, se contrapondo ao *establishment*, decidiram adotar a filosofia *drop out* (cair fora), ou seja “escapar das identidades, andando na contramão do progresso e fazendo um retorno à natureza. Um retorno que se fazia não exatamente no sentido de sair das cidades, mas, antes, no sentido de redefinir a *polis* e,

portanto, aquilo que é própria dela – a política” (CASTELO BRANCO, 2005a, p. 73). Esse ideal de vida tornou-se célebre com Sal Paradise, o personagem criado por Jack Kerouac para o livro *On the road*, que capturou a subjetividade de jovens no mundo todo nos anos sessenta.

Isso chocava e incomodava porque, dentro de um mundo dual marcado pela polarização esquerda-direita, não encontrava significado naquilo que se poderia considerar o campo da política. Era algo inominável, “sujo” e imprevisível. Imoral demais para ser vinculado à direita e “anárquico” demais para a esquerda. Seria, portanto, acusado de alienado ao que a juventude *underground* parecia questionar nos seguintes termos:

[...] vale a pena aderir ao que se apresenta como modelo? Lutar contra a norma estabelecida dentro das mesmas regras importa tanto assim? Os lugares marcados não satisfazem e não atraem o suficiente e são menos do que se apresentam à primeira vista. Desse modo, há uma proposta de transformação radical misturada com uma alegria arrebatadora que só a festa pode dar, pois ali é onde todos costumam se desarmar. A radicalidade não residiria, segundo a leitura do refrão, nem na lógica do "mundo real", nem na violência organizada, nem no caos da inconseqüência, mas na alegria, na brincadeira, na dança e no encontro da folia organizada com o propósito de viver o que um jogo sem cartas marcadas pode proporcionar. Não é uma louvação da pura rebeldia, mas de um mundo anárquico cujo poder seria horizontal e serpenteante como a evolução de um bloco (AMARAL, 2004, p. 143).

Apresentando, portanto, uma concepção de política diferente, que procurava contornar a vontade de verdade dos corpos-militantes, os corpos-transbundes acabaram despertando o que havia de mais intolerante naqueles, que reagiram promovendo uma contundente campanha difamatória contra a contracultura, em 1968, representada principalmente pelos corpos odaras tropicalistas. Estes, provocativos e irreverentes, longe de se intimidarem, adotaram uma tática de guerrilha, dispostos a expor as contradições de seus perseguidores através de pequenos e desconcertantes golpes. E uma das arenas privilegiadas deste combate se deu no campo das artes.

Por acreditar no potencial político das artes na luta contra a ditadura, os *cpcistas* do movimento estudantil atuaram diretamente ligados aos movimentos sociais, defendendo uma arte engajada que aproximasse o artista e o intelectual, das “massas”. As obras culturais, nesta perspectiva, deveriam ter um caráter didático, pois seu objetivo era contribuir diretamente com a conscientização política da sociedade. Esse tipo de arte também deveria adotar um caráter antiimperialista e defender, portanto, aquilo que fosse considerado patrimônio cultural nacional.

Esta proposta seria confrontada com o mundo da cultura de massas (um mundo de imagens e simulacros) e com a emergente arte pop que, além de pôr em crise a representação realista do mundo, levaria às últimas conseqüências “a liberdade de criação e experimentação instaurada pelas vanguardas modernistas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995, p. 6).

Mais identificados com este mundo, artistas como Torquato Neto, Caetano Veloso e Gilberto Gil formaram um grupo – diverso e heterogêneo – que procurou deglutir o “novo” para transformá-lo numa força criativa renovadora para o universo artístico brasileiro, capaz de levar aos palcos nacionais, elementos de culturas estrangeiras ao mesmo tempo em que criava, intensamente, novas linguagens.

A Tropicália, expressão que nomeava, mas que era incapaz de dar unidade para esse grupo (Cf. CASTELO BRANCO, 2005a), tornar-se-ia o principal manancial de expressões artísticas inovadoras numa nova ordem comunicacional que se anunciava, não sem luta. O confronto com aqueles que acreditavam em uma arte nacional pura, ou seja, os rígidos e bem disciplinados militantes que guardavam toda a sua energia para a luta política em nome da revolução, foram inevitáveis. E neste confronto, o

desbunde foi o caminho encontrado para, de um lado, desprezar tanto a ditadura quanto a guerrilha política ou cultural, e, de outro, procurar uma saída pela música e por um comportamento no qual o espectro da contracultura dinamizava

a ação. É nessa interseção que uma sociedade alternativa se revelava como uma idéia a ser conquistada: no fora de tudo que cercava aquele contexto sócio-cultural (AMARAL, 2004, p. 141).

O resultado destes esforços foi a emergência de novos padrões estéticos no cenário artístico brasileiro. No teatro, por exemplo, na tentativa de se romper com sua linguagem tradicional, grupos como o Oficina, procuraram através de uma linguagem “agressiva” criar uma arte subversiva e “suja” com o objetivo de provocar o expectador, fosse ele da burguesia ou militante de esquerda, de fazê-lo abandonar sua passividade e seus dogmas; bem ao estilo de algumas “escolas” européias como a do *Teatro Pânico*, definida pela revista francesa “Réalités” como “festas extravagantes e primitivas, a meio caminho entre a maravilha e o horror. Um teatro obsessivo, violento, erótico, por vezes macabro, e também de uma ternura quase infantil”. (VEJA, 1968, nº 1, p. 124). José Celso Martinez, definindo o papel que o teatro deveria assumir a partir de então, defende que:

O teatro tem hoje a necessidade de desmistificar, colocar este público no seu estado original, cara a cara com sua miséria, a miséria de seu pequeno privilégio feito às custas de tantas concessões, de tantos oportunismos, de tanta castração e recalque e de toda a miséria de um povo. O importante é colocar este público em termos de nudez absoluta, sem defesa, incita-lo à iniciativa, à criação de um caminho novo, inédito, fora de todos os oportunismos até então estabelecidos – batizados ou não como marxistas. (...) Não se trata mais de proselitismo, mas de provocação. Cada vez mais essa classe média que devora sabonetes e novelas estará mais petrificada e no teatro ela tem que degelar, na base da porrada. (...) O sentido da eficácia do teatro hoje é o sentido da guerrilha teatral (HOLLANDA, 1989, p. 63).

No cinema, a geração do Cinema Novo procurará romper com o modelo de cinema construído nos anos cinquenta quando a medida final a ser alcançada era a do cinema norte-americano e europeu, tentando criar um cinema “descolonizado” e antiindustrial. A idéia básica era a criação de filmes que problematisassem os problemas de seu tempo, sobretudo aqueles

vinculados ao Brasil em sua especificidade enquanto país em condição de subdesenvolvimento. O objetivo era a desconstrução das imagens que as formas dominantes de pensamento criavam para o Brasil, o que só seria possível para os cinemanovistas, a partir da “transformação das consciências” dos expectadores. Neste sentido

[...] Glauber Rocha apresentaria a tese/ manifesto *Uma Estática da Fome*, fazendo uma avaliação do Cinema Novo e de seu projeto de intervenção cultural transformadora. Definindo a “fome” como traço distintivo da vivência social dos países periféricos e subdesenvolvidos – vivência que pelo europeu era percebida como um “estranho surrealismo tropical” e que permanecia nesses países como algo incompreendido -, Glauber propunha uma “cultura da fome”, que deveria atuar minando suas próprias estruturas para se superar qualitativamente. A originalidade do Cinema Novo diante do cinema mundial estaria exatamente no fato de representar essa *fome latina* e sua “mais nobre manifestação cultural”: a violência (HOLLANDA, 1989, p. 43-44).

No limite, ele (Cinema Novo) estaria posicionado numa zona nebulosa entre os corpos militantes e os tropicalistas. “O pessoal do Cinema Novo é que melhor reagia às nossas experimentações: tendo, por um lado, que lidar com o fato industrial e, por outro, mantendo uma convivência internacional cosmopolita [...] eles estavam preparados para dialogar com o que fazíamos” (VELOSO, 1997, p. 306), diria Caetano Veloso anos mais tarde. Talvez isso possa explicar de alguma forma, porque, apesar de seu caráter militante ele também foi alvo de críticas dos *cpcistas*. Indignado com as críticas, Carlos Diegues em determinado momento desabafou: “O que esses intelectuais desejam é o bolero e o twist com a letra da Internacional? [...] (HOLLANDA, 1989, p. 38)”.

Na música, a MPB passa a se confundir com as canções de protesto que se colocavam diametralmente em lugar oposto àquele em que situavam o iê-iê-iê e as músicas tropicalistas, que a partir de 1967 iriam atormentar os “músicos populares brasileiros” nos festivais e despertar,

com isso, ruidosos conflitos, como o ocorrido no Festival Internacional da Canção em que Caetano apresentou a música “É proibido proibir”.

Na verdade, esta luta significava, em perspectiva micro, toda a prática política que não podia ser realizada livremente nas ruas por causa da repressão. Os palcos dos festivais, desta forma, não eram apenas espaços de disputas musicais e de premiação, eram, sobretudo, um dos últimos espaços onde era possível fazer política no Brasil. E, assim, a disputa acabava envolvendo não apenas esta ou aquela música, mas esta ou aquela ideologia que, vencendo o festival, ganharia enorme visibilidade diante da sociedade.

Fica claro que a resistência política nos anos 1965 a 1968 deslocou-se principalmente para a esfera intelectual e artística. Em artigo que discute a introdução das obras de Lukács no Brasil, Celso Frederico argumenta que o fechamento da participação política institucional após o golpe de 64 tornou a esfera cultural um espaço de resistência à ditadura (MORAES, 2004, p. 299).

Neste sentido, a vitória de uma música engajada oferecia, para os corpos-militantes, muito mais que uma satisfação estética, oferecia também uma importante aproximação entre a sociedade que consumia a canção, e a conscientização necessária para se pensar em transformação social. A vitória de uma canção de protesto, portanto significava a vitória de um *pensamento revolucionário*.

Poderíamos, então, dividir os lados destas disputas em duas frentes: de um lado havia os *experimentalistas xenófilos*, do outro, os *nacionalistas engajados*. Enquanto a primeira estava disposta a colocar a sua subjetividade em conexão com outras subjetividades do mundo inteiro, procurando utilizar em sua produção artística todos os tipos de influências disponíveis, sem levar em conta a dicotomia nacional-estrangeiro, então desorganizada no interior da aldeia global, e não priorizava a luta política voltada para a transformação social, preferindo questionar valores e

rebelar-se contra os costumes; a segunda, ligada especialmente à linha *cpcista*, acreditava numa “cultura brasileira pura” que deveria ser defendida das influências externas, e defendia o caráter didático das manifestações artísticas, afinal, a arte só seria útil para uma sociedade se pudesse levar aos indivíduos, uma visão crítica do mundo e uma conseqüente união entre todos aqueles que desejassem a transformação social, com a qual seria superado o subdesenvolvimento do país. Não por acaso, ela, em julho de 1967 nas ruas do Rio de Janeiro, promoveu uma curiosa passeata contra o uso da guitarra elétrica na música brasileira.

O interessante é que Gilberto Gil, o mesmo artista que naquele mesmo ano introduziria – junto com Caetano Veloso – a guitarra na produção musical brasileira, participou da passeata. É possível que Gil estivesse passando por um angustiante dilema naquele momento, pois no início de 1967, em viagem a Pernambuco ele percebeu como é difícil pensar o Brasil como uma “ilha tropical” afastada da cultura de outros povos. Em pleno sertão nordestino o artista baiano descobriu a Banda de Pifanos de Caruaru. Este encontro “emocionou muito a Gilberto Gil, que encontrou impressionantes e interessantes semelhanças entre a musicalidade do grupo de Biano e a música dos *Beatles*” (CASTELO BRANCO, 2005a, p. 122).

No final, descobertas deste tipo devem ter falado mais alto e Gil acabou optando por *arrombar a festa* da MPB no festival de 1967, quando sob acordes de guitarra da banda Os Mutantes, que o acompanhou, interpretou a canção Domingo no Parque.

Caetano não deixou por menos, também utilizando acordes de guitarras e símbolos multinacionais, como a coca-cola, ele também desafiou os nacionalistas com Alegria Alegria:

Caminhando contra o vento/ sem lenço sem documento/ no sol de quase dezembro/ eu vou./ O sol se reparte em crimes/ espaçonaves guerrilhas/ em cardinales bonitas/ eu vou./ Em caras de presidentes/ em grandes beijos de amor/ em dentes pernas bandeiras/ bomba e Brigitte Bardot./ O sol nas bancas de revista/ me enche de alegria e preguiça/ quem lê tanta notícia/ eu vou./ Ela pensa

em casamento/ e eu nunca mais fui à escola/ sem lenço sem documento/ eu vou./  
 Eu tomo uma coca-cola/ ela pensa em casamento/ uma canção me consola/ eu  
 vou./ por entre fotos e nomes/ sem livros e sem fuzil/ sem fome sem telefone/ no  
 coração do Brasil./ Ela nem sabe até pensei/ em cantar na televisão/ o sol é tão  
 bonito/ eu vou/ Por entre fotos e nomes/ os olhos cheios de cores/ o peito cheio de  
 amores/ vãos/ eu vou/ Por que não?/ Por que não?/ Sem lenço sem documento/  
 nada no bolso ou nas mãos/ eu quero seguir vivendo/ amor/ eu vou/ por que não?/  
 Por que não? (CAETANO, [s.d.]

Percebe-se na letra, que Caetano não desconhece o mal-estar provocado pela ditadura, ele gostaria de viver sem a repressão, no entanto, diferentemente das músicas de protesto, o foco principal de *Alegria Alegria* é o cotidiano. O personagem da música se coloca, não como um indivíduo pronto a dar sua vida para transformar a sociedade. Ele é simplesmente um jovem urbano que só deseja se conectar, com liberdade, ao novo mundo, repleto de novidades, que se construía nos anos sessenta. Por sinal, bem diferente do quase provinciano personagem de *A Banda*, música que ao lado de *Disparada*<sup>25</sup>, foi a vencedora do festival de 1966.

O jovem que “estava à toa na vida quando o seu amor o chamou para ver a banda passar” é bem diferente daquele que “caminhava contra o vento sem lenço, sem documento”, apesar de os dois igualmente estarem “desgarrados” em seus mundos. Enquanto o primeiro está cercado de nostalgia o segundo, apesar de um certo desconforto, quer mesmo é “seguir vivendo”. Esta diferença decorre, sobretudo, e não poderia ser diferente, da proposta musical de seus respectivos autores.

Enquanto *A Banda* faz parte da obra inicial de Chico Buarque, que “proporcionou o encontro de duas temporalidades instituintes da história da MPB: os anos 30 e os anos 60” (NAPOLITANO, 2004, p. 208), reencontro que justifica o caráter nostálgico de seu personagem, o personagem de *Alegria Alegria*, encarada como uma espécie de anti-*Banda* (VELOSO, 1997, p.

<sup>25</sup> “Prepare o seu coração/ pras coisas que eu vou contar/ eu venho lá do sertão/ eu venho lá do sertão/ eu venho lá do sertão/ e posso não lhe agradar/ Aprendi a dizer não, / ver a morte sem chorar/ E a morte, o destino, tudo, / a morte e o destino, tudo/ Estava fora do lugar, eu vivo pra consertar [...]”. Música de Geraldo Vandré e Théo que conta a história de um boiadeiro anônimo consciente de suas dificuldades e de sua missão enquanto sertanejo.

175), mostra-se contemporâneo à década em que foi criada, uma época que como já foi visto, diluiu as fronteiras nacionais tornando o Brasil mais colorido, múltiplo como proclamava Geléia Geral, música de Torquato Neto e Gilberto Gil que misturava sem constrangimento a mulata com Sinatra e o iê-iê-iê com o Bumba-meu-boi.

Um poeta desfolha a bandeira/ e a manhã tropical se inicia/ resplandente cadente fagueira/ num calor girassol com alegria/ na geléia geral brasileira/ que o Jornal do Brasil anuncia/ Ê bumba iê, iê boi/ ano que vem mês que foi/ ê bumba iê, iê iê/ é a mesma dança, meu boi [...] é a mesma dança na sala/ no Canecão, na TV/ e quem não dança, não fala/ assiste a tudo e se cala/ não vê no meio da sala/ as relíquias do Brasil: doce mulata malvada/ um elepê de Sinatra [...](TORQUATO, 2002).

No entanto, apesar do impacto das canções de Caetano e Gil e do inesperado apoio que tiveram de parte da platéia, “a vencedora do lendário festival da TV Record de 1967 foi uma canção identificada com a música engajada, que ainda cantava o ‘dia-que-virá’ como metáfora da revolução contra o regime: Ponteio, de Edu Lobo, foi uma unanimidade de crítica e público [...].” (NAPOLITANO, 2004, p. 214). A campeã, portanto, era identificada com a proposta defendida pelos CPC’s e com os anseios de todo aquele que alimentava pensamentos revolucionários. Mas nada comparado à canção “Para não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, criada em 1968, considerada por Millôr Fernandes, a nossa *marselhesa*.

Caminhando e cantando e seguindo a canção/ Somos todos iguais, braços dados ou não/ Nas escolas, nas ruas, campos, construções/ Caminhando e cantando e seguindo a canção/ Vem, vamos embora, que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer/ Pelos campos, a fome em grandes plantações/ Pelas ruas, marchando indecisos cordões/ Ainda fazem da flor seu mais forte refrão/ E acreditam nas flores vencendo canhão/ Há soldados armados, amados ou não/ Quase todos perdidos de armas na mão/ Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição/ De morrer pela pátria e viver sem razão/ Nas escolas, nas ruas, campos, construções/ Somos todos soldados, armados ou não/ Caminhando e cantando e seguindo a canção/ Somos todos iguais, braços dados ou não/ Os amores na mente, as flores no chão/ A certeza na frente, a história na mão/ Caminhando e

cantando e seguindo a canção/ Aprendendo e ensinando uma nova lição.  
(GERALDO, 1988)

A música pode ser considerada um hino para aqueles que defendiam as músicas engajadas, tal foi a comunhão artista-plateia que se criou quando a canção foi apresentada. E note-se ainda que o compositor não perdeu a oportunidade de criticar aqueles que tinham propostas alternativas para a sociedade. Numa clara referência ao movimento *flower power*, cujo lema era “paz e amor”, a começar pela ironia do próprio título, ele põe em dúvida sua viabilidade diante de uma situação tão adversa como aquela apresentada durante a ditadura militar.

Na verdade, os corpos-militantes não compreenderam a resignificação do conceito de política que uma parte da juventude brasileira (e mundial) protagonizou nos anos sessenta. Não conseguiram perceber o potencial de uma luta, que apesar de subterrânea, também procurava romper com a sociedade tal como estava organizada. Desprezaram a possibilidade desta “micropolítica” vir a corromper os alicerces de uma sociedade conservadora que marchou junto aos militares no dia 1º de abril de 1964. No entanto a ditadura percebeu e também perseguiu os corpos-transbundes-libertários na medida em que eles ameaçavam o *establishment*. E isto ficou claro poucos dias depois do episódio envolvendo Caetano e os estudantes no festival Internacional, quando os tropicalistas se apresentavam na Boate Sucata, no Rio de Janeiro.

No espetáculo, além das já conhecidas performances indisciplinadas de Caetano e do talento de Gilberto Gil para a inovação musical – naquele momento fundindo a sonoridade brasileira com Jimi Hendrix –, o grupo resolveu ser ainda mais provocativo: havia ainda um estandarte de Hélio Oiticica retratando o bandido "Cara de Cavalo", morto pela polícia, no qual se lia "Seja marginal, seja herói", e bandeiras anunciando "Yes, nós temos bananas". O show terminaria com a interpretação de *É Proibido Proibir*, mas acabou interrompido, pois um juiz de direito que assistia à apresentação acabou indignado com o estandarte de Oiticica. Ele então

exigiu, não só a sua reitrada como também que Caetano assinasse um documento se comprometendo a não falar mais durante o show. Nelson Motta, anos depois, revelou em depoimento, que Caetano, tomado pela indignação, se recusou a se submeter e o show foi então suspenso. “No dia seguinte ele me dizia e eu publicava na coluna: ‘O importante é não abrir concessões à repressão e assim vou continuar agindo, sem pensar onde possa parar, eu ou a minha carreira. Nós somos a revolução encarnada’” (MOTTA, 1999).

Em “Verdade Tropical” Caetano relata que este episódio “foi muito falado e teve, a médio prazo, terríveis conseqüências” (VELOSO, 1997, p. 307). Certamente se referia à sua prisão junto com Gilberto Gil. Na prisão “[...] os soldados encenam o fuzilamento de Caetano e, em seguida, raspam o seu cabelo a zero, num ritual de crueldade assistido por uma oficialidade de sádicos” (VENTURA, 1988, p. 302-303). Assim, odiados pela *esquerda* e perseguidos pelos militares, o caminho dos dois acabou sendo o exílio.

A micropolítica, então, se mostrava tão ameaçadora quanto os investimentos revolucionários da dita juventude engajada e ela esteve presente nos mais diferentes lugares onde a juventude explodiu em protestos, desconstruindo lugares arbitrariamente determinados para os sujeitos. Libertar todos, todas e tudo aquilo que fosse “enquadrado” e dar visibilidade ao que era subterrâneo, esses eram alguns dos seus principais objetivos.

1968, portanto, foi o palco para inúmeras identidades e modelos de racionalidade juvenis. E através destas variadas formas de conexão com a realidade, a juventude do final dos anos sessenta assumiu um caráter múltiplo e fragmentário. Assim, identificar toda esta dispersão torna-se um esforço de fundamental importância para que se possa compreender que o movimento estudantil ligado a partidos e organizações de esquerda, embora fosse a sua face mais visível, não era a única.

### 3. A desacontecimentalização de 1968: a invenção de um ano que teima em não terminar.

Já faz algum tempo que 1968 não remete mais apenas a um numeral indicador de uma certa quantidade de anos do século XX, situando no calendário o penúltimo ano da década de sessenta. Quando pronunciada, esta expressão nos traz à mente tantos significados que talvez ela seja, radicalizando o que a gramática chama de derivação imprópria, melhor classificada como substantivo ou, até mesmo, como adjetivo, associada a termos como *revolta*, *subversão* e *subversivo*. Nesse caso, a classe gramatical da palavra só poderia ser determinada pelo contexto e pelas intenções daquele que fala. Um artigo de Istoé do dia dezesseis de novembro de 2005, por exemplo, no qual a revista discorre sobre distúrbios que jovens excluídos da periferia parisiense

protagonizaram em represália à morte de dois adolescentes, atribuída à polícia local, atesta isso. O seu título transforma, claramente, 68 num substantivo com direito a toda carga simbólica que é peculiar a este tipo de palavra : “O 68 da periferia” (ISTOÉ, 2005, nº 1883, p. 100).

Essas operações que confirmam 1968 como um importante dispositivo discursivo no presente, mesmo após quase quatro décadas, só se tornaram possíveis graças a um investimento linguístico que, afrontando a explicitude do calendário, significou 1968 como um ano que jamais terminou (VENTURA, 1988). Esta implicação o mantém vivo, pulsante, potencial representativo ao qual se recorre toda vez que se fala na rebeldia juvenil dos anos sessenta e, mais especificamente, no movimento estudantil. Este último se tornaria o fenômeno mais visível naquele penúltimo ano da década de sessenta. Em parte devido à efetiva presença de legiões juvenis nas ruas das grandes cidades brasileiras, mas também como resultado de um investimento discursivo que capturaria os acontecimentos daquela época e os alojaria na história do Brasil como uma espécie de ícone perpétuo. Espelho poderoso em cujo reflexo as sucessivas gerações de estudantes deveriam se reconhecer. Assim,

quando os caras-pintadas surgiram, a primeira preocupação dos observadores foi procurar semelhanças entre as duas gerações, assim como quem espera encontrar no filho os traços do pai longo tempo ausente. Como não havia antagonismo entre as duas, deixou-se ver a diferença só porque não havia oposição. A conquista foi tida como herança, o adquirido como legado. Tropeçou-se no que era parecido, pensando ser igual, e viu-se muita coisa de cabeça para baixo. Lia-se 60 onde já estava escrito 90 (VENTURA, 1993, p. 119).

A citação reforça o argumento de que 1968 foi submetido a um processo de desacontecimentalização que o manteve suspenso, como um instante mágico. Neste sentido, o mea-culpa de Zuenir Ventura, que está no centro da formação discursiva que cristalizou 68, cobrando que se corrija a posição do numeral (6 não é 9), é mais um testemunho da força daquele

enunciado paralisante. O que foi retirado do fluxo temporal não consegue retornar à ordem dos acontecimentos. Uma prática discursiva (1968 não terminou) se tornou um discurso (1968 configura o modelo ideal e natural para o ME).

E assim constituído, o 1968 enquanto narrativa, acaba se confundido com o real, como se tivesse uma existência própria, independente da linguagem que a constituiu. Torna-se um passado que já se permite ver em sua vibrante maturidade, sem insinuações sobre a sua infância ou a desengonçada puberdade, na qual se encontrariam alojadas as infinitas possibilidades de vir-a-ser da época. Nesta perspectiva, as palavras apenas, inofensivamente, se esforçariam para descrever este passado, a sua verdade essencial.

Mas sendo o campo da linguagem o espaço onde a História encontra o seu desenlace, as palavras jamais seriam inofensivos instrumentos descritivos, elas são dispositivos que cortam, mutilam, sangram, fraturam e suturam o real para criar realidades devidamente organizadas pela racionalidade que as fizeram emergir. No entanto, por mais que as palavras retirem o passado do caos que permeia a cadeia acontecimental inserida no fluxo do tempo, organizando-o e tornando-o familiar ao presente, “haverá sempre um déficit no que dizemos do passado relativamente ao passado efetivamente acontecido” (CASTELO BRANCO, 2005c, p. 27), como sugere o ex-líder estudantil Jean Marc: “à medida que os aniversários dos eventos de 68 vão se passando, a distância entre o que é dito a respeito e a minha lembrança do passado vai se ampliando” (MARC, 1999, p. 99).

Estas e outras fraturas, que marcam a imagem de 1968, porém, não foram capazes de impedir a emergência de uma narrativa histórica que consagrou o movimento estudantil daquele ano, como a síntese privilegiada daquilo que a juventude do final dos anos sessenta foi capaz de protagonizar no Brasil, ao mesmo tempo em que submeteu o devir a uma inusitada tirania: tudo o

que diz respeito a manifestações juvenis nas décadas seguintes só parece adquirir algum sentido após ser comparado ao que foi o movimento estudantil de 68.

Em razão disso, para a compreensão de eventos como os protagonizados pelos caras-pintadas, em 1992, primeiro se faz necessário acionar em meio ao repertório interpretativo disponível, o conjunto de discursos e imagens herdados das manifestações de 68, para só em seguida tentar particularizá-los, demarcando sua posição diante de um “outro” distante que acaba, desta maneira, atribuindo-lhes sentido. Essas manifestações podem ser consideradas grandes ou pequenas, violentas ou pacíficas; mas de qualquer maneira elas sempre o são em virtude das comparações feitas, mesmo que inconscientemente, entre elas e as de 1968, que sempre encontraram meios para se fixarem em nosso imaginário, mesmo que tenhamos nascido anos depois delas ocorrerem.

Nesta perspectiva, a geração dos caras-pintadas, pelo menos em seu auge, é considerada, por muitos, a legítima sucessora dos estudantes de 68 no Brasil (VENTURA, 1993, p. 117) devido às semelhanças entre as manifestações das duas gerações, e por isso ela pôde entrar “naturalmente” para a organizada e seletiva História dos movimentos juvenis brasileiros, como um pequeno afluente que sem dificuldades atravessa planícies no seu caminho ao encontro de um rio maior. O mesmo não acontece com a “outra” geração que também chamou a atenção de todo o país em 1992, aquela que causou pânico aos banhistas das praias da Zona Sul carioca ao reproduzir “uma espécie de paródia de mau gosto das manifestações estudantis – uma antipasseata: o arrastão” (VENTURA, 1993, p. 123).

Sua manifestação, que apesar do pânico provocado, não desencadeou nada além de pequenos furtos, acabou se tornando uma enorme expedição lúdica destinada a tomar de maneira virtual e provisória um território que pertencia ao outro, pois como diz um dos invasores: “nós só queria arrepiar os bacanas, mostrar que a praia não é só deles” (VENTURA, 1993, p. 124). O

arrastão foi, portanto, uma contundente experiência certauniana de deslocamento e invenção de novas possibilidades para o consumo do espaço urbano inicialmente submetido aos rigorosos conceitos de seus planejadores (CERTEAU, 1994, p. 177-178). Não faziam a mesma coisa os estudantes dos anos sessenta quando tomavam as ruas com suas passeatas pela contramão do trânsito e com as suas barricadas?

Em suma, o arrastão foi um enorme manifesto, sob a forma de uma grande orgia coletiva, redigido diariamente na periferia de um grande centro urbano, por práticas microbianas, singulares e plurais que, desafiando a administração panóptica que deveria evitar a sua incômoda emergência, mostrou a impossibilidade de existir a cidade-panorama-maravilhosa<sup>26</sup> para além dos simulacros que estão sempre prontos a suturar-lhe as fraturas. No entanto, apesar de toda a enunciação gravada nas praias cariocas, não é através dela que o arrastão é definido. Para o autor de “1968: o ano que não terminou”, aqueles que correram na areia devem ser deslocados para as largas avenidas, onde se costumam fazer presentes as passeatas estudantis, para ali, lado a lado com os estudantes ter a sua manifestação finalmente nomeada, obviamente desprovida de alteridade. O arrastão foi o que o movimento estudantil não é. Ele foi uma “paródia de mau gosto”, a “antipasseata”.

O processo de nomeação do arrastão é pois condicionado por um outro nome: movimento estudantil. E este, por sua vez, pelos signos de 1968. Deles dependem os adjetivos que classificam os movimentos atuais. Vladimir Palmeira, por exemplo, entende que o movimento estudantil atualmente é um “horror” e justifica sua opinião afirmando que ele tem sido incapaz de dar continuidade à tradição de 68: “o movimento estudantil é um movimento de

<sup>26</sup> “A cidade-panorama é um simulacro “teórico” (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas. O deus *voyeur* criado por essa ficção e que, como o de Schreber, só conhece os cadáveres, deve excluir-se do obscuro entrelaçamento dos comportamentos do dia-a-dia e fazer-se estranho a eles. Mas “embaixo” (*down*), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade [...]” (CERTEAU, 1994, p. 171).

memória curta. A tradição se rompe rapidamente, bem diferentemente do movimento operário. A tradição de 1968 se rompeu” (PALMEIRA, 2005).

Merece, portanto, destaque a influência que o capital simbólico de 1968 exerce sobre o campo conceitual que hoje é responsável pelo processo de nomeação dos objetos produzidos pelas subjetividades juvenis, o que contraria as impressões de alguns militantes estudantis da época, como Jean Marc e Inês Etienne. Enquanto o primeiro avalia que o “AI-5 decretou a morte simbólica do Movimento Estudantil” (MARC, 1999, p. 104), a ex-militante acredita que o movimento estudantil anterior ao AI-5 ficou tão destruído após o endurecimento do regime que não sobrara nem mesmo as suas cinzas (HOLLANDA, 1989, p. 81).

De fato, o período em que vigora o AI-5 foi difícil para a juventude que sentia necessidade de manifestar o seu inconformismo contra a falta de liberdade observada no país, ele afinal suspendia todas as garantias individuais, o *habeas-corpus* e praticamente institucionalizou a tortura e a eliminação física dos adversários do regime. O AI-5, enfim, “só não tirava o direito de pensar porque era impossível penetrar na cabeça das pessoas”, como lembra ironicamente Tavares (1999, p. 100).

No entanto, muitos protagonistas de 1968 procuraram continuar na luta buscando formas de resistência compatíveis com a adversidade do momento e acabaram descobrindo na memória uma das mais eficazes táticas para tal desafio, afinal, como lembra Tavares, a “cabeça” ainda estaria livre, apesar da violenta realidade imposta pelo AI-5. As memórias dos militantes, portanto, foram se conectando àquilo que Certeau (1994, p. 163) entende ser a “expectativa de que vai se produzir ou de que deve se produzir algo de estranho ao presente. Longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de *crer* nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita”.

O que não quer dizer que não houve tentativas mais diretas de enfrentamento, apesar da impossibilidade de transformá-las em algo parecido com as grandes manifestações de 68 ou em algo mais radical.

Eu me lembro que, quando o AI-5 foi decretado, a direção da Dissidência estava reunida. Ouvimos o AI-5 e dissemos: “Pronto. Agora a ditadura não tem mais máscara. É tudo ou nada”. Não poderia dizer, talvez seja excessivo, que tenha se regozijado com o AI-5, mas a gente via no AI-5 uma radicalização e a gente ia enfrentar no tapa a tapa. Nós achávamos que a sociedade devia ir com a gente e que o AI-5 seria eficaz desse ponto de vista, de tirar qualquer véu. A repressão ia aparecer com toda a sua medonha capa dura. Então, as massas iam se levantar contra, e nós estávamos ali para atear fogo naquela pradaria seca, como diria Mao Tsé-Tung. Inclusive, nós tiramos como posição ordenar aos nossos líderes estudantis que fizessem manifestações contra o AI-5. Os líderes estudantis quando ouviram aquilo disseram: “Mas é impossível. Como?”. Foram disciplinadamente para as faculdades, conseguiram mini-manifestações de vinte, trinta pessoas, e logo disseram: “Olha, não dá para segurar manifestação contra o AI-5, o pessoal está com medo, pessoal chegou no limite”. E o resultado foi desastroso. Em um, dois ou três anos, as organizações estavam dizimadas, porque o projeto que elas tinham de enfrentamento radical com a ditadura realmente não eram compartilhado pela sociedade (REIS, 2005).

Expulsos dos espaços públicos e acuados por um “milagre econômico” que seduziu a sociedade civil, produzindo um clima de otimismo que acabava por justificar a enorme repressão vivida, os estudantes acabaram vítimas de um isolamento que foi empurrando o conjunto de suas manifestações, unificadas sob o nome *movimento estudantil*, para a obscuridade, ao mesmo tempo em que seus protagonistas partiam para o exílio, prisões ou para a luta armada. Desta forma, levando-se em conta que a luta armada, longe de lograr êxito foi desmontada em pouco tempo, o silêncio acabou se tornando a única forma viável e duradoura de resistência aos discursos que, contando com a cumplicidade da sociedade civil brasileira acabou gerando slogans que acirraram ainda mais a marginalização dos adversários do regime: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Ninguém segura este país”, “Pra frente Brasil”, ...

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 5).

Assim, recolhidos em seu isolamento e silenciados pela violenta repressão imposta, de um lado, por um Estado aparelhado por militares e civis reacionários, e do outro, pelas próprias organizações de esquerda que exigiam dos corpos-militantes um inabalável comprometimento com a causa, os militantes de 68, que não foram para a luta armada, não “desbundaram” ou que não se integraram ao sistema, continuaram resistindo através de suas memórias subterrâneas, uma dimensão onde afinal, os símbolos da rebeldia estudantil da época puderam circular livremente, esperando por um momento oportuno quando pudessem retornar à superfície dos espaços públicos e confrontar a memória oficial. E além de uma nova forma de resistência que se colocava para aquela geração, já tão acostumada às grandes manifestações de rua, a memória subterrânea seria também um meio através do qual o próprio corpo-militante encontraria razão para existir.

Para os militantes de esquerda, o ato de acreditar no futuro melhor para a humanidade desvelava uma esperança que serviria para justificar todo o sofrimento vivido e a própria existência no interior dos cárceres. Acreditar nos sonhos não era somente uma possibilidade, era uma necessidade sem a qual a vida perderia o sentido, e o sujeito moral seria estraçalhado na sua dignidade. É preciso ainda acreditar no acontecido como possibilidade ou, pelo menos, que tudo poderia ser diferente. A memória é, nesse caso, a recuperação re-interpretada do tempo que não foi totalmente perdido, do tempo recheado de esperanças vividas ou de felicidades rememoradas (VASCONCELOS, 1998, p. 62).

O importante, para o militante, como se vê, era não abandonar a causa revolucionária diante do necessário refluxo das lutas estudantis. Diante dele, para o estudante engajado se impunha tão somente a tática da resistência, e não necessariamente a derrota, esta, inominável

perante um inimigo que, sob hipótese alguma, deve vencer porque sua causa não é justa. O bem e a defesa da dignidade humana, portanto, seriam a principal motivação para aquele que resiste. Valores tidos como eternos e universais pelos quais sempre valerá ter esperança. Não por acaso, “assumir uma tática de resistência é, antes de tudo, assumir uma derrota mas ao mesmo tempo declarar uma esperança de vitória no futuro. É um ato simultâneo de humildade e fé. E, sobretudo, de coragem” (ARAÚJO, 2000, p. 123).

E essa esperança de vitória no futuro por muito tempo esteve abafada nos subterrâneos da memória. Sem poder se revelar nos espaços públicos, ela pressionava o peito dos amigos íntimos, escorria pelo rosto com as lágrimas dos parentes e ficava empoeirada nos diários e outros textos escritos até que finalmente pudesse emergir, no momento em que a memória encontrasse condições de entrar explícita e diretamente na batalha de representações que definiria que concepções de mundo passariam a constituir a realidade social do devir.

E até lá essa memória deveria ser mantida intacta, o que exigia dos militantes a captura, no passado, daquilo que fosse considerado belo no movimento estudantil, construído a partir da abnegação, da coragem e da força que os estudantes demonstraram nas jornadas de 1968; e a ocultação de lembranças associadas a episódios que pudessem envergonhar a memória do movimento. E isso, os militantes deveriam fazer mesmo que significasse perseguir corpos juvenis considerados indisciplinados pelos padrões dos corpos-militantes e nas condições mais adversas, como na prisão, onde normalmente eles estavam sujeitos a toda sorte de humilhações, tortura e à própria morte, que visavam a aniquilação daquilo em que eles acreditavam. Nesta situação extrema, o silêncio, mais do que nunca era essencial para a luta contra a ditadura e para a manutenção de sua própria identidade militante, na medida em que delatar companheiros além de colocar em risco a resistência, era a indicação instantânea de que sua missão pessoal fracassara, pois o individual acabava superando o coletivo.

A todo custo o corpo-militante deveria preservar a sua memória heróica, mesmo sob tortura. E para tanto, ele deveria usar todas as armas que pudesse. Deveria saber ser forte e astuto. Para Jean Marc, durante a sua prisão, a pressão física e psicológica chegou a tal dimensão que ele acabou cedendo algumas informações em seus interrogatórios, mas o ex-militante faz questão de deixar claro que não comprometeu ninguém:

eu não estava admitindo nada no interrogatório. Sou presidente da UNE e acabou. E estava mesmo com disposição, vou ficar até morrer. E eu pensei, não, não vai dar não. Passei a adotar outra postura. Comecei a admitir que era da AP e para não comprometer ninguém mais, fechei uma historinha [...] (MARC, 2004).

A existência de *memórias envergonhadas* pela delação<sup>27</sup> acabariam maculando não só a identidade militante, mas os próprios símbolos do movimento estudantil de 68 e por isso deveriam ser evitadas. E caso ocorressem, tratadas com discrição. Assim, protegidas em memórias subterrâneas a verdade sobre as ações estudantis só deveriam ser reveladas sob medidas de segurança garantidas pelos próprios militantes ou quando elas encontrassem uma escuta ampliada por parte do conjunto da sociedade. 1968, portanto, não chegou até o presente como acontecimento, mas como resultado de um conjunto de práticas discursivas que tem nas figuras dos ex-militantes os seus principais artífices. De suas mãos, 1968 surgiu como uma renda permanentemente retrabalhada na qual as linhas, laços e nós, por mais coloridos, não são os únicos elementos que dão forma ao “desenho projetado, são justamente os buracos, os vazios, as ausências, que são responsáveis por fazer aparecer com nitidez o que se pretendia fazer” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000, p. 123).

E a escuta tão almejada torna-se possível a partir da segunda metade dos anos setenta, com o início do processo de abertura política. A partir de então, os perseguidos, exilados e

<sup>27</sup> Para uma análise mais detalhada sobre *memória envergonhada* ver VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: EUFC, 1998, p. 37.

clandestinos, começaram um lento e simbólico caminho de volta para as suas vidas, incapazes de reviver o que foram até o dia que “partiram” de si mesmos. Não seriam mais os estudantes idealistas dos anos sessenta ou os indivíduos perigosos à Segurança Nacional de antes. Circunstância que garantiu um comentário curioso de um policial no retorno de Alfredo Sirkis ao Brasil: “voltei nove anos depois, num dia de sol. Rio, quarenta graus [...] o tira devolveu meu passaporte e gozou: ‘Agora que tu vai ficar complexado, né, rapaz? Não damos mais bola pra ti’” (SIRKIS, 1980, p. 9). O Brasil também não estava se transformando naquilo que sonharam, mas pelo menos poderia haver, durante a sua reabilitação perante a sociedade, alguma compensação, sobretudo simbólica, pois aqueles que haviam sido banidos de uma existência legal, poderiam agora retornar como “heróis” da resistência e defensores da democracia.

E, afinal, chegava o momento de os militantes dos anos sessenta romperem com o silêncio. E eles romperam: “Hoje, todos nós, sobreviventes da luta armada, saídos da prisão, chegados da prisão, chegados do exílio, renascidos do silêncio, sentimos bater no peito: A UNE SOMOS NÓS! ABAIXO A DITADURA!” (HOLLANDA, 1989, p. 81). O desabafo é de Inês Etienne e está identificado com o momento da recuperação do movimento estudantil que já vinha se insinuando desde 1977 e que em 1979 ganharia um reforço expressivo com a reorganização da UNE, desativada oito anos antes e com o vibrante clima de mobilização popular que, para muitos, parecia reviver os signos de 1968.

No contexto da “abertura” política então em curso no país, o ano de 1979 marcou fundamente a história do Brasil pelo que ocorreu de mobilização popular. Grandes greves em São Paulo, a agitação em torno da reconstrução da UNE, a luta pela anistia e o fim do AI-5, a reunião da SBPC em Fortaleza, a rebelião pela meia passagem em São Luís do Maranhão, tudo se dando sob o pano de fundo da vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua, confirmam o clima reinante naqueles dias. A sensação que se tinha era de estar tomando a história nas próprias mãos e construindo das cinzas da ditadura um novo país. Não era pouca coisa sentir-se personagem desse histórico ano, que mais parecia a continuação de

1968, o ano que para os verdadeiros combatentes, como sugere Zuenir Ventura, ainda não tinha terminado [grifo meu] (NETO, 1994, p. 55).

Percebe-se na fala de um ex-militante de 1979, que os signos de 1968 são retomados para dar sentido àquilo que ele e seus contemporâneos estavam vivenciando, uma década depois. Ele sugere ainda que enquanto houver o que ele classifica como “verdadeiros combatentes”, definição que, pela lógica de seu texto, ele atribui aos corpos-militantes, 1968 continuará, como parece confirmar a realidade descrita, com empolgação, por ele. O seu entusiasmo, portanto, se justifica pela constatação de que em 1979 existiam também “verdadeiros combatentes” dispostos a dar continuidade a 1968, aparentemente considerado um modelo a seguir.

A constatação por sua vez é resultado de aproximações mais ou menos evidentes. As greves do ABC paulista poderiam ser relacionadas às greves de Osasco e Contagem, dois movimentos importantes ocorridos onze anos antes; a revolução sandinista, afinal, poderia ser para os estudantes de 79 o que foi a cubana para os de 68 e finalmente as manifestações de rua pareciam dar continuidade à rebeldia urbana silenciada pelo AI-5. Para Deleuze, estes tipos de aproximações podem ser explicadas pelo fato de “reconhecemos as coisas sem jamais as conhecermos. Confundimos o significado do signo com o ser ou o objeto que ele designa” (DELEUZE, 2003, p. 26).

Os militantes do final dos anos setenta, no entanto, não foram os únicos a projetar 68 em 79. A imprensa também se utilizou deste recurso para fazer a cobertura do renascimento da UNE. No fragmento a seguir, retirado do exemplar da revista Istoé do dia nove de maio de 1979, a comparação é evidente. O movimento estudantil do momento é submetido a uma prática discursiva que, com o passar do tempo se especializou em apontar as debilidades dos movimentos que tem na juventude os seus protagonistas após submetê-los a comparações com as jornadas de 68: “Nenhum estudante brasileiro tem, hoje, o prestígio que tiveram líderes como Luís Travassos,

José Dirceu ou Vladimir Palmeira – as estrelas dos anos 60 [...] A inexistência de dirigentes no movimento estudantil atual é discutida com vistas à eleição da UNE”. (ISTOÉ, 1979, [s.n.], p. 33).

Assim, admirados por muitos, elogiados por setores da grande mídia e beneficiados com a Lei da Anistia, as “estrelas dos anos sessenta” são reintegrados à vida social legal trazendo na bagagem um enorme capital simbólico conquistado a partir das suas lutas contra o regime militar que então dava os seus últimos suspiros. Esse prestígio, porém, não foi suficiente para colocá-los na linha de frente das lutas pela redemocratização. Isso porque a distensão “lenta, gradual e segura” que hegemonicamente se buscava no Brasil, com a aprovação da sociedade, se fazia a partir da busca de uma solução pactuada entre civis e militares como demonstraram os acontecimentos que marcaram o período que vai da campanha das Diretas-Já para a campanha pró-eleição de Tancredo Neves pelo voto indireto, o único nome “palatável pela maioria dos militares, do PDS e do empresariado” (SILVA, 2003, p. 275).

Os ex-militantes, portanto, não foram convocados para exercerem um papel decisivo no processo de abertura política capaz de interferir nos rumos da redemocratização. Para este papel a sociedade já havia escolhido políticos mais experientes tais como José Sarney, Tancredo Neves, Franco Montoro, Leonel Brizola, Marco Maciel, Miguel Arraes, Antônio Carlos Magalhães, entre outros nomes que, tendo ou não inscrito sua trajetória política no combate ao regime militar, aceitaram participar da transição pactuada que permitiu a desmilitarização do estado brasileiro.

A própria ascensão de Tancredo Neves ao posto de candidato da “oposição” no lugar de Ulysses Guimarães, a “alma da oposição brasileira durante duas décadas” (SILVA, 2003, p. 278), que havia se colocado numa postura hostil aos militares, demonstra a pouca disposição que havia naquele momento para se aceitar vozes mais contestatórias.

Assim, neste momento, a atuação política dos ex-militantes estudantis foi muito mais simbólica do que prática: eles começaram a colocar suas memórias em disputa com a dos militares. Eles trouxeram do passado, lembranças trágicas esperando que elas servissem “como uma reflexão para aqueles que não viveram o autoritarismo, e possam, a partir daí, tirar lições do que ocorreu e ver até onde pode chegar a intolerância do ser humano” (MATOS, 2005, p. 8).

Racionalizando a questão de forma semelhante, Sirkis reforça o caráter pedagógico dos anos sessenta e ainda propõe que as experiências acumuladas no período sejam especialmente subjetivadas pelas gerações juvenis do futuro.

Gostaria sim é que nunca mais na história do Brasil se repetisse uma situação de opressão sangrenta, sufoco total e fechamento brabo que levasse uma geração de jovens a tomar armas.

Erros cometemos muitos e a validade do gesto moral não atenua a dimensão daquela derrota que custou muitas vidas queridas e valiosas. Creio que é importante recuperar essas memórias e transmiti-las sobretudo para essa nova geração que desponta com os anos 80 (SIRKIS, 1980, p. 10).

E estas memórias brilharam na ocasião como brilha toda a memória que, por certo período, precisa ficar escondida até o instante em que pode se revelar, no “momento oportuno”, quando se transforma numa enciclopédia rica em experiências passadas e capaz de inventariar outras possíveis (CERTEAU, 1994, p. 158). A partir delas, as novas gerações poderiam compartilhar com os ex-militantes a sua crença nas virtualidades possíveis e garantir para si um aprendizado que desse sentido aos seus sonhos de engajamento político. Ou seja, os anos sessenta potencializaram o seu efeito pedagógico na constituição de uma linguagem juvenil, sinônimo de engajamento político, que ainda hoje marca profundamente o vocabulário dos estudantes engajados, mesmo que eles não possam celebrar estes símbolos nas ruas, em grandes passeatas, como os seus antecessores dos anos sessenta faziam.

E foi em meio a esta disputa entre as memórias marginais e a oficial que se completou a abertura política brasileira que determinou o fim do autoritarismo militar que buscou disciplinar o país por duas décadas. Aquilo que seria a vitória da sociedade civil, no entanto, foi tímida, caracterizada por uma transição negociada que tinha como principal objetivo a coexistência pacífica entre todos os brasileiros – civis e militares – na sociedade democrática que se queria construir. A consequência disso foi uma abertura extremamente longa que contribuiu para o esquecimento ou diluição na memória coletiva, de fatos ligados ao regime militar, (CARDOSO, 1999, p. 138) especialmente as torturas, execuções sumárias e os desaparecimentos de opositores. Anistia para todos e esquecimento foram, portanto, a agulha e a linha que costuraram a redemocratização no Brasil apesar da importante luta de alguns grupos da sociedade civil organizada como o Tortura Nunca Mais e a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Neste sentido, ocorreu um *enquadramento da memória*, recurso normalmente utilizado para garantir a “coesão nacional”. Enquadrar a memória implica fornecer um quadro de referências e de pontos de referência de modo que as recordações sobre o passado não coloquem em risco a “coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade” (POLLAK, 1989, p. 9). Desta forma, era preciso, por um lado, esquecer os militares e suas práticas repressivas, para evitar o rancor e o revanchismo de suas vítimas que então, buscavam reunir os cacos de sua dignidade. E nisso os militares, com a ajuda de seus colaboradores civis foram muito eficientes. Uma vez que os acontecimentos não deveriam se inscrever na memória coletiva da sociedade, eles procuraram de várias formas processar uma desacontecimentalização do passado usando para isso, a censura, a disseminação do medo, a eliminação física de adversários, até chegarem ao extremo de matar a própria morte (CARDOSO, 1999, p. 137) ao promover deliberadamente o desaparecimento dos corpos e de todos os indícios de que alguém tivesse sido assassinado pelos

aparelhos repressivos da Ditadura. O processo da abertura política brasileira acabou proporcionando também a garantia de que não haveria investigação ou julgamentos contra os aparelhos repressivos e dois pontos desse compromisso são bastante explícitos quanto às suas finalidades: “ficam anistiados, ampla e totalmente, os acusados de crimes ‘conexos aos crimes políticos’ (eufemismo para as torturas e outras violações dos direitos humanos)” e “é criado um procedimento pelo qual os parentes de ‘desaparecidos’ podem obter rapidamente uma ‘declaração de ausência’” (CARDOSO, 1999, p. 138).

Por outro lado, era preciso também enquadrar a memória relativa àqueles que se engajaram na luta contra a ditadura de modo que todo o movimento da oposição refletisse os anseios de uma sociedade que não estaria mais disposta a conviver com a intolerância e o autoritarismo seja lá de quem fosse, o que implicava, entre outras coisas, que a experiência dos estudantes que aderiram à luta armada, isto é, que pensavam o fim do capitalismo em nome de uma ditadura revolucionária, precisava ser revista, pois certamente não contaria com a simpatia da maioria.

Assim, era preciso recalcar lembranças relacionadas aos “Tribunais Revolucionários”, responsáveis por julgar e punir “traidores” pelos danos cometidos à causa revolucionária, os quais foram responsáveis pela eliminação física de muitos corpos-militantes. E isso se reflete na resistência dos militantes da época em falar sobre o assunto ainda hoje. Eles “raramente assumem os justicamentos por parte da esquerda. Esses segredos representam um pacto de normatividade ética entre os atores da época, um verdadeiro *pacto de silêncio*” (VASCONCELOS, 1998, p. 118).

Além disso, o próprio sentido da luta armada precisou ser resignificado. E neste esforço, o projeto revolucionário acabou transmutando-se em resistência democrática contra o regime civil-militar, afinal, “como todos, ou quase todos, haviam *resistido*, aqueles bravos

rapazes e moças de armas na mão ganhavam seu lugar, legítimo, como os *desesperados* de uma causa nobre, os equivocados de uma luta justa, agora, afinal, triunfante, a redemocratização” (REIS, 2004, p. 48-49). Desacontecimentalizado, este passado causa um certo desconforto em Vladimir Palmeira, que em sua militância estudantil sempre apoiou a luta armada:

Hoje em dia, tem uma reconstrução errada dessa época. O pessoal faz porque todo mundo foi ficando velho e de direita. Então dizem: “os estudantes sempre lutaram pela democracia” [...] coisa nenhuma, nós lutávamos pelo socialismo. Nós, a vanguarda estudantil, lutávamos pelo socialismo, não pela democracia. (PALMEIRA, 2005)

Também existiu uma prática discursiva que tinha como objetivo escamotear qualquer tipo de comportamento estudantil que denunciasse intolerância, então, atribuída apenas aos militares. Neste sentido, Reis (2005) se surpreende com os discursos de ex-militantes que ressurgiram nos anos oitenta e noventa, como grandes admiradores de Caetano Veloso e Gilberto Gil e entusiastas das pequenas revoluções comportamentais ocorridas fora dos canais formais da política. “Não é essa memória que eu tenho, ao contrário. A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias, isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas”. A repressão, afinal, não vinha exclusivamente de algum lugar fora do espectro militante. O autoritarismo está na matriz formativa da cultura política no Brasil e é particularmente visível entre os setores engajados, independente de serem de direita, esquerda ou centro.

E, finalmente, o enquadramento da memória ocorrido também procurou apagar a própria cumplicidade da sociedade brasileira que em momentos decisivos, antes e depois do golpe, esteve ao lado dos militares e dos censores de modo geral. Uma sociedade que não só desejou a Ditadura Militar, como reproduziu “com naturalidade a repressão em escala micro,

questionando e procurando fazer cessar os modelos de subjetividades alternativas ao modelo padrão” (BRANCO, 2005, p. 94).

O resultado deste enquadramento foi a consolidação de um discurso que criou uma engenharia maniqueísta no interior da qual o nome “ditadura militar” passou a absolver todos os civis que participaram do golpe de 64 e que, efetivamente, colaboraram ano após ano com o Estado militarizado. E esse discurso que empurrou a culpa por todos os males ocorridos entre 1964 e 1985 para os “militares”, encontrou nas celebrações a 1968 uma importante justificativa.

Para a grande maioria da sociedade, a ditadura e os ditadores foram demonizados. Em 1998, por ocasião das comemorações dos 30 anos do estranho ano de 1968, a sociedade brasileira, através da mídia e da academia, consagrou uma orientação de hostilidade à ditadura: celebrou os vencidos de então e condenou sem piedade os poderosos que mandavam e desmandavam no país. Sobre o período, de modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o domínio da truculência, o reino da exceção, os chamados *anos de chumbo*. De outro, a *nova* república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática (REIS FILHO, 2000, p. 7-8).

Assim, no Brasil da redemocratização criou-se a convicção de que toda a sociedade civil resistiu a ditadura. Dessa forma, se por um lado, as memórias, até então marginais dos adversários do regime militar, não foram capazes de levar à punição ou pelo menos constranger os militares e seus colaboradores civis, que a partir de 1964 cometeram sucessivas violações dos direitos humanos, por outro, elas acabaram transfigurando estes sujeitos em encarnações vivas da resistência que naquele momento a grande maioria da sociedade civil, oportunamente, assumia como sua. E muitos deles haviam atuado politicamente em 1968, aquele radiante ano onde a memória coletiva depositava as mais expressivas reações civis contra a ditadura.

Ocorreu nesse momento a construção de uma memória mais compatível com o futuro democrático desejado para o Brasil. Selecionou-se, assim, aquilo que deveria ficar gravado e o

que deveria ser esquecido. Desse processo, vai nascer uma conveniente identidade para a sociedade civil brasileira que se queria democrática, ou seja, a expressão de um povo vitimizado que teria como provar, graças a um conjunto de práticas contestatórias, convenientemente atribuídas a toda a sociedade civil, o seu inconformismo contra a ditadura e a sua disposição para a luta em favor da liberdade.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade [...] que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 5).

Os brasileiros, então, acabaram assumindo as grandes manifestações civis em repúdio à ditadura ocorridas em 1968 e especialmente as do movimento estudantil, como um passado glorioso, um verdadeiro álibi a confirmar sua resistência ao regime militar, na verdade limitada e muitas vezes questionável. É com este instante mágico e com seus signos de rebeldia e inconformismo que ela quer se identificar e não mais com o período em que conclamava a todos a sentir amor pelo Brasil e exigia o exílio para aqueles que não o fizessem.

Organizar a memória coletiva neste sentido, no entanto, não se faz naturalmente e por isso, a sociedade precisou reivindicar alguns elementos que, segundo Pollak (1992, p. 2), são constitutivos da memória coletiva, para estruturar as suas lembranças. Ela reivindicou, neste caso, certos acontecimentos, personagens e lugares que a partir de então deveriam ser consagrados na memória coletiva, enquanto outros deveriam ser esquecidos.

Dessa forma, acontecimentos como a Passeata dos Cem mil seriam valiosos para a comprovação de sua luta contra a ditadura e devem, por este motivo, ser sempre revisitados, já os

“amplos movimentos sociais de direita” como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram praticamente apagados (REIS, 2004, p. 50). A atuação de líderes estudantis como Vladimir Palmeira, José Dirceu e Franklin Martins, no combate à ditadura, são permanentemente lembrados, enquanto em sentido inverso, o passado daqueles que colaboraram com o regime militar – sobretudo se ainda forem vivos e participantes ativamente da política nacional – foi silenciado de modo que eles pudessem agenciar, com mais autonomia, entre as suas identidades possíveis, aquela que fosse mais compatível com a nova configuração política que se queria dar ao país. Por fim, os lugares que devem ocupar a memória coletiva também precisam ser selecionados e isso justifica porque é preciso esquecer os porões da ditadura e demonizar os antigos edifícios que se tornaram símbolos da repressão e enaltecer verdadeiros monumentos da resistência civil, tais como o prédio do curso de filosofia da USP que significou uma referência para o movimento estudantil paulista em 1968 ou o da Faculdade de Filosofia do Piauí. Para Antônio Ferreira de Sousa Sobrinho, ex-estudante daquela faculdade:

No Piauí, a FAFI simbolizou esse movimento de resistência e de contestação do regime implantado em 64 e representou o pensamento mais progressista desse período, diferentemente da Faculdade de Direito, mais conservadora e reacionária e que se aliava à ditadura militar. Os estudantes da FAFI, na sua grande maioria estavam organizados em vários tipos de movimentos, desde os movimentos de tendência mais marxista, como a AP (Ação popular) a movimentos de tendências mais religiosa, como a JUC (Juventude Universitária Católica) [...] A FAFI foi, no meu entender, um dos mais significativos símbolos da resistência ao regime militar de 64. A luta permanente da maioria de seus alunos, da maioria de seus docentes, pela instauração do estado de direito, pelo fim da censura, por mais liberdades. Ali também se iniciou um processo de luta contra o desmonte da educação e da saúde pública no nosso país. A FAFI foi a melhor escola de formação para a cidadania que o Piauí já teve (CARVALHO, 1998, p. 84).

Numa outra dimensão, a organização de memórias individuais também revela o desejo de se constituir uma identidade fortemente marcada pelas ações da juventude no final dos anos sessenta, como demonstram as memórias do piauiense Carlos Henriques. A capa de seu

livro é ilustrada com a caricatura de um rapaz com barba por fazer, cabelo grande e assanhado, mochila nas costas, sandálias, sorriso maroto e ar desleixado. Com a mão no bolso de sua calça amarrotada, ele seguia tranqüilamente o seu caminho tendo por companhia apenas um simpático cachorrinho, enquanto circulava por entre placas sinalizadoras com a libertária inscrição “SIGA” apontando para quatro direções diferentes. O título do livro é “Sem lenço, sem documento: uma viagem inesquecível” (ARAÚJO, 2005) e à primeira vista, parecia ser um bom material para se estudar a rebeldia juvenil dos anos sessenta. Impressão reforçada com a leitura da quarta capa, onde se lê que ele vivera “uma aventura que vai do movimento hippie à ditadura militar; passando pela jovem guarda e o tropicalismo” (ARAÚJO, 2005).

O livro conta a história de Carlos Henrique de Araújo, do seu nascimento, ocorrido em março de 1950, até 2004 e entre um extremo e outro prometia, como se vê, falar sobre a história de um corpo juvenil insubmisso que ousou, nos anos sessenta, contestar o *establishment*. No entanto, quando finalmente o autor começa a falar sobre os anos sessenta, percebe-se que a tal aventura não fica tão evidente. Na verdade, sobre o tropicalismo, ao longo de todo o livro, ele não fala nada, e sobre o movimento hippie, o único comentário que faz mostra que o autor não teve nenhuma relação mais íntima com ele: “O movimento hippie já havia deslanchado, mas não tínhamos ainda uma opinião formada a respeito, alguma coisa nos dizia que precisávamos sair, viajar, conhecer outros lugares, ou seja, meter o pé na estrada” (ARAÚJO, 2005, p. 45).

O que revela o livro é um perfil mais coerente com a experiência militar do autor, uma vez que Carlos Henrique, durante parte de sua juventude, foi oficial da Aeronáutica. Esta experiência parece ter marcado de maneira decisiva a sua vida e isso não deixa de ser intrigante: se suas memórias têm muito a dizer sobre sua vida militar, porque a insistência em escrever um livro que promete apresentar aventuras pelo movimento hippie, pelo tropicalismo e ainda pelo

movimento estudantil dos anos sessenta quando as recordações do autor pouco ou quase nada tem a nos dizer sobre isso?

Em primeiro lugar, é preciso perceber que isso não quer dizer que ele queira dolosamente enganar seus leitores. Em busca de sua singularização, o autor, por mais contraditório que isso pareça, pode realmente estar sendo fiel às suas memórias. Neste caso, memórias formadas por episódios e sensações que ele viveu e também por aquelas que outros viveram (AMADO, 1995, p. 132). Dessa forma, para mostrar que realmente “viveu” os anos sessenta, Carlos Henriques constituiu sua memória por acontecimentos vividos indiretamente. Isso explicaria sua pouca afinidade com os eventos pelos quais disse ter se aventurado. Sua pretensa intimidade com a contracultura e o movimento estudantil seria na verdade reflexo de

acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual [ele] se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p. 201).

Em segundo lugar, e como já foi dito, durante a redemocratização surgiram “novos heróis”, justamente aqueles que haviam sido perseguidos pela ditadura que se encerrava. Na sua maioria, estes “novos heróis” desempenharam seu ativismo durante os anos sessenta, e especialmente em 1968, num momento anterior a decretação do AI-5. E como são destes personagens e de sua época, marcada por uma intensa produção política, intelectual e artística, que a sociedade quer lembrar e não dos demonizados militares, Carlos Henriques, coerentemente com a memória coletiva assim estruturada, procurou não só diluir sua vivência militar, mas também mostrar que participou ativamente das ricas experiências juvenis dos anos sessenta, talvez porque tenha consciência de que suas memórias só terão uma escuta ampliada, se

expressarem aquilo que a memória coletiva sobre a década de sessenta consagrou e “esquecerem” o que a sociedade preferiu apagar de sua memória. Nesse caso, é preciso estar atento porque

Os indivíduos recordam, no sentido literal, físico. Contudo, são os grupos sociais que determinam aquilo que é “memorável” e também a maneira como será recordado. Os indivíduos identificam-se com acontecimentos públicos importantes para o seu grupo. “Recordam” muita informação da qual não tiveram experiência direta. Uma notícia, por exemplo, pode constituir em si um acontecimento, um acontecimento que se torna parte da vida de cada um (BURKE, 1992, p. 236).

No entanto, a disposição para celebrar os signos de 1968, observada a partir do início dos anos oitenta, não pode esconder, no entanto, um certo mal-estar que a sociedade brasileira sentia durante o período em que percebia não ser mais idêntica a si mesma. Atravessando o intervalo que levava daquilo que um dia ela foi (atravessada pelo autoritarismo militar) ao outro relativo àquilo que foi (inclinada à democracia), seus sujeitos perderam substância submetidos como foram a um estranho espelho em cujo reflexo não conseguiam se situar com segurança. Nele, sujeitos à paisana que por muito tempo estiveram aliados aos de farda começavam a falar em nome da oposição, se aproximando timidamente de ex-militantes que abertamente eram favoráveis a uma ditadura “revolucionária”, que tornavam-se fervorosos defensores da democracia. Enquanto isso, isolados num outro extremo, ficavam os militares, até pouco tempo considerados imprescindíveis para o país, tornados os únicos culpados por todos os erros e arbítrios cometidos desde 1964, desejando ser esquecidos. E de certa forma foram, pois acabaram se transformando numa abstração, espectros sem rosto e nome que pudessem ser identificados, julgados e punidos por violências cometidas.

Assim, percorrer o caminho que levou à “Nova República” exigia mais das pontas dos dedos para um tatear impreciso, do que da visão, tranquilizadora, mas impotente diante de uma

escuridão bastante conveniente para muitos que desejavam a desorganização das lembranças relativas ao passado recente. E entre as poucas iniciativas dispostas a dissipar esta escuridão encontrava-se o exercício da memória-enciclopédia dos ex-militantes que, como boa parte deles asseguravam, sem revanchismo, mas disposta a relembrar os fatos, vítimas e algozes, acabou transformando uma realidade multifacetada, repleta de virtualidades e sujeitos fragmentados em uma simulação na qual os sujeitos, finalmente, ganhariam uma confortadora identidade e um passado organizado. Estas foram condições importantes para a familiarização do presente vivido na época.

E as lembranças destes ex-militantes – e de testemunhas solidárias – deram início a uma prática discursiva a partir da qual se estabeleceu um discurso legítimo sobre o movimento estudantil de 1968. Um discurso que retirou 1968 do fluxo temporal, desacontecimentalizando-o. Capturando as suas inúmeras virtualidades de modo a permitir a visibilidade de apenas algumas delas, justamente as daqueles que traziam de 68, uma identificação maior com as lutas estudantis do período e que souberam traduzir isso numa linguagem clara e atraente. E essa dizibilidade continua operando no sentido de manter a sua continuidade.

Neste sentido, Daniel Aarão Reis Filho, em depoimento a um *site* da União Nacional dos Estudantes (UNE) que se propõe a resgatar a memória do movimento estudantil ([www.mme.org.br](http://www.mme.org.br)), faz uma interessante análise sobre as conseqüências de se trabalhar com um conceito de movimento estudantil que se faz uno pela captura de suas diversas virtualidades. No entanto, sendo o depoente uma das vozes mais autorizadas dentro do centro da formação discursiva que desacontecimentaliza 1968, sua análise vive a paradoxal condição de insinuar um universo multifacetado para o movimento estudantil, ao mesmo tempo em que tenta convencer os estudantes da UFF a levarem em conta as experiências de 1968.

Eu não sou especialista em movimento estudantil, nunca estudei movimento estudantil como objeto definido. Eu fiz um livro, 68: a paixão de uma utopia, em que entrevistei várias lideranças do movimento estudantil e fiz um ensaio introdutório. Fiz ali um certo mergulho, mas eu fiz isso em 1988. Depois, mantenho uma certa interlocução, acompanho o movimento estudantil como professor. Sempre interessado, tento convencer os estudantes da UFF a levarem em conta essas experiências que eu tentei aqui transmitir, de 1968, mas não consigo. O pessoal de vanguarda acha que não é o caso, que não se adapta. A meu ver, há uma certa tendência idealizante na recuperação da memória do movimento estudantil. Acho que o livro do Arthur Poerner encarnou muito esta tendência. Acho que isso marca muito as histórias do movimento estudantil no Brasil. Ele é sempre apresentado como um movimento progressista, de esquerda, abraçando as boas causas do povo brasileiro. Acho que essa história é um tanto quanto “nhén-nhén-nhén”. É uma história que tem que ser superada numa recuperação mais complexa do movimento estudantil. Eu acho que se deveria ter em conta outros aspectos que o tornam mais complexo. Acho que vocês, de certo modo, estão procurando fazer isso, sobretudo, ouvindo as lideranças estudantis dos anos 1950, quando o movimento estudantil não aparece com esse viés. E mesmo depois, quando as grandes entidades, como até hoje, abraçam propostas de organizações de esquerda. Eu acho que é necessário ter um quadro mais geral, mais complexo. Acho que os estudantes brasileiros, sobretudo no nível dos universitários, apresentam uma realidade muito complexa, que não é resumida pelo movimento estudantil. Às vezes, certa visão idealizante do movimento estudantil pode levar a equívocos a respeito do papel dos estudantes universitários, da sua dinâmica, da sua composição e das suas opções políticas. Eu acho que seria o caso desse projeto tentar aprofundar bem a memória para fazer uma revisão crítica dessa tradição de recuperação do movimento estudantil “igrejalizada” e unívoca, porque o movimento estudantil aparece com uma cor só, quando ele, na verdade, a meu ver, tem uma riqueza de cores (REIS, 2005).

Com o tempo, esta memória do movimento estudantil totalmente identificada com o que foi feito em 1968 acabou criando uma regularidade discursiva que no limite já é capaz de produzir personagens e situações estereotipadas como se percebe na comédia Casseta e Planeta – A taça do mundo é nossa (HOLLANDA, 2003). No filme, Frederico Eugênio (Bussunda) é um atrapalhado corpo-militante-partidário que renegou o seu próprio nome por achá-lo pequeno-burguês adotando em seu lugar Wladimir Illitch Stalin Tse-Tung Guevara. Ele se junta a Peixoto Carlos (Hubert), um alienado admirador do iê-iê-iê que não entende nada de revolução e que chega ao ponto de confundir Che Guevara com Raul seixas e a Denílson (Hélio de La Peña) um vegetariano que só pensa em se drogar, para combater a Ditadura personificada pelo oficial

Manso (Beto Silva), um general linha dura e pelo passivo General Mirandinha (Cláudio Manoel) totalmente submetido por sua esposa Dolores (Marcelo Madureira), uma violenta senhora que diante das trapalhadas dos militares vive repetindo o bordão: “Não foi para isso que fizemos a revolução”.

O filme acaba, portanto, capturando os vários estereótipos possíveis da época da ditadura o que permite identificar traços da regularidade discursiva que nomeia cada sujeito que vivenciou o período, além de expor algumas fraturas na disciplinada imagem que se tem hoje em dia dos corpos-militantes. “Não é um filme revanchista, feito para tirar sarro dos militares. Há uma grande dose de autocrítica, porque a gente mostra que os grupos de esquerda também eram uma bagunça” afirma Marcelo Madureira, um integrante do grupo humorístico (NADALE, 2006).

Certamente, a maior naturalidade com que se trata a época da ditadura militar, nos últimos anos, está relacionada à crescente projeção que a juventude subversiva dos anos sessenta vem conquistando em áreas estratégicas dentro da sociedade. Desde o início da abertura, eles se tornaram influentes jornalistas da grande imprensa e ocuparam importantes cargos legislativos e executivos, por exemplo. Isso sem falar que atualmente muitos dos homens e mulheres que cercam o atual presidente da República fizeram parte da geração de 1968. Hoje suas memórias não são mais subterrâneas e podem circular livremente diante de uma escuta cada vez menos encoberta oferecendo visibilidade para 1968, e capital simbólico para os ex-militantes que atuaram naquele instante mágico.

Esse é o resultado de uma troca simbólica que tem sido permanentemente atualizada nos últimos anos. Assim, sempre que esses sujeitos fiquem acuados ou necessitem de apoio, 1968 emerge de suas lembranças garantindo a eles o respaldo de um passado que a sociedade aprendeu a respeitar e celebrar.

Essa idéia é bastante interessante para pensar o texto que está por trás do inusitado título “Antônio José jura que esteve preso”, veiculado no jornal O Dia, do dia oito de agosto de 1985. A nota escrita durante a campanha eleitoral para a escolha do novo prefeito de Teresina nos momentos finais da desmilitarização do Estado brasileiro, apresenta a dificuldade que o articulista tinha para lidar com a figura dos ex-militantes que lutaram contra o que ainda era tranqüilamente nomeado como o “governo da Revolução”. Ex-militante estudantil em 1968, Antônio José, o então candidato a prefeito de Teresina pelo partido dos Trabalhadores (PT), é tratado como algo exótico, como alguém que precisa ser questionado, que precisa provar que fala a verdade. Diante do acusador, é a ele que cabe o ônus da prova:

A declaração do candidato do PTB, Cacá Resende, de que o sociólogo Antônio José Medeiros passou estudando no Canadá os oito meses que diz ter ficado na prisão, por ordem da Revolução de 64, irritou profundamente o candidato do partido dos Trabalhadores. Antônio José jura que esteve preso, por vontade dos militares.

Mais do que jurar a sua condição de vítima do regime arbitrário, o sociólogo Antônio José Medeiros vai mostrar uma certidão fornecida pelos militares atestando que ele esteve realmente preso e Fortaleza durante oito meses pela prática de atos considerados subversivos pelo governo da revolução (O DIA, 1985, 9 ago., [s.p.])

Sendo a memória seletiva, o sujeito que lembra pode revelar e silenciar aquilo que desejar permitindo que venha a público apenas aquilo que lhe for interessante. Assim, se alguém reivindica uma prisão como no caso, o que normalmente causaria mal-estar, é porque para além da prisão ele reivindica algo mais, certamente aquilo que o seu cárcere significa.

Enquanto ex-militante do movimento estudantil de 1968, o que Antônio José, desafiado a provar que esteve preso, procuraria? Vasconcelos (1998, p. 102-103) dá uma resposta satisfatória: “o preso político encontra na passagem pela cadeia mais um motivo de afirmação de sua *identidade heróica*. Esta seria a recompensa pelo sacrifício em nome de ideais

revolucionários”. Uma recompensa colocada em risco pela acusação de que o ex-militante teria abandonado a luta deliberadamente o que fatalmente acabaria maculando a sua memória, envergonhando-a a tal ponto que tiraria o direito do ex-militante inscrever o seu nome no panteão de heróis criados em 68 como resistência simbólica a derrota sofrida diante dos militares.

Há uma necessidade de se produzir “heróis” que levem adiante os projetos e as interpretações de uma temporalidade extremamente conturbada em seus ideais. Por outro lado, ações que comprometem a grandiosidade das utopias políticas e revolucionárias dever ser esquecidas ou bloqueadas pelo conjunto de ativistas (VASCONCELOS, 1998, p.137).

Ser reconhecido hoje como um ex-combatente das jornadas estudantis de 1968, numa conjuntura que finalmente consagrou os “vencidos” de outrora como vencedores do embate final entre os demonizados militares e a sociedade civil, garante um grande capital simbólico que os estudantes da época procuram utilizar, hoje, de diversas maneiras, mas não em igualdades de condições, pois na ordem do discurso que se responsabilizou pela sutura da memória do movimento estudantil de 1968, todos os personagens envolvidos devem se submeter a uma hierarquia dentro da qual alguns nomes conseguiram catalisar em torno de si as versões mais “verdadeiras” sobre as lutas do período.

E é revelador o fato de que esta prerrogativa é mais evidente para os estudantes de 68 do que para aqueles que militaram antes ou depois. Estes não merecem o mesmo destaque nas memórias do movimento estudantil quanto aqueles. Aldo Arantes (1961/1962) e José Serra (1963/1964), dois ex-presidentes da UNE no início dos anos sessenta não conseguiram, ao longo de todos estes anos, inserir seus nomes de forma significativa na história do ME, mais inclinada a falar de 1968 do que de qualquer outro período.

E é desta forma, em meio a esta permanente troca simbólica entre o presente e o passado que os signos de 68 vão se perpetuando no tempo e no espaço, ajudando a preservar uma imagem cristalizada do movimento estudantil daquele ano na memória coletiva da sociedade.

E o movimento estudantil cristalizado nesta memória é aquele que nasceu exatamente no dia 28 de março de 1968, a partir das manifestações de protesto contra a morte de Edson Luís. Após esta data outras se sucedem formando uma cronologia oficial daquele ME e todas elas trazem consigo, simbolicamente, as características que passariam a definir o movimento nas décadas seguintes.

O episódio do Calabouço marca o momento em que os estudantes decidiram não mais fugir diante da ameaça policial, mas enfrentá-la. A passeata dos cem mil apresenta os estudantes como uma categoria social importante para as lutas democráticas brasileiras. A batalha da rua Maria Antônia representaria a baderna. O congresso de Ibiúna, a subversão. Outros episódios, porém, são freqüentemente negligenciados pela memória do movimento estudantil de 68, por não serem compatíveis com os discursos responsáveis por dizer o que aquele movimento foi. É o caso, por exemplo, da violenta repressão que Caetano Veloso sofreu no festival Internacional da Canção ocorrido naquele ano.

Desta forma, passa a ser construído todo um conjunto imagético-discursivo que delimitará em caráter definitivo o sentido para a categoria “movimento estudantil”. Sendo assim, é difícil acreditar que os estudantes brasileiros já foram intolerantes e capazes de agir com brutalidade, que já foram elitistas e antipopulares, que a direita já foi hegemônica no ME e que as manifestações estudantis já foram consideradas “desfiles” cívicos.

E se nada que tenha acontecido antes de 28 de março de 1968 é capaz de nos sensibilizar, por ter sido ofuscado pelo movimento estudantil de 1968, também é verdade que

muitas outras vozes juvenis, contemporâneas ou posteriores a este movimento, foram forçadas ao silêncio diante do seu caráter paradigmático.

Uma consequência histórica desta situação é que todo movimento juvenil posterior, estudantil ou não, passaria a só encontrar significado como desdobramento das manifestações de 1968. Existe hoje uma relativa incapacidade de se reconhecer nas manifestações juvenis contemporâneas que não tenham o mesmo DNA do ME de 1968, algum valor. Tudo se passa como se um passado ideal, distante e inatingível permanecesse constantemente nos assombrando impedindo a emergência de novas experiências. Somos capturados pelo poder hipnótico das origens.

Com Michel Foucault, no entanto, aprendemos a questionar o mito das origens. Ele nos alertou que pensar em termos de *origem* é conceber que os objetos emergiram para a vida prontos e acabados e que sempre, ao longo de suas trajetórias, eles foram idênticos a si mesmos. É conceber, por exemplo, o *nascimento divino* do Homem. Acreditar que antes dele surgir, nada existiria que denotasse traços da futura humanidade, nem mesmo um esboço qualquer. Esta crença sofreu um sério abalo quando se descobriu que no limiar da história humana está o “macaco” (FOUCAULT, 1979, p. 18). A pesquisa da origem, portanto

[...] se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escitar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele apreende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (FOUCAULT, 1979, p. 18-19).

Neste sentido haveria duas conseqüências problemáticas vinculadas à noção de origens para a escrita da história, como mostra Castelo Branco em artigo recente: a suposição de que exista uma *natureza* para os objetos históricos, atribuindo a eles um lugar e um momento de *nascimento* e, por conta desta naturalização, uma “armadilha evolucionista” que levaria os historiadores a se fixarem na busca do *marco zero* dos objetos e conseqüentemente na busca de suas causas e de sua evolução (CASTELO BRANCO, 2005c, p. 32).

1968, portanto, longe dos atributos impostos pelo discurso que o transformou num modelo natural e ideal para o movimento estudantil, não teria a capacidade de explicar ou ser a medida final para a história do ME. O 68 que se apresenta ao presente nem sequer é a medida final para si próprio pois não se apresenta completo. Ele é apenas parte do que foi por obra de uma formação discursiva que condicionou o múltiplo a ser uno. E vozes foram silenciadas neste processo.

Diante de tal circunstância, admirar 68 não é zelar pela sua memória, mas antes duvidar dele e desorganizá-lo. É fazer o caminho contrário que levaria do uno ao múltiplo que só uma contra-história poderia permitir, e com isso, estilhaçar o mito para encontrar em seus fragmentos o que aquele ano tem de mais rico e interessante: vida.

## Conclusão

Muitos acreditam, atualmente, que a juventude já não teria mais nenhum interesse em política, que estaria descompromissada demais para se preocupar com qualquer tipo de engajamento que pudesse pôr em questão a atual configuração histórica em que se encontra a sociedade brasileira. Reflexo de uma virtual apatia de grupos sociais até então organizados por uma noção de coletivo que, nas últimas décadas, vem sendo seriamente desacreditada; a “nova onda” seria a da privacidade e do individualismo (GOHN, 2001, p. 98). Tudo isso recoberto pelos cacôs das utopias e referenciais revolucionários que tanto cativaram o imaginário juvenil nos anos sessenta.

No limite, estas opiniões ignoram aquela fração da juventude que, nos dias atuais, com certa frequência, invade as ruas dos espaços urbanos e os noticiários defendendo as representações dos jovens das periferias, através da cultura hip-hop; lutando contra a

globalização, paradoxalmente articulada a outros jovens do mundo todo; ou engajada em movimentos de caráter identitário, em defesa das minorias. Todos estes movimentos já demonstraram capacidade de mobilização e apresentam uma decisiva participação da juventude, tanto no planejamento de suas ações quanto na execução delas.

Tais movimentos não costumam ser levados em consideração porque são incompatíveis com um regime de verdade que permanentemente atualiza o movimento estudantil de 1968 como um modelo ideal para as expressões políticas da juventude, condição que estabelece como importantes, apenas aquelas manifestações articuladas, politicamente, à esquerda e que pensam a transformação da sociedade a partir da noção de luta de classes e de uma efetiva mobilização das “massas” estudantis nas ruas, ou seja, reflexos daquilo que foram as manifestações de 1968.

A constituição deste ícone longo, longe de ser resultado de uma evolução natural das lutas juvenis – as quais teriam encontrado nas práticas militante-partidárias a melhor forma de engajamento político para lutar contra as mais reacionárias subjetividades que controlavam o Estado brasileiro nos anos sessenta – só pode ser compreendida como resultado de um embate que colocou em disputa corpos juvenis que, naquela década, viveram diferentes sonhos de engajamento.

Os anos sessenta, portanto, formaram um universo multifacetado no interior do qual coexistiram várias possibilidades de vir-a-ser. Assim, se os corpos-militantes acabaram se tornando, entre todas estas possibilidades, a mais visível no final dos anos sessenta, tornando-se potencialmente a legítima representante de toda a rebeldia juvenil da época, isso se deu pela existência de práticas discursivas que condicionaram o múltiplo a se revelar como uno, sob a forma do movimento estudantil vivenciado em 1968.

Este movimento, portanto, só ganha sentido a partir dos discursos que o organizam e o configuram como uma identidade fechada, principal referencial a que a juventude das décadas seguintes deve sempre se voltar. Fora deles, como um corpo que submetido ao vácuo, não suportando a sua própria pressão interna, implode, o “movimento estudantil de 68” se desorganiza, liberando várias outras experiências que também foram constitutivas dos anos sessenta. Ele então perderia, não apenas a sua capacidade para dar sentido à rebeldia da juventude brasileira, mas também a si próprio, pois deformado se tornaria um estranho a si mesmo.

Assim, investigando fundamentalmente o processo de constituição da categoria “movimento estudantil”, este trabalho se lança na contramão do fluxo discursivo que naturalizou o movimento estudantil de 1968 como um ícone poderoso, em cujo reflexo as sucessivas gerações de estudantes deveriam se reconhecer, para descobrir como afinal ele chegou a ser o que foi e o que é.

E uma de suas conclusões iniciais é a de que a sua autoria é imprecisa. Aquele movimento não foi obra exclusiva dos estudantes. Ninguém foi responsável por sua emergência. Ela foi resultado, por um lado, de uma luta de representações entre estudantes e militares, forças que se encontravam em jogo em 1968 e que não obedeciam “nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 1979, p. 28) e por outro, do esforço dos corpos-militantes em disciplinar a juventude para que ela assumisse como sua, a causa revolucionária que orientava seus esforços.

O movimento estudantil observado em 1968, portanto, não possuía uma identidade fixa, ele foi um movimento em movimento, que aos poucos foi se constituindo a partir das representações que a sociedade, os militares e os próprios estudantes criavam para torná-lo inteligível, e da captura e sufocamento de outras virtualidades que não encontravam nas práticas militante-partidárias a sua possibilidade de realização. Assim, entender que ele se originou no dia

28 de março, com a comoção e revolta relacionadas à morte de Edson Luís no restaurante Calabouço, e que a partir daí ele foi sempre idêntico a si mesmo, é fazer reverência ao *mito das origens*, para o qual, este trabalho soa como um ruído, pois ele preferiu insinuar um começo disperso para o movimento estudantil, o seu processo de constituição, a buscar ou confirmar uma pretensa origem.

E esse processo de constituição, mesmo com o fim de 1968, continuou potencialmente atuante nas lembranças dos militantes, os quais, submetidos à brutalidade do AI-5, tiveram que se refugiar nos subterrâneos da memória, esperando o momento em que a sociedade lhes oferecesse uma escuta ampliada. E quando isso ocorreu, o movimento estudantil de 68 saltou, destas memórias, atualizado e capaz de sugerir ao Brasil, durante a abertura política, caminhos para a democracia e para a tolerância, mesmo não tendo sido, ele mesmo, democrático e nem tolerante com a diferença de sua época.

E foi assim que se completou a sutura que definiu os contornos daquilo que se consagrou como movimento estudantil de 68: um monumento imagético-discursivo que, extrapolando seus limites, insinuou-se como a medida final para a categoria “movimento estudantil” e para a própria vivência política da juventude brasileira.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

## FONTES

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *Para que serve a História?* – Fragmento de aula. Universidade Federal de Pernambuco. (Transcrito e revisado por Edwar de Alencar Castelo Branco), Campina Grande: [sem edição], 2001b.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *Relações Igreja – Estado em Teresina em 1964 a 1970*. Monografia (graduação). Teresina, UFPI, 1998.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro – 1968 – Jornal Diário/ Circulação Regional.

CORREIO DO CEARÁ. Ceará – 1968 – Jornal Diário/ Circulação regional.

FATOS E FOTOS. Rio de Janeiro – 1966 – Revista Semanal/ Circulação Nacional.

FOLHA de São Paulo. São Paulo – 1968 – Jornal Diário/ Circulação Nacional.

GIL, Gilberto. *Depoimento concedido a [www.uol.com.br/tropicalia](http://www.uol.com.br/tropicalia)*. Rio de Janeiro, out. 1999.

ISTOÉ. São Paulo – 1979 e 2005 – Revista Semanal/ Circulação Nacional.

JORNAL do Piauí. Piauí – 1968 – Jornal Diário/ Circulação Regional.

MAFRENSE. Ano 1, nº 5, Teresina, Piauí, 1968.

MANCHETE. Rio de Janeiro – 1968 – Revista Semanal/ Circulação Nacional.

MARC, Jean. *Depoimento concedido a [www.mme.org.br](http://www.mme.org.br)*. Out. 2004.

MOTTA, Nelson. *Depoimento concedido a [www.uol.com.br/tropicalia](http://www.uol.com.br/tropicalia)*. Nova Iorque, dez. 1999.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro – 1968 – Revista Semanal/ Circulação Nacional.

O DIA. Piauí – 1968 e 1985 – Jornal Diário/ Circulação Regional.

PALMEIRA, Vladimir. *Depoimento concedido a [www.mme.org.br](http://www.mme.org.br)*. Set. 2005

POERNER, Arthur. *Depoimento concedido a [www.mme.org.br](http://www.mme.org.br)*. Nov. 2004.

REIS, Daniel Aarão. *Depoimento concedido a [www.mme.org.br](http://www.mme.org.br)*. Jul. 2005.

TEORIA E DEBATE. São Paulo – 1990/1996 – Revista Trimestral/ Circulação Nacional.

VEJA. Rio de Janeiro – 1968 – Revista Semanal/ Circulação Nacional.

VELOSO, Caetano. *Depoimento concedido a [www.uol.com.br/tropicalia](http://www.uol.com.br/tropicalia)*. Rio de Janeiro, out. 1999.

VISÃO. Rio de Janeiro – 1966/1968 – Revista Semanal/ Circulação Nacional.

ZÉ, Tom. *Depoimento concedido a [www.uol.com.br/tropicalia](http://www.uol.com.br/tropicalia)*. São Paulo, fev. 2000.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. História: a arte de intentar o passado. In: *Cadernos de História*, Natal: Editora UFRN, v. 2, n° 1, 1995.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. *Projeto História*. São Paulo: n 14, p. 125-136, 1995.

AMARAL, Sérgio da Fonseca. Liberdade era uma calça velha: Sérgio Sampaio. In: *Contexto*. PGL/ MEL. EDUFES, Vitória-ES, n° 11, p. 140-146, 2004.

BRADT, Vinícius Caldeira. Nos tempos da legalidade. In: *UNE*, n° 2, [197-?].

BURKE, Peter. A história como memória social. In: *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. São Paulo: Difel, p. 235-251, 1992.

CASTELO BRANCO, Edwar de A. Entre o corpo-militante-partidário e o corpo-transbunde-libertário: as vanguardas dos anos sessenta como signos da pós-modernidade brasileira. In: *História UNISINOS*. São Leopoldo (RS), v. 6, n. 9, agosto a dezembro de 2005b.

JOSÉ, Emiliano. Em busca da militância perdida. In: *Teoria & Debate*. São Paulo, n° 32, p.28-32, jul/ago/set, 1996.

NADALE, Marcel. Turma do Casseta e Planeta conta como foi revisitar a década de 70 em “A taça do Mundo é Nossa”. [www.epipoca.uol.com.br/filmes](http://www.epipoca.uol.com.br/filmes). (meio digital). Último acesso em dezembro de 2006.

NETO, Fonseca. Movimento estudantil no Piauí anos 70. In: *Cadernos de Teresina*, Teresina: FCMC, n° 18, p. 50-56, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo social*. Revista de sociologia da USP, São Paulo, nº 7, p. 67-82, out, 1995.

RIBEIRO, Janine. Os perigos do universal. In: *Teoria & Debate*. São Paulo, nº 10, p. 20-26, abr/mai/jun, 1990.

SAMUEL, Albert. A revolta dos estudantes. In: *Revista Civilização Brasileira*. Ano 4, nº 19 e 20, p. 101-129, maio-agosto de 1968.

SOBRINHO, João Rocha. Militância: prazer ou sacrifício? In: *Teoria & Debate*. São Paulo, nº 26, p. 53-56, set/out/nov, 1994.

## 2. FILMOGRAFIA

ARAÚJO NETO, Torquato. *O terror da vermelha*, 1972.

CARVALHO, Vladimir. *Barra 68*, 2000.

FORMAN, Milos. *Hair*, 1979.

HOLLANDA, Lula Buarque de. *Casseta e Planeta – A taça do mundo é nossa*, 2003.

HOPPER, Dennis. *Sem destino*, 1969.

MELLO, Cássia. *68: 30 anos depois estamos virando 98*, 1998.

TENDLER, Silvio. *Os anos JK*, 1980.

### 3. DISCOGRAFIA

CAETANO VELOSO. *Minha história*. Polygram, [s.d.]

GERALDO VANDRÉ. *Convite para ouvir*. RGE, 1988.

TORQUATO NETO: *Todo dia é dia D*. Dubas Música, 2002.

TROPICÁLIA OU *PANIS ET CIRCENSIS*. Philips, 1968.

### 4. LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Org.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 117-137.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed, Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001a.

ARAÚJO, Carlos Henrique de. *Sem lenço, sem documento: uma viagem inesquecível*. Teresina: Piauípel, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BROSSAT, Alain. Violência e política. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 35-41.

CARDOSO, Irene. Há uma herança de 1968 no Brasil? In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 135-142.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria*: Torquato neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005a.

\_\_\_\_\_. Desfamiliarizar o presente e solapar sua certeza: receitas de Michel Foucault para uma escrita subversiva da História. In: CASTELO BRANCO, Edwar de A. et. al. (orgs.). *Histórias*: cultura, sociedade, cidades. Recife: Bagaço, 2005c, p. 25-41.

CARVALHO, Henrique de. *Estudantes da década de 60*: memórias de um ex-clandestino. Teresina: Gráfica Speed, 2005.

CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. Sonhos dourados e chumbo: quando a nação se dilui na utopia. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz (org.). *Histórias*: cultura, sociedade, cidades. Recife: Bagaço, 2005c, p. 229-243.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 9. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHACON, Paulo. *O que é rock*. 5. ed, São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHRISPINIANO, José. *A guerrilha surreal*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil; Com-Arte, 2002.

COSTA, Nelson Barros da. (org.). *Práticas discursivas*: exercícios analíticos. Campinas: Pontes Editores, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Tradução de Antônio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DIAS, Lucy. *Anos 70*: enquanto corria a barca. São Paulo: Senac-São Paulo, 2003.

DIRCEU, José. O movimento estudantil em São Paulo. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 83-93.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11. ed, São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder/* organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GABEIRA, Fernando. *Nós que amávamos tanto a revolução*. 2. ed, Rio de Janeiro: Rocco, 1985

\_\_\_\_\_. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GALVÃO, Wanice Nogueira. Nas asas de 1968: rumos, ritmos e rimas. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p 143-158.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. 4. ed, São Paulo: Cortez, 2001.

GUILLEBAUD, Jean-Claude. A consolação da revolução sexual. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 173-179.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.)*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KEROUAC, Jack. *On the road*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed, São Paulo: Edusp, 2003.

MARC, Jean. 1968: a memória expropriada. In: SOUZA, Daniel; CHAVES, Gilmar (org.). *Nossa paixão era inventar um novo tempo*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1999, p. 99-107.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964- 1968*. Campinas: Papirus, 1987.

MARTINS, Luciano. *A “geração AI-5” e maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Livr. Argumento, 2004.

MATOS, Henrique de Carvalho. *Memórias de um ex-clandestino*. Teresina: Speed, 2005.

McLUHAN, Marshall. *Guerra e paz na aldeia global*. Nova Iorque: Bantam Books, 1968.

MORAES, Maria Lygia Quartim. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 297-314.

NAPOLITANO, Marcos. Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966-1968). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 203-216.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed, São Paulo: Brasiliense, 2003.

PALMEIRA, Vladimir. Os valores de 1968. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 117-128.

REIS, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 61-71.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*/ Mary Jane P. Spink (org.). São Paulo: Cortez, 1999, p. 41-61.

SPINK, Mary Jane P.; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*/ Mary Jane P. Spink (org.). São Paulo: Cortez, 1999, p. 63-92.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (O Brasil Republicano; v. 4)*/ Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delegado (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

SIMÕES PAES, Maria Helena. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. 4. ed, São Paulo: Ática, 2004.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo: Círculo do livro. 1980.

\_\_\_\_\_. Os paradoxos de 1968. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 111-116.

SOUNES, Howard. *Charles Bukowski: vida e loucuras de um velho safado*. São Paulo: Conrad Editora, 2000.

TAVARES, Flávio. O golpe de 1964, início de 1968. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 95-103.

\_\_\_\_\_. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. 5. ed, Rio de Janeiro: Record, 2005.

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: EUFC, 1998.

VELASCO, Sebastião. Significados da conjuntura de 1968. IN: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 105-110.

VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 20. ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

\_\_\_\_\_. A sucessão. In: *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*. São Paulo: Abril, 1993, p. 116-125.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)